



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ILDA JANETE STEIMETZ COSTA

SENTIDOS E PERCURSOS DA CIDADANIA: ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE
BENEFICIÁRIOS E AGENTES OPERADORES DE POLÍTICAS SOCIAIS EM
MATINHOS/PR

MATINHOS

2016

ILDA JANETE STEIMETZ COSTA

SENTIDOS E PERCURSOS DA CIDADANIA: ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE
BENEFICIÁRIOS E AGENTES OPERADORES DE POLÍTICAS SOCIAIS EM
MATINHOS/PR

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski

MATINHOS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Romilda Santos CRB9/1214

C837 Costa, Ilda Janete Steimetz

Sentidos e percursos da cidadania: estudo das relações entre beneficiários e agentes operadores de políticas sociais em Matinhos/PR / Ilda Janete Steimetz Costa; orientadora Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski. – 2016.
112 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2016.

1. Cidadania. 2. Políticas sociais. 3. Famílias pobres. 4. Litoral do Paraná (Brasil). 5. Desenvolvimento territorial sustentável. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 362.098162

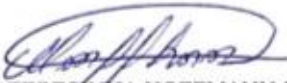


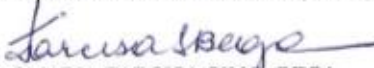
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor LITORAL
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
Código CAPES: 40001016081P3

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia vinte de Maio de dois mil e dezesseis às 14:00 horas, na sala 33A, RUA JAGUARIAÍVA, 512, do Setor de LITORAL da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **ILDA JANETE STEIMETZ COSTA** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: **"SENTIDOS E PERCURSOS DA CIDADANIA: ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE BENEFICIÁRIOS E AGENTES OPERADORES DE POLÍTICAS SOCIAIS EM MATINHOS/PR "**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI (UFPR), MARCELO KUNRATH SILVA (UFRGS), MARIA TARCISA SILVA BEGA (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou que os presentes e a mestranda deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APPROVAÇÃO da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 20 de Maio de 2016.


Prof MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


Prof MARIA TARCISA SILVA BEGA
Avaliador Externo (UFPR)


Prof MARCELO KUNRATH SILVA
Avaliador Externo (UFRGS)

“A dor da gente só a gente que sente, só a gente que sabe. ”

Seu Júlio

Dedicatória

Dedico esta dissertação à Duda e ao João na esperança de que não se conformem com as injustiças, onde quer que elas possam existir.

E ao meu pai, seu Felix, já com saudades.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é fruto de muitas trocas, muitas aprendizagens e muitas dúvidas. Também de algumas certezas...

Resulta de muitas histórias, minhas, da minha família, das famílias que conheci no trabalho de campo, dos agentes operadores.

Agradeço ao Eduardo, companheiro de sonhos e de caminhada, que reparte a vida comigo há muito tempo. Por ter me ajudado a encontrar o lugar de onde pude me ensaiar pesquisadora entre tantas outras coisas.

À Duda pelo esforço em compreender a minha ausência durante este trabalho e pela ajuda ditando as citações.

Ao João pelos beijos e declarações fora de hora.

A minha mãe pelo exemplo de lealdade e companheirismo. Ao meu pai, por ter me ensinado a conversar com as letras.

À Cristiane Silva e à Silvana Tumeleiro, pelas conversas e por ajudarem na tarefa de “entrada no campo”.

À professora Daniela Archanjo, pelos diálogos e contribuições em diversas fases do trabalho.

Aos integrantes do PPGDTS pelo compromisso com a consolidação deste Programa, do qual integra a primeira turma.

Aos colegas da primeira turma de mestrandos do PPGDTS, pela parceira e pelos diálogos. Ao Fernando, particularmente pelas trocas e pelas “sínteses” nos momentos importantes.

Aos professores Marcelo Kunrath Silva e Maria Tarcisa Silva Bega, por aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho.

À professora Marisete, um agradecimento especial, pela orientação, encorajamento e parceria sem as quais esta pesquisa não seria possível. Por ter aceitado fazer parte desta experiência, confiando que daria certo mesmo quando eu duvidava.

Por fim, agradeço às famílias e às trabalhadoras das políticas sociais que colaboraram com a pesquisa e foram fundamentais para este trabalho.

RESUMO

Esta dissertação resulta de um estudo que buscou compreender quais sentidos de cidadania são produzidos nas relações entre famílias pobres e agentes operadores das políticas sociais no bairro Tabuleiro, na cidade de Matinhos/PR. A pesquisa foi inspirada no método etnográfico, através do qual foram acompanhadas oito famílias moradores do bairro, como também entrevistados agentes das políticas de Assistência Social, Educação e Saúde que atuam no território estudado. Adotou-se uma abordagem teórica que compreende que as relações entre os atores produzem os sentidos das práticas sociais. O diálogo com a bibliografia envolveu ainda autores que, no contexto brasileiro, têm estudado temas como políticas sociais, cidadania e famílias de classes populares no âmbito das ciências sociais. Algumas conclusões deste trabalho apontam que as experiências vividas pelas famílias pesquisadas revelam que as condições desiguais a que estão submetidas impedem que usufruam de direitos sociais. Associado a isso, percebe-se que as famílias significam o acesso aos programas e serviços a partir de duas marcas significativas de suas trajetórias: o tipo de vínculo que estabelecem com a cidade, por sua condição de “ser de fora”, e suas experiências de constantes recomeços, expressas pela necessidade de migração para Matinhos. O estudo identificou ainda que o modelo de gestão em vigor na cidade, associado às relações instáveis de trabalho dos agentes operadores das políticas sociais tem significativo impacto na atuação destes agentes. Tais características resultariam em certa cautela desta população quanto as expectativas perante o estado e suas políticas. Finaliza-se apontando que as relações estudadas se inserem entre os repertórios de relações que constituem os percursos de cidadania no Brasil.

Palavras-chave: Cidadania. Políticas sociais. Famílias pobres.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a study that attempted a comprehension of which directions of citizenship are produced in the relations between working class families and operating agents of social policies in the district Tabuleiro, in the city of Matinhos, Paraná. The survey was inspired by the ethnographic method, through which eight resident families of the district were accompanied, and agents from the programs of Social Assistance, Education and Health, who worked in the territory under study, were interviewed as well. A theoretical approach was adopted, which acknowledged that the relations between the participants produced the directions of the social practices. Moreover, the dialogue with the bibliography was comprised of authors who, in a Brazilian context, have studied themes such as social policies, citizenship and working class families in the scope of the social sciences. Some conclusions of this paper indicate that the experiences which the surveyed families undergo reveal that the discriminatory conditions, to which they are submitted, hinder their capitalization of social rights. In addition, it is noticed that the families equate access to the programs and services from two significant landmarks of their paths in life: the link that they have established with the city, due to their “outsider” status, and their experiences of constant restarts, expressed by the need to migrate to Matinhos. The study also identified that the administration model in vigor in the city, associated with the unstable work relations of the operating agents of the social policies, has a significant impact on the performance of these agents. Such characteristics would result in a bit of caution by the population regarding the expectations of the state and its policies. The paper is concluded by revealing that the studied relations are ingrained within the repertoire of relations that constitute the routes of citizenship in Brazil.

Key-words: Citizenship. Social policies. Working class families.

LISTA DE SIGLAS

ACS - Agente Comunitário de Saúde

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FASE - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MCTI - Ministério da Ciência e Tecnologia

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome

PBF- Programa Bolsa Família

PCV - Programa Cesta Vida

PESF - Programa Estratégia de Saúde da Família

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PLC - Programa Leite das Crianças

PNSHL - Parque Nacional Saint-Hilaire Lange

PRONATEC - Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SESC - Serviço Social do Comércio

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e esclarecido

UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. METODOLOGIA	17
1.1 DO PROBLEMA DE PESQUISA A ESCOLHA DO MÉTODO	17
1.2 A ENTRADA EM CAMPO E SEUS PERCALÇOS	22
1.2.1 As famílias participantes da pesquisa	25
1.2.2 Os agentes operadores das políticas	34
1.3 SOBRE A ÉTICA NA PESQUISA	35
2. CIDADANIA, FAMÍLIAS E POLÍTICAS SOCIAIS	42
2.1 MARCAS DA CIDADANIA NO BRASIL	42
2.2 A CENTRALIDADE DAS FAMÍLIAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS	47
3. TERRITÓRIO E CIDADANIA EM MATINHOS	54
3.1 MATINHOS E O BAIRRO TABULEIRO	56
3.2 O BAIRRO TABULEIRO	60
3.3 MIGRAÇÃO E ESTIGMA NO TERRITÓRIO	64
4. AS POLÍTICAS SOCIAIS NAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES	69
4.1 OS SENTIDOS DO ACESSO AOS SERVIÇOS	69
4.2 AS CONDIÇÕES DESIGUAIS DE ACESSOS AOS DIREITOS	73
4.2.1 Direito ou obrigação	76
4.3 UMA ANÁLISE INICIAL DAS CONDUTAS E EXPECTATIVAS FAMILIARES	81
5. A PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES OPERADORES NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DE CIDADANIA	83
5.1 DIVERSIDADE DAS PRÁTICAS NAS RELAÇÕES COM AS FAMÍLIAS	84
5.2 LÓGICAS DE PESSOALIDADE NO ACESSO A SERVIÇOS	86
5.3 PRÁTICAS DE INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS E ESCOLAS	88
5.4 DAS PRÁTICAS DOS AGENTES ÀS CIRCUNSTÂNCIAS QUE AS ENVOLVEM	93
5.5 OPERADORES DE POLÍTICAS COMO PROTAGONISTAS: SÍNTESES POSSÍVEIS	96
6. CONCLUSÃO: DO PERCURSO DA PESQUISA AOS PERCURSOS DA CIDADANIA	99
6.1 OS SENTIDOS PARA ALÉM DOS ADJETIVOS	100
REFERÊNCIAS	105
APENDICE I	112
APENDICE II	113

INTRODUÇÃO

No período recente, as políticas sociais, tomadas como ação indispensável para a elevação de padrões de cidadania na sociedade brasileira, tem ampliado significativamente seu alcance junto aos setores mais fragilizados social e economicamente. Essas políticas constituiriam um mecanismo de proteção social, na transição das condições de fragilidade familiar para um patamar básico de autonomia, subsistência e provimento da vida, através da inserção no mundo do trabalho e no acesso a bens e serviços básicos.

Entre os estudos que abordam este processo na sociedade brasileira, pode-se destacar duas perspectivas que apontam para análises distintas em certos aspectos, embora não opostas. Uma delas aponta para a discussão sobre o papel destas políticas no enfrentamento às desigualdades sociais, analisando tanto a efetividade deste papel como questionando os limites destas diante do modelo econômico capitalista. Por sua vez, uma outra perspectiva procura analisar as políticas sociais em suas lógicas de governos do social, enquanto práticas políticas estatais que buscam forjar um determinado modelo de cidadão, adequado as necessidades do momento.

Em ambas as perspectivas, é reconhecido que a execução das políticas sociais estaria estreitamente vinculadas a consolidação e eficiência de uma rede de serviços e equipamentos públicos que permitam acesso e relação com populações em condições extremas de sobrevivência, cujo acesso básico e estável à escola, saúde, renda e outros elementos indispensáveis à vida nas cidades, necessitaria ser mediado por agentes especializados (assistenciais, educadores sociais, conselheiros tutelares, professores, pedagogos, entre outros).

Também há relativo acordo que, embora as políticas sejam desenhadas em nível nacional, atrelando os repasses financeiros aos municípios mediante a garantia da implementação conforme as diretrizes pré-estabelecidas, o cotidiano das práticas que as constituem nos territórios podem apresentar uma diversidade de formas. Esta diversidade, permite uma identificação com as características territoriais, articulando a discricionariedade dos profissionais envolvidos na implementação das políticas, do modo de gestão municipal (LOTTA, 2010), das características da população e das

relações que se estabelecem no território, bem como os sentidos construídos nas interações entre os atores sociais.

A perspectiva construída para este trabalho, por sua vez, propõe justamente voltar a análise para os sentidos de cidadania produzidos nas relações entre famílias pobres e os agentes operadores de políticas sociais a elas destinadas, no bairro Tabuleiro, em Matinhos/PR. Considerando as dificuldades apontadas por Arretche (1998), no que se refere a conseguir apontar relações de causalidade entre as políticas e os resultados, a abordagem que proponho pode contribuir para apreender famílias e agentes públicos como atores sociais em relações contextualizadas no território. Parto da premissa de que nestas relações também se constroem e reconstroem os sentidos das políticas sociais na realidade em estudo.

O trabalho busca fundamentar-se em autores que tentam compreender as relações sociais e mesmo as interações das pessoas com as políticas, através da observação do “Estado *em ato*, a nação se fazendo, o Estado no dia-a-dia da vida das pessoas” (PEIRANO, 2006, p. 136). Neste sentido, ao invés de tomarmos certos modelos ou ideias de cidadania ou de família como parâmetro para as análises, me apoio na perspectiva de Peirano (2006, p.122), para quem caberia mais questionar-se “qual a concepção que distintos grupos têm de cidadania?”. A autora explica ainda que:

conceitos como cidadania, Estado, nação, variam histórica e etnograficamente. De um lado, temos processos de formação do Estado, de construção da nação, de ampliação dos direitos. (...) De outro, vinculadas, mas não necessariamente homólogas, estão as categorias de cidadão, Estado, nação, também sofrendo processos de construção ideológica. O corolário é que ampliação dos direitos, por exemplo, desejável sob o ponto de vista da justiça social, não cria, automaticamente, indivíduos que se concebem como cidadãos, segundo o modelo clássico. (...) Isso nos leva a postular que a cidadania, tal como definida classicamente, é, do ponto de vista do indivíduo, apenas uma das formas de identidade nacional (PEIRANO, 2006, p. 134).

Assim, a proposta desta pesquisa foi conduzida pela seguinte questão: quais os sentidos de cidadania são produzidos na relação entre famílias pobres e agentes operadores das políticas sociais no bairro Tabuleiro, em Matinhos/PR?

A condução da pesquisa para responder a esta questão, inspirou-se no método etnográfico e nas ferramentas sugeridas pela etnografia. A construção empírica deste objeto viabilizou-se através da identificação e aproximação ao cotidiano de famílias

atendidas por diferentes políticas sociais, bem como à rede de instituições que operam tais políticas no bairro, através de seus agentes operadores¹.

A descrição deste processo metodológico encontra-se no primeiro capítulo, enquanto outros quatro capítulos apresentam diálogos com a bibliografia consultada, os dados do trabalho de campo e as reflexões resultantes desta pesquisa.

No capítulo dois, reviso os conceitos e tipificações de cidadania, como os de *cidadania em negativo*, de José Murilo de Carvalho, e de *cidadania regulada*, de Wanderley Guilherme dos Santos, recuperando a trajetória da cidadania brasileira abordada na compreensão de tais autores. Esta revisão também situa a evolução das políticas voltadas para amenização dos efeitos das desigualdades. Neste sentido, é fundamental a atenção aos autores que apontam que, nas últimas décadas, o caráter de responsabilização da família por “encargos dentro do sistema social brasileiro” se ampliou, cristalizando a família como lócus de intervenção do Estado.

Analizando o processo de intervenção do Estado na família, Fonseca (2009) faz um paralelo entre a França e o Brasil para destacar as diferenças e especificidades da realidade brasileira. Na França, os investimentos estatais teriam produzido os efeitos sociais esperados: como a assimilação do papel da escola, formalização das uniões pela oficialização dos casamentos e a apropriação de um modo de vida conforme valores considerados adequados pelas elites. Mas, a autora destaca que, para permitir que o disciplinamento tenha conseguido alcançar seu intento, decorreram ganhos sociais, recebidos através de direitos como a participação política, salário justo, condições de saúde e moradia.

No nosso país, entretanto, as “práticas desviantes” foram combatidas sem que em troca se tenha apresentado algum ganho em direitos. As ações estatais no Brasil, também marcadas por um teor moralizante e disciplinador, foram de tal forma desarticuladas que sempre tiveram menos alcance e efetividade (FONSECA, 2009). Essa questão é fundamental para a análise das relações históricas que marcam as experiências das famílias pobres com o Estado no Brasil.

O capítulo três contempla a apresentação do território estudado, destacando a vida na cidade, com sua dinâmica de sazonalidade e a forte característica migrante

¹ Escolhi utilizar a expressão “agentes operadores” por considerar que ela traduz o papel dos sujeitos envolvidos na pesquisa em relação às políticas sociais. Todos os sujeitos entrevistados e visitados atuam diretamente com as famílias através de serviços e programas.

das camadas pobres da população. O capítulo conclui constatando o estigma dirigido à população pobre da cidade.

A partir do capítulo quatro, priorizo a apresentação e análise dos dados obtidos através do trabalho mais propriamente etnográfico. Início apresentando os relatos de informantes referentes ao acesso aos serviços e programas dos quais são usuários. Destaco como esses acessos são narrados a partir de estratégias e buscas individuais de instalação na cidade e de enfrentamento de dificuldades ou dramas familiares. O acesso as políticas ganha sentido em expressões como merecimento, ajuda e graça divina.

Os relatos de campo conduzem também a perceber que, embora os direitos sociais tenham sido ampliados na legislação, as condições desiguais em que as famílias vivem podem impedir que elas acessem estes direitos. Assim, as famílias por vezes realizam cálculos para avaliar se os esforços para usufruí-los não acabam por lhes causar mais danos que benefícios, como no caso da inclusão de um filho com deficiência na escola regular. De outra forma, é possível ainda que um direito adquirido seja convertido em obrigação familiar, como é o caso do acompanhamento hospitalar. E, neste caso, novamente a família passa a ter que escolher entre prestar o acompanhamento do filho em hospital de outra cidade, deixando sozinhas em casa duas outras filhas adolescentes, também portadoras de deficiência, ou abandonar o tratamento de saúde.

O quinto capítulo é dedicado a tratar das práticas de agentes operadores e a participação destas na construção de sentidos das políticas para as famílias. Procuro mostrar uma diversidade de práticas destes sujeitos, situando as lógicas institucionais que atravessam suas ações. Em parte, essas lógicas institucionais fundamentam e orientam as relações com as famílias atendidas, explicando determinadas diferenças presentes nas práticas de operadores. Por outro lado, destaco como certos papéis de agentes operadores, desempenhados mais próximos do cotidiano das famílias, acabam reforçando uma perspectiva comum entre os usuários: a de que os acessos aos serviços e programas que participam, resultam de vínculos pessoais e sensibilidades provocadas pela interação direta. Esta perspectiva, desencontra-se em certa medida da lógica de critérios de impessoalidade e universalidade de acesso às políticas, preconizadas pelos princípios e diretrizes das políticas em questão.

O capítulo ainda dedica certo espaço para relatar e refletir sobre as práticas de interação com as famílias, promovidas pelas escolas do território estudado. Através

de relatos etnográficos, procuro resguardar diferenças marcantes do modo de interação, ao mesmo tempo em que constato que ambas estão orientadas por uma mesma lógica institucional. Ou seja, embora estas diferenças sejam relevantes, as condutas das agentes alinham-se numa expectativa comum: de que a família reforce os códigos necessários para o modo de socialização escolar.

Por fim, no mesmo capítulo procuro ainda destacar que, mesmo que as discricionariedades possam estar presentes nas práticas dos operadores, na cidade de Matinhos nos deparamos com um conjunto de circunstâncias, vinculadas ao modo de gestão municipal, que reduzem as margens de ação destes sujeitos. Estas circunstâncias possuem importância na condução das políticas, como também nas relações diretas entre beneficiários e agentes operadores.

O capítulo final, o sexto, reúne elementos centrais do percurso desta pesquisa, buscando articulá-los em torno de uma reflexão final. Assim, ponderando o conjunto de dados da pesquisa, busco apontar possíveis sínteses quanto aos sentidos de cidadania produzidos no âmbito das relações em estudo. Os elementos destacados (referentes a trajetórias das famílias, as relações de acesso e de participação nos serviços, bem como as práticas de gestão em vigor), resultariam em certa cautela desta população quanto às expectativas perante o Estado e suas políticas. Ao mesmo tempo, aponto que diante da ausência de experiências de participação coletiva dos sujeitos, anteriores ou atuais, os mesmos tendem a considerar suas dificuldades apenas como circunstâncias individuais. Finalizo apontando que as relações estudadas se inserem entre os repertórios de relações que constituem os percursos de cidadania no Brasil.

1 METODOLOGIA

1.1 DO PROBLEMA DE PESQUISA A ESCOLHA DO MÉTODO

A escolha por tomar como o problema de pesquisa *os sentidos de cidadania produzidos nas relações entre famílias pobres e agentes operadores de políticas no bairro Tabuleiro*, está relacionada a minha experiência profissional na política de Assistência Social, em Porto Alegre/RS. Sou pedagoga e durante quinze anos trabalhei em diferentes espaços na Fundação de Educação Social e Cidadania do município: com equipes de atendimento à famílias, em programas de orientação sócio familiar e serviço de apoio sócio educativo (para crianças e adolescentes), como educadora em abrigo para adolescentes; e, por fim, como educadora na abordagem à crianças e adolescentes em situação de rua.

A proximidade com estas pessoas, com suas tragédias e alegrias, foi um importante motivador de um engajamento político militante na defesa dos direitos sociais. Percebo que esta mesma proximidade e experiência me tocaram profundamente, forjando em mim uma forma de compreender e explicar a realidade, conformando parte significativa do emaranhado das tramas que me constituem.

Reconhecendo que esta formação (socialização) político-militante está presente em minha forma de olhar e ouvir, o desafio desta pesquisa me exigiu um exercício de deslocamento deste olhar, no sentido de permitir buscar compreender as questões que se tornaram presentes e foram abordadas no trabalho. Foi preciso exercitar um distanciamento do olhar militante para aproximar-me do *olhar* e do *escutar* do pesquisador.

Nesse sentido, retomo a contribuição de Velho (2013) que, ao tratar das possíveis dificuldades em se pesquisar realidades das quais fazemos parte ou que nos estão próximas, aponta:

Não só o grau de familiaridade varia, não é igual a conhecimento, mas pode constituir-se em impedimento se não for relativizado e objeto de reflexão sistemática. Posso estar acostumado, como já disse, com uma certa paisagem social, onde a disposição dos atores me é familiar; a hierarquia e a distribuição de poder permitem-me fixar, *grosso modo*, os indivíduos em categorias mais amplas. O meu olhar pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo posso ter um mapa, mas não

compreendo necessariamente os princípios e os mecanismos que o organizam (VELHO, 2013, p. 74).

Para o autor, estar familiarizado com uma “paisagem social” não significa que tenhamos a compreensão das lógicas das relações nela produzidas por seus atores. Desvendar e analisar o que nos é familiar (grupos sociais ou mesmo temas que nos são caros) envolvem significativas diferenças do processo de compreensão de realidades mais distantes ou “exóticas”. Nossa socialização garante que tenhamos categorias, classificações mais ou menos prontas sobre o que nos é familiar. No entanto, estar atento à estas subjetividades e às lentes que utilizamos pode ajudar a preservar o sincero desejo de compreender as relações, valores e práticas construídas em tal paisagem social que “era” familiar (VELHO, 2013).

Buscando compreender os sentidos das relações entre famílias e políticas sociais a elas dirigidas, encontrei no método etnográfico uma abordagem que permite perceber e analisar os sujeitos da pesquisa e as relações por eles construídas, permitindo também ao pesquisador uma leitura de suas próprias subjetividades em relação ao objeto da pesquisa. Angrosino afirma que “a etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, 2009. p. 30).

A etnografia é uma metodologia de pesquisa qualitativa que se utiliza de diferentes técnicas de coleta de dados, como a observação participante, as experiências no campo, os registros em diário destas experiências, entrevistas, além de mapeamentos e levantamentos. Destes, a observação de campo e a entrevista no contexto etnográfico (FONSECA, 1999) são centrais para a coleta dos dados que se deseja analisar, pois pressupõe a interação entre pesquisador-pesquisado através de um mergulho no universo dos sujeitos da pesquisa, a fim de compreender seu cotidiano e suas teias de sentidos.

Tal perspectiva metodológica envolve o desafio da entrada no campo, a aproximação aos sujeitos, a escuta e observação do cotidiano (MAGNANI, 1986; VELHO, 1981). Estes procedimentos partem do princípio de que *podem* existir outras lógicas e modos de vida, outras dinâmicas culturais necessárias de serem compreendidas para que uma comunicação seja possível. A utilização desses procedimentos de pesquisa é fundamental para perceber uma gama de dimensões presentes no grupo pesquisado: sua organização social, seus valores e suas crenças.

O “observar e o escutar” são princípios básicos da etnografia. Partindo deles, Florence Weber (2009) defende que o etnógrafo deve privilegiar a escuta e não o interrogatório. E, desta forma, poderá perceber quais são as questões de maior relevância para os sujeitos da pesquisa (os nativos de seus trabalhos) e possibilitar uma relação onde:

(...) vale mais a pena escutar os nativos que interrogá-los, não somente para ouvir suas próprias classificações, mas também para evitar receber as respostas que não seriam senão o espelho das questões e das expectativas do pesquisador. Para além do fato de que, ao longo de uma pesquisa por questionário, o pesquisado procure agradar o pesquisador, inventando respostas que, em seu entender, deverão satisfazê-lo, pode ser que a formulação da questão não tenha qualquer sentido para o questionado ou antes que não tenha outro sentido senão a confrontação entre dois universos sócio-linguísticos hierarquizados (WEBER, 2009, p. 29).

As limitações em se utilizar o questionário como fonte única de conhecimento, para a autora, ficam ainda mais evidentes quando há uma “distância social” entre entrevistador e entrevistado; quanto maior a distância, maiores as limitações. O questionário pode ser mais eficaz quando o pesquisador está atento ao que não é dito e ao como é dito, do que pela unanimidade das respostas recebidas.

Assim, a escuta e a observação constituem ferramentas fundamentais que permitem ao etnógrafo, através da subsequente interpretação, a compreensão sobre o universo do pesquisado e as relações nele constituídas. A autora sugere especial cuidado por parte do pesquisador mantendo-se alerta as possíveis diferenças linguísticas tanto semânticas quanto sociais presentes nos discursos. A escuta etnográfica precisa estar atenta tanto ao uso das palavras quanto à forma de falar e relacioná-los ao pertencimento de “classe e de local” pesquisado (WEBER, 2009).

Inspirada em pesquisas etnográficas, procurei me aproximar de suas ferramentas e exercitar o olhar, o observar, o escutar e o registrar no decorrer do trabalho de campo. Ao longo do trabalho, foram realizadas um total de quarenta e nove (49) idas a campo que resultaram em observações e um tanto de outras em que os informantes não puderam me receber ou não foram encontrados.

Operacionalmente, a realização desta pesquisa envolveu a produção de dados através do mapeamento dos serviços existentes que materializam as políticas sociais em Matinhos e no bairro Tabuleiro. Estes dados foram acessados através da consulta aos bancos de dados de três políticas nacionais: Assistência Social, Educação e Saúde.

Foram também mapeados os programas e serviços que operam tais políticas no bairro Tabuleiro (Escolas, Unidade de Saúde, Centro de Assistência Social) e entrevistados agentes que desenvolvem, que operam tais políticas no bairro.

A etapa mais intensa do trabalho de campo foi dedicada à aproximação em profundidade ao cotidiano das famílias, valendo-me de visitas aos domicílios, da observação e de entrevistas informais. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas tanto com as famílias quanto com os agentes operadores de políticas sociais no bairro.

Aqui, é importante detalhar os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados que, conforme já descrito anteriormente, fazem parte das ferramentas utilizadas pelas pesquisas etnográficas:

- Observação participante

A observação participante é o momento da aproximação e da busca por conhecer o cotidiano dos sujeitos, as relações que estabelecem e as atividades que compõe o cenário da pesquisa. “Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os que são costumeiros, construindo cadeias de significação. Este modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar” (CARDOSO, 1997, p.102). Para compreender as práticas e os discursos é preciso conhecer bem o contexto social e cultural em que estes acontecem, tornando possível fazer uma escuta que não aprisione os informantes a um discurso certo ou errado, mas sim a representação de uma realidade multifacetada (FONSECA,1999).

- Diário de campo

É um instrumento fundamental para a pesquisa etnográfica, pois é onde a experiência vivida transforma-se em narrativa e onde é registrado o que se observa, se ouve e se sente, para posterior reflexão e análise. Segundo Winkin (1998) o diário de campo tem três funções: a catártica, a empírica e a reflexiva. A primeira se refere ao seu papel em possibilitar a explicitação dos sentimentos (por muitas vezes contraditórios), despertados na experiência de campo. A segunda diz respeito ao registro de tudo que é observado e chama atenção no trabalho de campo. A terceira, por sua vez, permite a reflexão e a análise da realidade, decorrente de regularidades observadas ao longo dos relatos descritos, bem como da própria postura do pesquisador. Magnani (1997) refere o diário de campo como um instrumento indispensável para a pesquisa possibilitando ao pesquisador reflexões, teorizações,

desabafos desde os primeiros rascunhos até as análises mais complexas e aprofundadas.

- Entrevista etnográfica:

A entrevista no contexto etnográfico, conforme autores como Angrosino, (2009) e Fonseca (1999), deve ser feita no momento em que a relação construída entre entrevistador/entrevistado já superou o mal-estar inicial e, portanto, já existe confiança entre eles. Ela tem um caráter aberto e pressupõe uma atenta conversação, a fim de que não se percam pistas que possam levar o pesquisador a compreender questões inicialmente não imaginadas. Apesar disso, ela requer um roteiro com tópicos a serem abordados, tanto com as famílias quanto com os operadores das políticas.

Definido os instrumentos que possibilitaram a coleta de dados, foi necessário me debruçar sobre os procedimentos de análise dos dados. Minha aventura etnográfica me levou as etapas propostas por Fonseca (1999) para análise de dados, quais sejam: estranhamento, esquematização, desconstrução, comparação, a proposição de modelos alternativos. A seguir, apresento cada uma delas.

- Estranhamento: Ao mergulhar no trabalho de campo, aproximando-se dos sujeitos da pesquisa, partilhando do seu universo simbólico e comparando-o com o do próprio pesquisador é possível perceber práticas que se diferenciam. Este estranhamento é capaz de delimitar o objeto da pesquisa. O estranhamento das práticas é pista essencial para apreensão dos dados a serem analisados.
- Esquematização: Esta é a etapa de “levantamento censitário”, é o mapeamento dos dados que compõe a realidade estudada, das relações “de alguma forma institucionalizadas” (FONSECA, 1999), buscando também apreender os dados sobre as configurações e as possíveis ligações entre sujeitos, ou seja: quem tem, que tipos de relação tem, com quem tem. Com estas informações devidamente identificadas se constrói diagramas, tabelas que são instrumentos para posterior análise dos dados. Permite também orientar o olhar do pesquisador para pontos mais significativos da teia de relações.
- Desconstrução: É o movimento de afastamento das verdades estereotipadas que muitas vezes nos acompanham (principalmente quando tencionamos estudar realidades de nossa própria sociedade). Os rótulos comumente são utilizados para (des)qualificar grupos e segmentos sociais não

favorecem uma análise capaz de compreender os valores, sentidos, culturas e modos de vida construídos e partilhados nestes grupos.

- Comparação: É o momento de busca por “dinâmicas análogas” na literatura. A comparação permite perceber nuances de realidades semelhantes com práticas completamente diferentes ou realidades diferentes com dinâmicas semelhantes. Possibilita a produção de conhecimentos pela aproximação e comparação com dados e análises de outros espaços. Na leitura de outros estudos etnográficos é possível levantar questões problematizadoras da análise de sua própria pesquisa, gerando novas hipóteses.
- A proposição de modelos alternativos: Ao sistematizar seus resultados, o pesquisador não busca generalizá-los, mas inscrevê-los num horizonte de conhecimentos produzidos sobre as relações sociais. Diante do desafio de encontrar, nas diversas dinâmicas, a lógica subjacente às relações estudadas, Fonseca (1999) recomenda concentrar-se em casos exemplares que podem ajudar a elucidar tal lógica.

Explicitado os procedimentos de coleta e análise de dados, me volto para o campo propriamente dito, apresentando as famílias e os agentes operadores que permitiram a realização desta pesquisa.

1.2 A ENTRADA EM CAMPO E SEUS PERCALÇOS

O trabalho de campo teve início em dezembro de 2014 com os contatos de aproximação com agentes das políticas de Assistência Social e de Educação que atuam no bairro Tabuleiro. Estes contatos me ajudaram a compreender o desenho das políticas sociais na cidade, como estes profissionais desempenham suas funções e como percebem as famílias que atendem. Através destas primeiras conversas foi possível iniciar as caminhadas pelo bairro que, até então, eu conhecia somente de passagem.

Fazia quatro anos que eu me tornara matinhense. Vinha de outra cidade, outro estado, com outras formas de organização e com a linguagem um tanto diferente. Mesmo assim, esperava encontrar um paralelo entre o bairro Tabuleiro e as vilas

populares que conheci em Porto Alegre, onde o acesso às pessoas sempre me pareceu fácil.

Ao longo das caminhadas pelas tardes no bairro, muitas foram as tentativas de aproximação com moradores. Procurei estabelecer um acesso direto com as famílias para que minha presença não fosse ligada aos profissionais o que, acreditava, poderia causar alguma forma de constrangimento ou tencionamentos interferindo no relacionamento que desejava estabelecer com as famílias.

Nas primeiras vezes que visitei o Tabuleiro, busquei por crianças brincando nas ruas, pois pensava ser um bom atalho para chegar nas famílias. Esta estratégia, no entanto, mostrou-se ineficaz para meu propósito, por duas razões: a primeira, por onde caminhava não encontrava as muitas crianças perambulando pelas ruas como imaginava e a segunda era que as poucas que eventualmente encontrava não estavam tão dispostas a deixar a brincadeira para gastar seu tempo falando comigo. No geral, as pessoas que encontrei em minhas andanças, me pareceram menos receptivas ou interessadas em conversar do que esperava.

Em determinado momento encontrei algumas crianças que se dirigiam a uma atividade extra turno, em uma das escolas do bairro. Conversamos um pouco e combinamos um novo encontro. No dia e horário marcados elas não apareceram e não nos encontramos mais. Por fim abandonei a estratégia avaliando que tais crianças me pareciam pouco confiantes em conversar ou mostrar sua casa a uma pessoa desconhecida.

O caminho de acesso que acabou se mostrando eficaz, tanto na aproximação com as famílias quanto com os operadores, foi o do estabelecimento de, nas palavras de Hoffmann-Horochovski (2008), uma “rede de confiabilidade”. Esta rede permite chegar aos informantes através do contato com um amigo ou familiar que serve como uma espécie de “fiador”, indicando e favorecendo o acesso do pesquisador ao informante. Foi através desta rede de confiabilidade que viabilizou-se o contato tanto com os agentes operadores, quanto com a maioria das famílias entrevistadas.

No caso dos profissionais que trabalham nos serviços de Saúde, Assistência Social e Educação, a rede de confiabilidade foi essencial, uma vez que entre os gestores municipais e a Universidade existem problemas que tem, por diversas vezes, gerado tencionamentos dificultando o acesso de pesquisadores. Creio ser também por este motivo que ao conversar com estes profissionais, me foi solicitado pelos mesmos que não fosse utilizado gravação em áudio ou vídeo. Mais adiante retomo

este ponto para proceder a análise dos dados referentes a esta questão. O registro das entrevistas semiestruturadas foi, então, feito no diário de campo. Com as famílias busquei construir uma relação de proximidade e confiança. Por este motivo optei por não utilizar equipamentos de gravação de áudio ou vídeo. Imaginei que tais recursos poderiam interferir na relação que desejava construir.

Desta forma não foram empregados na pesquisa, equipamentos para gravação do trabalho de campo. Com os operadores por solicitação dos mesmos e com as famílias por uma avaliação e opção minhas.

Outro fato importante que merece ser destacado é que, durante o período em que a pesquisa foi desenvolvida, ocorreram as duas primeiras greves de servidores do município. Os primeiros a paralisarem suas atividades foram os trabalhadores da área da saúde reivindicando melhores salários e estrutura para os atendimentos prestados no hospital municipal. Em seguida, os professores também paralisaram os trabalhos exigindo receber salários compatíveis com o piso nacional da categoria. Estes movimentos geraram, entre os profissionais, um clima tenso que repercutia tanto nas falas dos servidores quanto na das famílias.

Às famílias cheguei na maioria dos casos com o auxílio da indicação de amigos, ou iniciando assunto sobre seu trabalho (caso de dona Tamara ou dona Carolina) ou ainda ao ser abordada com a solicitação de doação de móveis (como no caso de dona Maria). Com algumas o contato foi mais intenso que com outras. Mas no geral foi bem mais tranquilo do que com os operadores, pois demonstravam mais desejo em falar das suas questões (depois que nos conhecíamos) fazendo questão de me explicar como vivem e se organizam na cidade.

O contato com as famílias foi realizado entre os meses de fevereiro a setembro de 2015, através de visitas de aproximação, de entrevistas no contexto etnográfico e da observação participante. Os contatos com os profissionais iniciaram-se ainda nos meses finais de 2014. Para as entrevistas formulei um roteiro para auxiliar na elaboração de um perfil das famílias e me auxiliar na busca por dados junto a políticas.

Nas conversas, meu sotaque, meu dialeto “*porto-alegrês*”, de certa forma serviu para, além de boas risadas, me aproximar dos informantes criando um espaço descontraído que permitia entender melhor o que acontecia ao meu redor. Não raro, precisavam me explicar alguma expressão que haviam usado ou pedir por alguma tradução minha.

Durante as observações, experimentei situações muito diversas: conversas no portão de casas; acompanhamento de deslocamento de famílias pelo bairro até escolas ou coletando recicláveis; questionamentos a respeito de minhas intenções enquanto pesquisadora; convites para cultos e sessões espíritas ou ainda retornar para casa mais cedo porque os informantes não poderiam prestar atenção em mim e no seu trabalho ao mesmo tempo: “olha, agora eu não posso mais conversar e cuidar dos doces. As crianças já estão saindo (da escola) e se me distrair eles pegam os pirulitos e não me pagam. Melhor a gente combinar outra hora” (Dona Carolina, notas diário de campo).

Alguns desafios foram sendo superados, com outros fui aprendendo a conviver, como a timidez de voltar sempre, buscando por vezes uma desculpa para poder partilhar de momentos do cotidiano das famílias.

Em muitos momentos o trabalho de campo trouxe sentimentos contraditórios. Alguns dias, retornei do bairro precisando encontrar a distância certa que me possibilitasse compreender o lugar da fala daqueles sujeitos. Em outros dias, o desconforto parecia pulsar em minhas têmporas e me levaram a colocar em questionamento minha “pose” recém elaborada de pesquisadora. Houveram dias, porém, em que voltei para casa tão repleta de questões que sentia que estava no caminho certo: estava conseguindo estabelecer uma relação que me possibilitou fazer as reflexões que exponho neste trabalho.

Essas experiências de campo, garantidas pelo exercício de observar, escutar e registrar, foram possibilitadas por famílias e operadores das políticas, ou seja, pelos sujeitos desta pesquisa, que passo agora a apresentar.

1.2.1 AS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Durante a pesquisa me aproximei de diversas famílias, com algumas não foi possível continuar o acompanhamento. Com outras, no total de oito famílias consegui estabelecer um contato mais prolongado e sistemático. Algumas delas apresentaram condições para que conversássemos: somente aos domingos à tarde; enquanto seus clientes (crianças) não chegassem para comprar suas balas; ou, ainda, somente a partir de um determinado horário. Em algumas situações, mesmo tendo combinando

previamente, não encontrei ninguém em casa ou precisei sair mais cedo por algum compromisso que elas não haviam previsto anteriormente. De forma geral, contudo, por meio de encontros por vezes combinados, por vezes ao acaso, entre fotos de quem já partiu ou os relatos de como experimentam a vida, fui conhecendo suas histórias, suas lutas, as distâncias percorridas em busca de uma vida melhor ou, pelo menos, para tentar sobreviver.

Passo agora a uma breve apresentação das oito famílias participantes da pesquisa² e de suas trajetórias, me atrevendo a desenhar um singelo retrato dos sujeitos que emprestaram suas experiências para que eu pudesse me experimentar pesquisadora.

Maria Alice e Lucas

Conheci Maria Alice através da diarista de uma amiga. Foi um dos primeiros contatos com os moradores do bairro. Logo na primeira conversa para ver sua disponibilidade em participar da pesquisa, Maria Alice se mostrou simpática e disposta a conversar. Moram na mesma casa ela (38 anos), o marido Lucas (35 anos) e três dos quatro filhos (Liliane, 12 anos, Gabriel, 14 e Luísa 16 anos). A casa é de alvenaria e está inacabada, falta reboco e piso, mas é grande e tem os móveis em bom estado. Todas as vezes fui recebida na varanda, e sempre de forma muito acolhedora, Maria Alice me oferece um suco ou café. Nas primeiras visitas, Gabriel e Liliane frequentavam turma especial em uma escola do bairro devido a uma “dificuldade de aprender” como me explica a mãe. Luísa frequenta uma escola da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que se situa no centro da cidade e para onde é levada por ônibus escolar do município. A adolescente, tem dificuldades na fala e é, nas palavras de sua mãe, “como criança”. Lucas trabalha em prestadora de serviços para a prefeitura, que atua na manutenção das calçadas e asfalto das ruas.

Maria Alice conta que vieram de Curitiba acompanhando a mãe de Lucas que acabou falecendo. Sem emprego, as crianças ajudavam cuidando carros no bairro de Caiobá. Na época, o Conselho Tutelar começou a acompanhar a família encaminhando os dois menores ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Tempos depois os dois afastaram-se do PETI. Sobrevivem do salário de Lucas

² Os nomes que identificam os informantes foram trocados para garantir o direito ao sigilo.

e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que a filha Luísa recebe. Participaram do Programa Cesta Vida – cesta básica distribuída pela Prefeitura, mas foram excluídos quando Lucas começou a trabalhar para a prefeitura. Durante nossas conversas, são reiteradas as referências as dificuldades em ser pais de filhos adolescentes: as preocupações com os interesses dos filhos nesta fase, os gastos com celulares, e às dificuldades em conseguir dar conta das despesas de alimentação e vestuário dos filhos.

De forma geral, Lucas gosta de fazer análise sobre a conjuntura política do município e do país, enquanto Maria Alice fala dos médicos e da escola dos filhos, da preocupação que tem de que eles sofram *bullying*, sobre as formas de prover o atendimento às suas necessidades, entre outras questões relacionadas com o cotidiano da família.

Júlio e Taís

A família de Júlio (72 anos) e Taís (56 anos) foi a que mais encontrei durante a pesquisa. Seu Júlio é aposentado, gosta de conversar e observar o movimento sentado em uma cadeira na varanda da casa, localizada ao pé do morro. Ao meu *tudo bem?* sempre respondia com um relatório de suas dores que impossibilitavam de locomover-se e os acidentes que sofrera nos últimos anos. Era raro não encontrá-lo com ferimentos novos nas pernas. Com uma expressão de desânimo contava sobre as andanças que fizera na vida, a infância “carpindo” (capinando) como trabalhador rural no interior do Rio Grande do Sul, o período como caminhoneiro, e o tempo em que viveu no Paraguai. Em uma de nossas conversas chegou a dizer que não poder trabalhar lhe causava tristeza: passo o dia assim, cuidando do pequeno (Pedro) de manhã, mas depois vai pra escola. Eu fico aqui sozinho, não tem nada pra dar um disfarce pra gente (notas diário de campo). Sua fala, ao contar suas histórias, estava sempre embalada em um tom melancólico e triste. Mas logo depois, quando eu retornava para casa, passava por mim, em sua bicicleta, rindo da minha incapacidade de me equilibrar em duas rodas, faceiro pelas ruas do bairro.

Dona Taís trabalha na limpeza urbana da cidade em empresa contratada pela prefeitura. Conta que o marido sofre de alcoolismo e que isto lhe traz muita sofrimento e decepção, sente-se desvalorizada e sozinha. Sai de casa às cinco horas da manhã para trabalhar, seis dias por semana. Chega em casa no final da tarde em sua bicicleta. De estatura franzina e de fala mansa, retorna para casa vestida com o

uniforme da empresa, bermuda e camiseta laranja e por baixo uma calça comprida e camiseta de manga longa, para proteger-se das queimaduras do sol. Usa ainda um boné prendendo os cabelos e faz questão de usar um batom vermelho porque: “a gente trabalha assim com uniforme, mas não precisa ser largada. Pode se ajeitar um pouquinho” (notas diário de campo). Este é um dos motivos que faz com que o marido tenha muitos ciúmes e precipite discussões acaloradas. Eles se casaram oficialmente a poucos anos atrás quando ele achou que poderia morrer e a esposa ficaria sem direito a pensão. Taís nasceu no norte do Paraná e morou em vários lugares até chegar em Matinhos já com os filhos nascidos, onde moram há quase vinte anos. Refere que se sente acolhida pela cidade, pois nela foi possível, mesmo com muita dificuldade, conseguir uma casa para morar.

O casal possui cinco filhos já adultos e criam o neto Paulo, de dois anos de idade, que frequenta uma escola infantil do bairro no período da tarde. Apesar dos desencontros entre o casal, ambos são extremamente afetivos e atenciosos com a criança. Dona Taís conta como decidiu ficar com o neto:

A mãe dele nunca quis ele, desde a barriga, então eu disse pra ela: deixa ele aí que não dá pra tirar agora, que eu fico com ele. Quando o garoto nasceu ela começou a querer levar ele pra rua de noite, eu não deixava. Um dia eu disse: hoje não amamenta mais ele, agora ele é meu. Ela nem tentou dar mais mamá, nem falou nada. Aí ele é meu. É meu garotão agora. Né fío? (Taís, notas diário de campo)

Chamou minha atenção que apesar de todos os gestos e palavras carinhosas que presenciei em todos os momentos, a fala de dona Taís sobre a “rejeição” materna foi feita com o garoto no colo, sem rodeios ou sutilezas. No momento fiquei bastante desconcertada, registrando da seguinte forma a situação:

Dona Taís foi dizendo tudo com a criança no colo, acariciando. Fiquei um pouco desconcertada com a transparência das informações passadas sem cerimônias em frente ao garoto sem que este fosse “protegido” das verdades sobre sua mãe e as circunstâncias envolvendo seu nascimento. Enquanto a avó falava abraçada ao menino que me olhava, eu ficava tentando desviar o olhar para não transparecer meu desconforto com o assunto abordado assim, de forma tão resolvida e desprovida de dramas. (notas diário de campo)

A fala de dona Taís parecia desencontrada de seu zelo pelo garoto. Algo fora do lugar que mexia com minha sensibilidade. Somente quando fui rever os dados é que pude entender esta cena de forma diferente. Talvez não se tratasse do relato de

como a mãe biológica de Paulo não quisera ficar com ele. Mas antes, a história de como dona Taís ganhou seu filho mais novo. Não uma história de rejeição, mas de acolhida, de ternura e de escolha.

Com bastante dificuldade o casal mantém o pagamento de um terreno nas proximidades de onde moram para que, em algum momento, se os filhos tiverem necessidade, possam ter onde morar sem pagar aluguel. A família sobrevive do salário de dona Taís, da aposentadoria de seu Júlio, do PBF (Programa Bolsa Família) e do PCV (Programa Cesta Vida) recebido pela prefeitura.

Kátia

Kátia é uma jovem de 22 anos que mora com seu marido e duas filhas, uma de quase três e outra de seis anos de idade. A mais nova é filha do atual marido enquanto a mais velha nasceu de outro relacionamento quando ainda era adolescente. Kátia trabalha em um restaurante e seu marido em uma loja de artigos para festas. Além dos salários do casal, a família conta com o Programa Leite das Crianças e Cesta Vida para garantir auxiliar no seu sustento. Kátia também vende bijuterias e *langerie* para completar o orçamento. As crianças são atendidas em escolas infantis no centro da cidade e são atendidas no período da manhã. Durante a tarde, ficam com a vizinha que recebe (cerca de duzentos reais mensais) parte do orçamento do casal para cuidar das meninas do meio dia até as 16hs, quando a mãe retorna do trabalho.

A família mora em uma casa de madeira, com poucos móveis. As paredes foram redecoradas pelas meninas com desenhos pintados com giz de cera multicoloridos. Se destaca no cenário a cama do casal, sempre bem arrumada com colcha bordada e no chão um tapetinho combinando. Sobre a cama uma quantidade que parece invencível de roupinhas cor de rosa aguardam para serem dobradas. Kátia justifica que por trabalhar fora precisa fazer escolhas sobre quais tarefas domésticas vai atender primeiro e não consegue dar conta de dobrar as roupas.

Kátia, desde que está com o novo companheiro, mora nos fundos do pátio da mãe. Na entrada da rua de acesso às casas mora a cuidadora das meninas. Lá se reúnem seus netos, crianças de idades variadas que brincam com as filhas de Kátia. As brincadeiras do grupo ocorrem no terreno entre as casas, que dividem com cavalos que pastam amarrados por ali, galinhas e cachorros e são sempre acompanhadas de perto por um adulto.

Kátia veio com os pais para a cidade ainda pequena, estudou em escolas do Tabuleiro até terminar o ensino fundamental quando passou a assistir aulas em escola de outro bairro. A jovem mãe afirma que se sente feliz em morar na cidade apesar das dificuldades, como levar as meninas de bicicleta para a escola cedo pela manhã nos dias chuvosos ou ainda ter de ir a pé até o médico (que é longe de sua casa) com as crianças no colo quando doentes. Mesmo assim não pensa em deixar a cidade, gosta do lugar. Ela conta que a família não costuma sair para passear na praia. No tempo que sobra depois do trabalho (seis dias por semana) prefere ficar em casa descansando. Sobre os programas sociais que participa acha adequado que ao invés do repasse em dinheiro sejam distribuídos gêneros alimentícios porque “tem gente que gasta o dinheiro em cachaça” (notas diário de campo).

Tamara e Romualdo

Conheci Tamara quando veio à minha casa pedir garrafas plásticas vazias com os dois filhos: Marcos de 7 anos e Pedro de 3. Pude acompanhar esta família em suas caminhadas pelo bairro coletando materiais recicláveis ou sobras de feira com seu carrinho. Dona Tamara observa os cestos de lixo enquanto fala e indica aos filhos quais sacolas tem garrafas. Seu Romualdo anda com certa dificuldade por conta de sua condição de saúde precária, mas sem se descuidar dos filhos que correm por todos os lados rindo alto e saltitando sem parar. A todo momento alerta aos gritos sobre os perigos dos carros e cachorros. As crianças estudam em escolas diferentes, Marcos em escola de ensino fundamental e Pedro em escola infantil, ambas no bairro, mas longe de sua casa.

A casa em que moram foi emprestada por um vizinho e amigo. Fica longe da rua, em terreno com muro na frente e cercado de capim alto onde seu cavalo permanece amarrado. No terreno existem rochas altas, um açude, patos, galinhas, cachorros e gatos, além de uma gruta com a imagem de uma santa que protege o local. A moradia é de madeira e bem precária, parte da casa é de chão batido. No pátio, guardam os objetos que ganham “do pessoal dos prédios” em suas andanças pelo bairro de Caiobá: muitas bicicletas, geladeiras, bolas, fornos de micro-ondas, cadeiras, sacolas com roupas e quase tudo que pode caber nos carrinhos que puxam. Mesmo assim, dona Tamara diz que não tem trabalhado muito com a coleta de recicláveis, que o “forte” de sua renda vem das “garrafadas e rezas” que faz, como é cigana conhece muitos “chás e rezas fortes de proteção”. E a estas rezas e a gruta

construída próxima as rochas atribui a proteção da casa. Em tom muito sério mostra ao longe três árvores completamente queimadas por um raio que teria sido desviado de sua casa pelos poderes de proteção da santa. Além disso, compõe o orçamento da família a cesta básica que recebe do Programa Cesta Vida. Conta que morou em vários estados do país e até mesmo na Ásia por conta da tradição nômade dos ciganos. O casal é do norte do Paraná e está na cidade há oito anos, mas conhecem e se relacionam com muitas pessoas influentes na cidade, tanto empresários quanto políticos que solicitam suas rezas e orientações espirituais.

Márcia

Márcia tem 48 anos e veio de Curitiba a pouco mais de um ano e meio com sua filha Cecília que é adolescente. Lá trabalhou como faxineira por muitos anos até que ficou desempregada e, não conseguindo emprego, veio para Matinhos em busca de uma vida melhor.

Conseguiu trabalho na limpeza urbana em empresa terceirizada pela prefeitura para o período de verão, mas quase no final da temporada quebrou o dedo de um dos pés durante o trabalho e foi dispensada da empresa. Desempregada, teve dificuldade em conseguir manter o tratamento para o pé por falta de dinheiro para pagar as medicações. Neste período, conseguiu entrar para o programa Cesta Vida. Com serviço de diarista ganhava o dinheiro necessário para pagar o aluguel de uma pequena casa de madeira nos fundos de um terreno, na encosta do morro. A casa era construída sobre pilares que a deixava alta do chão, porque, quando chove muito desce água do morro e tudo ao redor alaga, transbordando o canal que fica a poucas quadras.

Na casa de Márcia, é comum encontrar sobre a mesa da cozinha legumes velhos, descartados pelos supermercados, que recolhe, mas que ainda são possíveis de serem consumidos. Enfeitando a sala/cozinha algumas fotos da filha Cecília, 17 anos, que estudava em escola no centro da cidade. Vale registrar que, durante o período da pesquisa, Cecília se casou e mudou-se para o Rio Grande do Sul. Márcia ficou em Matinhos, morando próximo da irmã com quem se relaciona pouco. Participa de uma igreja evangélica perto de sua casa e tem neste espaço uma referência importante de apoio espiritual e para as dificuldades do dia a dia.

Carolina

Dona Carolina tem 63 anos. É divorciada e tem 2 filhas adultas que moram em Curitiba, onde nasceu e residia anteriormente. Faz dez anos que mora em Matinhos, sempre no bairro Tabuleiro, mas em endereços diferentes. Sua residência atual consiste numa casa bem pequena, alugada onde mora com dois cachorros e um gato, próxima de uma escola. A proximidade com a escola serve para que consiga complementar sua renda de aposentada com a venda de doces para as crianças.

Dona Carolina tem problemas respiratórios piorados pelo consumo de cigarros, e que já lhe trouxeram pneumonias e suspeita de ter adquirido tuberculose. Apesar disso diz não ter “ideia de parar de fumar”. Gosta de contar sobre sua vida, sobre os namorados que teve, o trabalho na rádio em Curitiba. Gosta de falar também sobre os desentendimentos com alguns vizinhos e as brigas com as crianças que levam seus doces sem pagar. Enquanto conversávamos constantemente parava e apontava para algum vizinho contando os desentendimentos. O tom é sempre mais alto do que seria recomendável nestas situações (se a intenção for evitar confrontos).

Quando se aposentou e quis morar em um lugar mais tranquilo, decidiu vir para o litoral com a neta. Durante a pesquisa a neta foi morar em outro bairro, mas as duas mantêm contato frequente. Com isso dona Carolina pode consultar em outra unidade de saúde, usando o endereço da neta, onde os médicos são considerados melhores que os do posto mais próximo de sua residência, segundo sua avaliação. Ela não participa de programas como PBF ou Cesta Vida, mas precisa retirar constantemente os medicamentos na farmácia do município para o tratamento da saúde que são muito caros comparados com o salário que recebe.

Angelita

Angelita vive na cidade há vinte anos, veio de Curitiba com o marido e os quatro filhos pequenos. Depois de morar em vários lugares recebeu um terreno da prefeitura por intermédio do então genro que lá trabalhava. Na época, o bairro Tabuleiro não tinha muitos moradores. Por conta da proximidade com os rios, a região era uma espécie de “banhado” ocupado por árvores, que a família precisou cortar para poderem construir a casa. Tempos depois a prefeitura mandou uma máquina retroescavadeira que abriu várias ruas facilitando o acesso às casas.

Trabalhava como diarista, mas também tem experiência em cuidar de idosos, atividade que refere gostar muito. Aprendeu os manejos necessários para tal função

com os enfermeiros do hospital municipal quando sua mãe ficou acamada. É também benzedeira, prática e dom que, como afirma, herdou da avó materna. Por conta da aposentadoria tem planos de abrir um barzinho para vender os salgados que faz. Teve infância muito pobre, precisando mendigar quando criança para ajudar a criar os irmãos mais novos.

Cuidou de dois netos quando seu filho e a nora se separaram. Motivo pelo qual ingressou no PBF. Quando deixou de cuidá-los, informou a assistente social para sair do programa explicando que não precisava mais de auxílio. Hoje faz parte do programa Cesta Vida e diz que por isso fica bem mais fácil comprar outros itens que faltam como carne, verduras e frutas que são muito caros na cidade.

Sua casa é antiga e de madeira, tem os móveis gastos mas chama a atenção à disposição dos móveis. Na sala pequena, os sofás separam o ambiente, formando dois espaços distintos um com a televisão e outro com a cozinha. Na parede, logo na entrada, tem vários retratos da família, entre elas os familiares falecidos: uma neta, um irmão, um tio que a criou e, no outro lado, quadros e imagens religiosas.

Na casa mora com o quarto esposo, um filho dependente químico que está tentando se organizar, e o irmão que ela busca convencer a mudar-se para outra casa. No pequeno terreno cria gatos, cachorros, galinhas, e teve até coelhos. Nos fundos do lote mora a filha e o neto. Relata que a boa relação que tem com esta filha desperta ciúmes na filha mais nova, e, culminou no rompimento de relações envolvendo agressões.

Viviane

Viviane tem uma filha casada e um filho de 8 anos. É viúva, tem 44 anos e mora em uma casa, que ainda está em processo de construção, nos fundos da casa da mãe. Trabalha como empregada doméstica num bairro de alto padrão da cidade. Francisco, seu filho, estuda em escola municipal no bairro e lá participa de atividades extracurriculares que a mãe acompanha, na medida do possível, levando e buscando o garoto. Crê que as atividades ofertadas na escola são fracas e por este motivo paga um curso de inglês para o garoto. O menino não costuma brincar na rua ou na casa de vizinhos, preferindo ficar em casa assistindo televisão ou “mexendo” no computador. Viviane aprova o “jeito” do filho, pois acha mais seguro assim, do que estar com outras crianças e ter brigas ou envolver-se em problemas depois.

Viviane cuidou do falecido marido que passou um período acamado por causa de um problema grave de saúde. Aprendeu a fazer curativos, medicação e tudo o mais com a equipe do posto de saúde que acompanhava o caso. O filho era pequeno quando o pai adoeceu. Apesar das dificuldades em lidar com a situação (internações em Curitiba, deslocamentos para exames e médicos), diz que conseguiu cuidar bem do marido. Chegou a pensar em cursar enfermagem, mas é difícil porque teria que sair da cidade para estudar e isso é inviável para ela.

Além do salário como doméstica, participa do programa Cesta Vida, e dessa forma vai construindo a casa aos poucos, “porque a mão de obra é muito cara” na cidade.

1.2.2 OS AGENTES OPERADORES DAS POLÍTICAS

Suzane foi a primeira assistente social com quem conversei no bairro. Coordena serviço de assistência social referência para todo o município. Tem bom conhecimento da cidade e se coloca com propriedade falando sobre a política de Assistência Social e seus princípios. Já desempenhou várias funções no município, relacionadas a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Antes do término da pesquisa Suzane passou a trabalhar em outra cidade.

Lucrécia é agente comunitária de saúde e há dez anos trabalha no bairro onde mora, embora seja responsável por outra microrregião (Tabuleiro/Vila Nova). Não nasceu em Matinhos, mas conhece bem a cidade e o trabalho que desenvolve em saúde. Faz curso de graduação no setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Elaine é professora em duas escolas públicas da cidade, sendo uma na rede municipal e outra na rede estadual. Chegou na cidade quando já estava casada, retomou os estudos (ensino médio e posterior curso de Pedagogia) quando os filhos cresceram.

Roberta é pedagoga e trabalha em escola da rede municipal. Sua relação com cidade é mais antiga, pois pertence a uma família de moradores “nativos” da região. É coordenadora pedagógica há quase dez anos e já exerceu outras funções na rede de ensino na cidade.

Cleusa é pedagoga em uma escola da região. Além do contato com a secretaria de educação, famílias e outras instituições da cidade, desenvolve projetos com o objetivo de sensibilizar os pais para o cuidado adequado com a higiene das crianças. Antes do término da pesquisa foi transferida para outra escola da rede.

Flávia é pedagoga, trabalha em uma das escolas do bairro no setor pedagógico da escola. Já atuou como professora em diversas escolas, tanto da rede municipal quanto estadual.

Elisa é professora da rede municipal. Assumiu a direção da escola em que trabalhava durante a atual gestão municipal tendo sido indicada pelo prefeito (tal qual as demais direções da rede municipal da cidade).

Rita é professora e tem atuação tanto na rede municipal quanto na rede privada. Também responde pela direção de uma escola municipal por indicação do prefeito. Procura desenvolver atividades de formação buscando apoio da Universidade para qualificação dos professores de sua escola.

Marta e Maria são duas senhoras que participam da Pastoral da Criança, movimento ligado à Igreja Católica e que trabalha com a missão de orientar e acompanhar famílias de comunidades pobres com relação a saúde das crianças.

1.3 SOBRE A ÉTICA NA PESQUISA ETNOGRÁFICA

A etnografia é uma metodologia que permite ao pesquisador entrar no campo e interagir com os informantes sem que haja um intermediário entre eles, utilizando a subjetividade do observador como ferramenta de análise. Isto significa que também não o protege quanto a interpelações ou recusas por parte dos sujeitos. E é justamente quando os *nativos* não ocupam um lugar de passividade diante do pesquisador que a etnografia consegue atingir seu objetivo.

Esta característica da etnografia, de construção continuada de relação, tem justificado que a pesquisa etnográfica não tenha adotado o termo de consentimento livre esclarecido como ferramenta a garantir o respeito aos direitos dos informantes. Isto porque o termo não poderia garantir, mais do que a própria relação construída, o direito ao questionamento por parte dos informantes, nem dar conta da característica imponderável do trabalho de campo (FONSECA, 2010).

Durante a realização da pesquisa me deparei com estas questões, sobre as quais me proponho a expressar a posição que assumi partindo de uma reflexão sobre a experiência que narro a seguir.

Havia combinado um encontro com Kátia, em sua casa. Era a primeira vez que conversaríamos. Tinha ensaiado todo o discurso sobre a pesquisa, estava confiante. Já estava em contato com várias famílias e o receio de não conseguir encontrar informantes havia passado.

Coloquei a mochila nas costas e caminhei até o Tabuleiro. Na casa encontrei Kátia e seu pai, senhor Júlio. Enquanto conversávamos chega Josué, um vizinho e amigo da família que era pedreiro e construía uma casa para outro filho de seu Júlio.

Josué logo entra na conversa e começa a perguntar sobre o meu projeto. Pergunta se a pesquisa é minha ou da universidade? Porque fazer uma pesquisa destas? Qual meu interesse? O que eu quero com a pesquisa? Porque não faço perguntas para a prefeitura? Como terei certeza de que as pessoas não estão mentindo para mim? O que as pessoas ganham com minha pesquisa? E, por fim, arremata: “já que você vai saber dos problemas, vai saber como melhorar as coisas, como vai funcionar? Vai falar pro prefeito? E a briga do prefeito com a Universidade não vai atrapalhar? (Diário de campo)

Para responder meu interlocutor usei todo o discurso que havia ensaiado, mas este não foi o suficiente. Mentalmente invoquei os textos que havia lido sobre etnografia, e desfiei a literatura tentando construir respostas claras. A cada resposta minha, mais uma pergunta surgia. Seu Júlio ria empolgado com a sabatina, enquanto Kátia impaciente dizia a Josué que a conversa era com ela. Depois dos questionamentos retomei a conversa com Kátia precisando reagendar para outro dia.

Saí sentindo-me desconsertada, como se minha “boa intenção” e meu esforço em compreender aquelas pessoas tivesse sido questionada. No caminho de volta, já não tinha o passo tão firme de quando fui. Me dei conta de que estava incomodada por ter sido questionada, embora tão convicta de que fazia tudo certo: ouvir, observar, proximidade, distanciamento... respeito aos sujeitos.

Apenas com certo tempo de reflexão, pude relacionar o episódio narrado com uma premissa ética da etnografia. Tal premissa seria justamente o espaço para que a própria proposta da pesquisa e sua “utilidade” possa ser problematizada pelos sujeitos implicados no trabalho de campo.

Fonseca (2010) defende que a antropologia busca compreender as questões mais profundas das práticas culturais, ou, como diz, aquilo que não é “pra inglês ver”. Isso traria para etnografia desafios novos que um documento de “consentimento informado” não daria conta de responder. Outra questão que problematizaria a

utilização desse documento, diz respeito as reais condições dos informantes de saberem de antemão onde as análises (que ainda não fizemos) irão chegar ao assinarem um documento:

Depois de tudo, se o objetivo do antropólogo é justamente chegar na lógica implícita dos atos, falar dos “não ditos” do local, adentrar de certa forma no “inconsciente” das práticas culturais, como podemos imaginar que os informantes preveem todas as consequências de seu consentimento informado? (FONSECA, 2010a, p. 2014).

Esta argumentação é aprofundada também por Fonseca em outro artigo, no qual relata uma controvérsia em torno de um caso ocorrido no Rio Grande do Sul. Uma equipe de médicos e geneticistas ligados a duas universidades e à Secretaria de Saúde do Estado, decidem fazer uma pesquisa com os adolescentes internados na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE). A pesquisa tinha o objetivo de, através de ressonância magnética em cinquenta adolescentes homicidas internados na FASE, descobrir como se produz uma “mente criminosa” através do mapeamento do cérebro. Na época, em 2007, a proposta gerou intensas críticas, vindas de diferentes partes do país, envolvendo diversos campos dentro das ciências humanas e sociais. Elas “referiam-se a precariedade das políticas públicas para sugerir que o desenho da pesquisa não fazia jus a complexidade do problema da violência no Brasil... e questionavam se os direitos dos adolescentes pesquisados não estariam sendo violados” (FONSECA, 2010b, p.41).

A equipe interessada na execução da pesquisa respondeu acusando os críticos de sua proposta, de desconhecerem as novidades na área de neurociências e de nutrirem “uma crença ingênua de que os fenômenos mentais ocorrem independentemente dos cérebros dos indivíduos” (FONSECA, 2010b, p. 42). Além do mais, argumentavam que os direitos dos adolescentes estavam assegurados, pois assinaram documento de consentimento livre e esclarecido.

Após listar várias objeções teóricas e metodológicas no campo das ciências humanas e sociais para este tipo de pesquisa, a autora argumenta que a “dimensão ética” está presente em todas as etapas de uma pesquisa. Significa dizer que desde a “formulação do problema, no recrutamento de aliados, na seleção e tratamento dos sujeitos pesquisados” (FONSECA, 2010b, p. 63). Além disso, a própria escolha de qual linguagem será utilizada e com quem o texto dialogará expressa escolhas éticas:

Ao reconhecer que elementos éticos permeiam a pesquisa científica do início até o fim, torna-se patente que é ilusório imaginar ser possível regular esses elementos inteiramente através das instâncias formais. Qual comitê de ética (...) daria conta da complexidade do campo? Os comitês de ética são importantes (...) não porque devem exercer controle policesco sobre as pesquisas. São importantes porque suscitam discussões que (esperamos) vão extrapolar os limites da comunidade acadêmica, minando os alicerces dos muros, já esburacados, que circundam a cidadela da ciência (FONSECA, 2010b, p. 63/64).

No mesmo sentido de problematizar a exigência de uma única forma de respeitar os direitos dos interlocutores, Cardoso de Oliveira (2010) sustenta que os antropólogos têm uma visão crítica a respeito de como a regulamentação ética da pesquisa se estabeleceu no Brasil a partir da Resolução do Conselho Nacional de Saúde. O autor afirma que os compromissos éticos da pesquisa antropológica iriam além das asseguradas pela resolução em questão. Ele apresenta três responsabilidades ou compromissos que norteiam o trabalho dos antropólogos independentemente do tipo de pesquisa que estejam envolvidos:

Estes são (...): o compromisso com a verdade e a produção de conhecimento em consonância com os critérios de validade compartilhados na comunidade de pesquisadores; o compromisso com os sujeitos da pesquisa, cujas práticas e representações constituem o foco da investigação - daí a ideia da pesquisa *com* seres humanos e não *em* seres humanos; e por fim o compromisso com a sociedade e a cidadania, que exige a divulgação dos resultados da pesquisa, usualmente por meio de publicações, e eventualmente demanda a intervenção pública do pesquisador, quando esses resultados são distorcidos para beneficiar interesses que ameacem direitos da população pesquisada. Assim, a divulgação dos resultados é uma obrigação moral do pesquisador com o objetivo de contribuir com o esclarecimento do cidadão e da sociedade sobre o problema em tela (OLIVEIRA, 2010, p. 27/28).

Sobre o compromisso com a verdade e a produção do conhecimento, afirma que todo o trabalho do antropólogo deve estar apoiado em pesquisa empírica, e que os dados do campo não podem ser “maquiados ou falseados”.

O segundo ponto que diz respeito a responsabilidade ou compromisso ético com os sujeitos da pesquisa tem sido compreendido de duas formas distintas, mas intimamente relacionadas: a ideia do respeito aos informantes (aos sujeitos da pesquisa) e ao “consentimento” em participar da pesquisa. O reconhecimento do consentimento era lido pelo engajamento, pelo envolvimento dos sujeitos da pesquisa ainda que não explicitado.

A partir da resolução de número 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, o documento de consentimento informado passa a ser entendido como “a” forma

adequada de expressar a concordância dos sujeitos em participar de pesquisas. Inicia-se um debate deflagrado pela resolução. De um lado pesquisadores ligados a áreas das Ciências Biomédicas e do outro das áreas das Ciências Humanas e Sociais.

A área Biomédica defende que apenas um documento devidamente assinado pelos participantes pode garantir o direito dos sujeitos participantes. Já a área das Ciências Humanas e Sociais compreendem que as duas áreas têm suas especificidades embora ambas defendam os que os direitos dos sujeitos devam ser preservados. Porém, argumenta que se o consentimento livre e esclarecido pressupõe que os informantes devem saber “tudo o que será abordado e todos os temas que o pesquisador desenvolverá para publicação depois de concluir a coleta dos dados, a pesquisa será inviabilizada” (OLIVEIRA, 2010, p. 30).

O autor chama a atenção para a diferença entre pesquisas *em* seres humanos e *com* seres humanos. Pesquisa *em* seres humanos, é próprio de pesquisas biomédicas e pressupõe uma “intervenção”, sendo assim é pertinente que os sujeitos participantes tenham o máximo de informações sobre como será feita a intervenção, sobre os objetivos e os efeitos decorrentes desta intervenção em seu corpo. As instituições, segundo Cardoso de Oliveira, que regulamentam a pesquisa em seres humanos estariam corretas ao demarcar tais preocupações em defesa dos direitos dos participantes das pesquisas.

A pesquisa *com* seres humanos, por sua vez, compreende “sempre uma relação de interlocução” entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa, como se caracteriza o tipo de trabalho desenvolvido por antropólogos. Desta forma o respeito aos direitos dos cidadãos vai além do término da pesquisa, ele está presente na decisão de onde e como publicizar os dados e até mesmo “sempre que perceber manipulações indevidas de suas publicações, motivadas por interesses que ameacem direitos dos sujeitos da pesquisa” (OLIVEIRA, 2010, p. 30).

O antropólogo quando inicia um trabalho de campo, mesmo com um problema em mente precisa de algum “ajuste no percurso”. O trabalho do antropólogo no campo “supõe não só que ele será capaz de aprender com os sujeitos da pesquisa, mas também que aprenderá o suficiente para ter que reajustar o seu foco inicial da pesquisa” (OLIVEIRA, 2010, p. 29). O campo oferece para a pesquisa com seres humanos uma fonte imprevisível de temas a serem abordados, desta forma também é imprevisível o lugar de sua chegada final. Além de alguns temas serem difíceis de obter um documento assinado como é o caso de pesquisas que envolvam temas

ligados a atividades ilícitas, desta forma estariam fora do prescrito pela resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde.

O debate sobre os termos éticos que norteiam as pesquisas e que se propõe universais (englobando as Ciências Humanas e Sociais e as Ciências Biomédicas) continua a ser travado junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), onde no pano de fundo das questões parece estar a discussão sobre o respeito a diversidade e especificidades das áreas em questão. Recentemente, em 06 de abril de 2016 quando este trabalho estava sendo concluído, foi aprovada pelo CNS uma nova minuta sobre ética nas pesquisas das Ciências Sociais e Humanas, que procura considerar especificidades das pesquisas na área. Entre as mudanças, vale mencionar a necessidade de a relatoria nos Comitês de Ética serem realizada por integrantes da área e de o consentimento ser feito por outras formas que não o escrito. Apesar disso, o assunto ética na pesquisa das Ciências Sociais e Humanas ainda é polêmico e uma das lutas é fazer o debate fora do Conselho de Saúde, como por exemplo, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Envolvida por este debate sobre a ética e pesquisa com seres humanos resolvi não solicitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de meus informantes. Embora tenha me apresentado como pesquisadora (aprendiz) e esclarecido o que desejava com nosso contato (informantes e eu), optei no primeiro momento por estabelecer uma relação de proximidade. Assim, a apresentação de um documento formalizando “nossa relação”, me pareceu estar na contramão da relação que desejava estabelecer.

No decorrer da pesquisa fui me perguntando quais os interesses um documento assinado, autorizando a escrita do que observava, protegeria: os meus, perante uma banca, ou dos meus informantes? Me convencendo que tal documento não faria com que meus informantes se sentissem mais seguros quanto ao uso que eu pudesse vir a fazer de nossos encontros, assumi a posição por não pedir autorização por escrito. Embora, obviamente, só tenha entrevistado e observado as pessoas que concordaram em participar da pesquisa.

Cabe registrar ainda que o debate sobre as especificidades dos procedimentos éticos nas ciências sociais e humanas se estende também sobre nominar ou não os informantes conforme seu nome verdadeiro (FONSECA, 2010a). Quanto a isso, decidi por substituir seus nomes verdadeiros por nomes fictícios para preservar a identidade

dos sujeitos da pesquisa, evitando uma possível identificação não desejada (o que, diga-se de passagem, poderia ser possível em uma cidade pequena como Matinhos).

2 CIDADANIA, FAMÍLIAS E POLÍTICAS SOCIAIS

2.1 MARCAS DA CIDADANIA NO BRASIL

Para José Murilo de Carvalho (2001), na trajetória política do Brasil os direitos surgem com uma forma diversa da “ordem natural” proposta por Marshall, segundo a qual a cidadania seria constituída em uma ordem cronológica e lógica: primeiro com os direitos civis (direito fundamental a vida, à liberdade de escolha, igualdade perante a lei), em seguida com os direitos políticos (direito de manifestar-se politicamente, de votar e de ser votado), e na sequência os direitos sociais (que garantem a participação na riqueza do país).

Os direitos civis nascem, no Brasil assentados sobre resquícios que representam entrave para uma “expansão da cidadania”, os quais ecoam ainda hoje:

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelavam-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas (CARVALHO, 2001, p. 37).

Carvalho aponta ainda que o modo com que os direitos são constituídos no país pode ser identificado como sendo “de cima para baixo” ou seja, com o Estado tomando a frente criando-os e concedendo-o à população. A princípio alcançando um número mais restrito de sujeitos para, aos poucos, ampliando os beneficiários. Outra característica do caso brasileiro faz referência ao momento em que os direitos sociais foram aqui implantados e que também traz impactos sobre a cidadania:

O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua

contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa (CARVALHO, 2001, p. 111).

Ainda que alguns direitos tenham sido estabelecidos em nosso país, a efetivação destes ainda estaria longe de se concretizarem. Um exemplo é a ampliação do acesso à escola, apontada por Carvalho (2001) como um dos fatores contribuintes para uma expansão e apropriação dos direitos, é um fenômeno recente no país. Além do mais, conta ainda com frequentes ações governamentais visando reforçar a adesão e permanência das crianças e adolescentes pobres. Isso sem que consideremos aqui a qualidade da escola ofertada a esta população e sua capacidade em favorecer a apropriação de tais direitos.

Assim, alguns conceitos ajudam a compreender os processos históricos e políticos que marcam a construção da cidadania no país, como cidadania em negativo proposto por Carvalho (2001). O conceito refere-se a gama de população que foi aprisionada a uma condição na qual lhe era negado o exercício propositivo da participação política. No início do século XX, as revoltas populares ao que consideravam um ataque aos seus costumes e valores, seja por motivos moralistas ou de cunho religioso, tornaram-se o instrumento de expressão de suas posições.

Tais pessoas não podiam ser consideradas politicamente apáticas. (...) Eram, é verdade, movimentos reativos e não propositivos. Reagia-se a medidas racionalizadoras ou secularizadoras do governo. Mas havia nesses rebeldes um esboço de cidadão, mesmo que em negativo (CARVALHO, 2001, p. 83).

Na década de 1930, tem início o sistema de proteção social brasileiro, com o Estado passando a assumir ações de regulação e manutenção de saúde, educação, previdência e políticas de habitação popular. O Estado estava fortemente comprometido com o mercado e com a promoção do crescimento econômico, assim, a noção de cidadania passa a ser inerente a condição de trabalhador (SILVA, YASBEK e GIOVANNI, 2008).

Neste sentido, o conceito cidadania regulada, de Wanderley Guilherme dos Santos (1987), se refere ao processo de regulamentação de profissões que o estado brasileiro implementa a partir do aumento das pressões por demandas sociais no período do pós-1930 concedendo direitos sociais a parte dos trabalhadores vinculados a estas ocupações. Atrelando a cidadania as atividades profissionais regulamentadas o Estado, por força de lei, estabelece como pré-cidadãos, todos aqueles cujas

ocupações ficaram de fora do reconhecimento estatal, sejam os trabalhadores rurais ou urbanos que não tiveram reconhecidas suas atividades. Nas palavras do autor

(...) são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos de cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei (SANTOS, 1987, p. 68).

A ligação entre ser cidadão e ser trabalhador também é abordada por Peirano, que sugere que a

cidadania no Brasil foi, assim, regulada pelo Estado, imposta pela inclusão na legislação de novas profissões e ocupações e pela ampliação dos direitos associados a ambas. Passaram, deste modo, ao status de cidadão todos aqueles que tinham sua profissão admitida por lei; conseqüentemente, foram considerados pré-cidadãos todos os trabalhadores urbanos não regulamentados e todos os trabalhadores da área rural (PEIRANO, 2006, p. 124).

Desta forma, a carteira de trabalho servia como um atestado de cidadania (SILVA, YASBEK E GIOVANNI, 2008; PEIRANO, 2006; SANTOS, 1987) resultando que apenas uma parcela da população trabalhadora das regiões urbanas do país podia ser considerada como cidadã. Os trabalhadores, agora identificados como cidadãos, passam a ser sujeitos de direitos, mesmo que não fossem igualmente tratados, como sugere Peirano:

Finalmente, é interessante notar que, não obstante a carteira profissional passar a ser símbolo de cidadania, isso não significou o reconhecimento da igualdade entre os indivíduos e a participação integral de todos na comunidade. A carteira profissional, privilégio de uma parcela específica da população, traz em si uma concepção de cidadania que mostra a face da distinção e a marca do *status*. Os cidadãos da nação assim definidos constituem minoria privilegiada. A nação existe como categoria ideológica, sendo composta de indivíduos hierarquizados que se diferenciam por sua profissão e pelo lugar que ocupam no conjunto da sociedade (Peirano 2006, p.125).

“O longo caminho” da construção da cidadania brasileira tem seu auge no final da década de 1980 com a promulgação da Constituição Federal apresentando uma série dos avanços conquistados pelos movimentos sociais.

A concepção sobre uma *nova cidadania* que permeia o texto constitucional, podendo ser, por vezes contraditório, é resultado da mobilização dos movimentos sociais que pressionavam por direitos tencionando para que fossem contemplados os anseios das camadas populares da população. A superação de um “conceito liberal de cidadania” por uma nova cidadania ou cidadania ampliada formulada pelos movimentos sociais, segundo Rabelo (2010):

- redefinia a ideia de direitos, passando a ser considerados legítimos tanto o *direito a ter direitos*, e, portanto, a criação de novos direitos, a partir de lutas específicas, quanto ao direito à igualdade e o direito à diferença;
- pressupunha sujeitos ativos gestando uma cidadania “desde baixo”;
- previa a participação dos cidadãos na própria definição do sistema político, como foi o caso da criação dos orçamentos participativos;
- almejava estabelecer uma nova sociabilidade, calcada em um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis (RABELO, 2010, p. 81).

A articulação de um movimento nacional envolvendo partidos políticos de esquerda, setores progressistas das igrejas, movimentos sociais, personalidades diversas participando de grupos de trabalho constituintes garantiu que fosse possível ampliar a cobertura de direitos na Constituição.

Uma das conquistas atribuídas a este movimento foi a articulação das políticas da assistência social, saúde e previdência social que, juntas, formam a seguridade social, e com isso os direitos que a ela se associam como o Benefício de Prestação continuada (BPC) para idosos e deficientes, a previdência aos trabalhadores rurais. Inseridas neste contexto através da luta de movimentos pelos direitos das crianças e adolescentes consegue colocar a criança como prioridade absoluta com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente que provocou um reordenamento das instituições e políticas voltadas para o atendimento deste público.

Apesar dos significativos avanços a Constituição traz contradições resultantes das disputas entre forças conservadoras e progressistas conforme apontam BEHRING e BOSCHETTI:

Foram também inscritas no texto constitucional, produto de uma correlação de forças desfavorável, conforme apontamos acima, orientações que deram sustentação ao conservadorismo no campo da política social. Exemplo disso

é a contrária convivência entre universalização e seletividade (...). Sabemos contudo que as condições políticas da década de 1990 em diante, e que implicaram um giro conservador para o neoliberalismo dificultaram em muito a implementação real dos princípios orientadores democráticos e dos direitos a eles correspondentes (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 145).

Na década de 1990, as políticas sociais sofrem um importante impacto quando o Brasil, alinhado com a agenda liberal internacional, passa a implementar uma reforma do Estado fazendo cortes significativos na área social interferindo na implementação dos direitos assegurados na Constituição Federal.

a concepção neoliberal propõe outra forma de gestão do social. Nesta concepção, não há referência a direitos universais ou ao debate político sobre as causas da pobreza e da desigualdade, as quais seriam responsabilidade de uma moral *privada* e sujeitas ao trabalho voluntário e filantrópico (RABELO, 2010, p. 83).

As políticas implementadas na década de 1990 estavam voltadas para o mercado, e com um discurso que atribuía ao Estado as causas da crise enfrentada no país. Estabelecer “reformas” no Estado para que a situação fosse superada, foi o discurso propagado.

Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência Social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade e outros – a Carta Constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 148).

Todavia, no final desta década houve uma retomada das preocupações sociais com implantação de diversos programas sociais. Ancorado no valor da igualdade de direitos e, no debate sobre as desigualdades sociais na década seguinte, a criação de uma ação mais articulada de combate à pobreza com o Programa Bolsa Família.

Este programa, além de iniciar uma experiência sobre distribuição de renda ainda que não universalizada, provoca no cenário brasileiro um debate sobre direito e cidadania. Esse debate ainda ocorre com o saldo deste processo histórico que teve seu sentido de cidadania atrelado a relação com o trabalho e não a um reconhecimento de uma condição de igualdade pela condição humana. Ao mesmo tempo, portanto, em que hoje políticas voltadas a uma parcela da população que vive às margens das relações formais de trabalho, a sociedade brasileira ainda atribui, no

âmbito do imaginário social, o status de sub-cidadãos (SOUZA, 2012) a estes segmentos.

2.2 A CENTRALIDADE DAS FAMÍLIAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

A discussão sobre as Políticas Públicas é tema que tem ocupado, com importância, o cenário nacional nas últimas décadas, tendo ganhado força, como descrito anteriormente, com a redemocratização do país.

A relevância do tema está atravessada por tensões contínuas entre a crescente mobilização social que pauta o Estado a dar respostas às situações históricas de desigualdades sociais, e a diminuição dos investimentos e consequente a redução da ação estatal, diante dos processos de reforma do Estado, principalmente nos países em desenvolvimento a partir de 1980 (SOUZA, 2007). Mais recentemente, a relevância do tema das políticas públicas se expressa também em polêmicas geradas pela promoção de políticas afirmativas e de transferência de renda implementadas pelo Estado brasileiro nos últimos anos.

As Políticas Públicas, conforme Höfling (2001) podem ser compreendidas como o “Estado em ação”, ou seja, a forma como o Estado se apresenta, se torna visível na vida da sociedade como um todo ou direcionada a parcelas destas sociedades, tanto no campo econômico quanto social.

Quanto às Políticas Sociais, Höfling sugere que “se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HÖFLING, 2001, p. 31).

As Políticas Sociais seriam então aquelas voltadas para a garantia de condições básicas de vida, assegurando um padrão mínimo de proteção social através da redistribuição de benefícios sociais buscando atender as necessidades básicas dos sujeitos como, por exemplo, a Educação, a Saúde e a Assistência Social, que foram as políticas priorizadas neste trabalho para reflexão.

Conforme apontado anteriormente, na história do país, não experimentamos ações estatais de garantia de direitos da população. Nossas experiências sempre foram fragmentadas e focalistas demais para forjar um sentimento de coesão social.

À ampliação dos direitos segue um período como o dos anos de 1990 pelo alinhamento do governo brasileiro, mesmo tardiamente, ao modelo liberal buscando competir na economia globalizada (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2008). Como consequência tivemos a precarização das relações de trabalho, aumento do desemprego, estagnação econômica, rebaixamento da renda dos trabalhadores e ampliação e aprofundamento da pobreza. Resistindo apenas programas pontuais de benefícios que, pelo grau de focalização, acabavam mais por estigmatizar a população beneficiária do que reverter as ações em experiências de cidadania.

Este processo começou a ser estancado a partir de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência do Brasil, sustentado por ampla aliança e não seguindo a mesma orientação neoliberal que seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

A partir deste momento, programas como o Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Cartão-Alimentação entre outros foram sendo unificados constituindo o Programa Bolsa Família (PBF), ampliando a população beneficiária. Partindo da visão de que a pobreza é um fenômeno multifatorial, que vai além do fator econômico, demandando ações mais amplas para sua superação: “Nas situações de pobreza, convergem fatores de natureza socioeconômica, culturais, familiares, individuais e institucionais, conformando trajetórias distintas e demandando ações menos uniformes ou hegemônicas para seu equacionamento” (COSTA e BRONZO, 2011, p. 50).

Desta forma o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério de Educação e o Ministério da saúde passam a coordenar ações articuladas, enquanto aos municípios cabe a implementação articulada nos territórios. Esta atuação em âmbito nacional, tem, conforme o disposto nos documentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) as seguintes intenções:

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2014).

Essa trajetória das políticas sociais tem sido objeto de balanço de muito estudos. Em uma análise das últimas décadas brasileiras, a relação entre as políticas públicas e as desigualdades sociais, é apontada por Arretche (2015) destacando as mudanças ocorridas desde a década de 1960. Segundo a autora, na década de 1960, o país caracterizava-se por uma população majoritariamente rural, onde a presença de serviços públicos era pequena e distribuída de forma desigual no território nacional. As taxas de analfabetismo eram elevadas, assim como as desigualdades de gênero no acesso à educação e ao trabalho. Já os dados de 2010, apontam uma situação significativamente distinta. O país apresenta-se industrializado, a população concentra-se nas regiões urbanas, houve ampliação do acesso à educação, garantindo redução de níveis de analfabetismos. As taxas de mortalidade infantil diminuíram enquanto as de expectativa de vida ampliaram-se.

Mas, segundo a autora, com toda esta tendência positiva revelada pelos indicadores, as desigualdades referentes a condição tanto de negros quanto das mulheres, não tiveram mesmo sucesso. O acesso de pessoas negras a educação ampliou-se, mas ainda se mostra limitado no ensino superior. Quanto às mulheres, o acesso à escola e ao mundo do trabalho não lhes garantiu igualdade de salários.

Assim, para Arretche, as desigualdades não se restringem às desigualdades econômicas e a superação destas estaria ligada a políticas implementadas com tais objetivos. Para a autora, “as evidências apresentadas [...] confirmam a primazia das políticas para tornar possíveis mudanças substantivas na ordem social e econômica”.

Neste sentido,

A trajetória de longo prazo das desigualdades no Brasil revela que não há determinismos – econômico ou político – nesse processo. Políticas importam! Mais que isso: deslocamentos nos padrões de desigualdade requerem políticas implementadas por longo período de tempo (ARRETCHÉ, 2015, p. 7).

Por outro lado, a autora alerta que “as transformações ainda em curso na estratificação social brasileira não se devem exclusivamente ao impacto das políticas implementadas sob a democracia” (ARRETCHÉ, 2015, p. 452). Arretche afirma que mudanças nos comportamentos sociais participariam do teor destas transformações, referindo como exemplo os comportamentos referentes a fecundidade, as relações

domésticas, padrões conjugais e arranjos familiares. Tais comportamentos teriam impacto da adesão das mulheres ao trabalho assalariado e à escola.

Essa compreensão expressa por Arretche, portanto, aponta para uma relação entre os comportamentos sociais e redução das desigualdades. No cenário mais recente, esta relação se revela com a proposta de um programa de transferência de renda (PBF), com uma ampliação considerável da população beneficiária no país, que recoloca a família como foco de ação do Estado.

A literatura a este respeito aponta a conformação de três diferentes sentidos das políticas sociais voltadas às famílias (MEDEIROS, 2000). Num primeiro tipo, estariam as políticas que buscam promover ou induzir padrões ou perfis familiares desejados, condicionando práticas e modos de vida (como, por exemplo, nos casos de controle ou incentivo a natalidade). Um segundo sentido seria aquele em que as políticas estabelecem com a família uma relação instrumental, no sentido de procurar assegurar a responsabilidade de parte de seus membros diante dos cuidados e proteção para com membros específicos da família (como exemplo, estão as obrigações legais da família com os cuidados com idosos, crianças e doentes). Por fim, uma terceira situação visa tomar a família como instituição redistributiva, no sentido de atuar “redistribuindo recursos entre seus membros, logo toda a política tem impacto sobre os diversos membros das famílias, sejam ou não eles beneficiários diretos” (MEDEIROS, 2000, p. 66).

Outras análises a respeito dos efeitos desta centralidade da família para as políticas de Estado recorrem a comparações com processos históricos diferentes. Buscando compreender a relação entre Estado e famílias pobres, Fonseca (2005) analisa a persistência de modelos e práticas alternativas de família na realidade brasileira, distintas do padrão hegemônico ocidental. Para a autora, esta distinção estaria relacionada a diferenças entre os processos de normatização social em países europeus e o Brasil.

Fonseca *et al* (2009) fazem um paralelo entre a França e o Brasil para destacar as diferenças e especificidades da realidade brasileira. Os problemas representados pelos desordeiros nas cidades francesas dos séculos XVIII e XIX exigiu que o Estado produzisse ações que eliminassem os riscos que mendigos, órfãos e prostitutas perambulando pelas ruas ofereciam. Além de onerosa, a custódia das crianças “delinquentes” gerava responsabilidades que o Estado não desejava assumir. Ao considerar tais crianças como problema médico, a elite francesa legítima além do

castigo, o trabalho terapêutico na família. A criança pobre vista como problema social viabiliza, assim, a inserção de práticas disciplinadoras por parte do Estado no centro da família. A escola para a população pobre é direcionada a forjar uma educação moral, produzindo conhecimentos adequados a sua posição social.

Na França, portanto, tais investimentos teriam produzido os efeitos esperados, como a assimilação do papel da escola, formalização das uniões pela oficialização dos casamentos e a apropriação de um modo de vida conforme valores considerados adequados/civilizados pelas elites.

Aos poucos, a frente disciplinadora surtiu efeito. As classes populares retiraram seus homens da taverna e mandaram seus filhos para a escola, aceitaram se casar na prefeitura e se curvaram ao ritmo semanal do trabalho. Mas só capitularam depois de receber verdadeiros ganhos em troca. Foi só com o direito a participação política e a consolidação dos direitos sociais (salário mínimo digno, condições de saúde, e moradias adequadas...) que cederam às táticas persuasivas promovidas pelo Estado no sentido de normatizar seus comportamentos familiares. É possível dizer que se tornaram simultaneamente cidadãos e disciplinados (FONSECA et al, 2009, p. 78).

Assim, enquanto na França, as políticas de disciplinamento social teriam vindo associadas à ganhos nas condições de vida das populações, no Brasil, tais processos foram historicamente distintos e tiveram alcances muito limitados entre certos segmentos populacionais.

No caso brasileiro, a cronologia é outra. Aqui houve historicamente um esforço bastante mal articulado de “higienizar a população” (ver, por exemplo, Carvalho, 1987). A intervenção junto à parte pobre da população nem sempre veio acompanhada de ganhos objetivos. Neste caso, sobressaem os aspectos moralizantes da intervenção que procura conter condutas “desviantes” sem que aja uma melhoria nas condições objetivas de vida (FONSECA et al, 2009, p. 78).

Na esteira de análises históricas e antropológicas sobre as relações familiares, a própria definição de família a partir de um modelo pré-estabelecido é problematizado por cientistas sociais voltados a pesquisas entre os grupos populares (FONSECA, 2000, 2005; SARTI, 1996). O esforço destes estudos não é apenas no sentido de compreender as relações familiares no contexto de desigualdade, mas também a desconstrução e a problematização de interpretações depreciativas que são associadas a relações familiares encontradas nestes contextos.

Neste sentido, os estudos destacam uma diversidade de arranjos familiares e defendem a necessidade de as análises diferenciarem a família da unidade

doméstica, associação naturalizada em levantamentos censitários (FONSECA, 2000). Também apontam a necessidade compreendê-la para além dos laços consanguíneos e das formas previstas nas leis. Levando em conta estes elementos, Fonseca (2005, p.54) expressa que:

preferimos falar de dinâmicas e relações familiares, do que um modelo ou unidade familiar. Assim, definimos o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo).

No contexto brasileiro atual, entretanto, autores apontam que a família retoma lugar central nas políticas de proteção social como uma unidade protetiva, redistributiva economicamente e capaz de construir novos sujeitos, dotados de valores adequados a nova sociedade. Schuch (2013), ao discutir “como a família funciona em políticas de intervenção social”, defende que

os processos de redemocratização do Brasil devem ser pensados a partir de dois processos correlatos: de um lado a ênfase na retórica dos direitos como instrumentos para a “modernização”, desenvolvimento social e consolidação da democracia; de outro lado a tentativa de criação de “sensibilidades modernas” e novos tipos de pessoa, nos quais os valores de individualidade, autonomia e auto responsabilidade são enfatizados (SCHUCH, 2013, p. 310).

A autora percebe que as transformações ocorridas em torno da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na década de 1990, não se referem apenas a alterações nos princípios que regem as leis, mas “compreendem a gestão de sensibilidades sociais e subjetivas” (SCHUCH, 2013, p. 310). Trata-se então de desenvolver formas de governo das sensibilidades, dos desejos, das atribuições dos sujeitos, ampliando o processo civilizador e percebendo a família como espaço privilegiado de formação de um determinado perfil de indivíduo.

O lugar da família passa a ser tanto o foco de intervenção quanto o instrumento para forjar novas práticas e valores, cabendo às instituições o papel de definir quais as relações adequadas a vida em sociedade. Como aponta Guita Debert (2006, p.43): “a tentativa está em precisar quais são os direitos e deveres dos pais, dos filhos e de cônjuges, companheiros e vizinhos, judicializando áreas que não podem ser abandonadas à criatividade social”.

Por fim, mesmo tais análises chamando atenção para o fato de que o foco na família revela-se como uma estratégia civilizatória, os autores têm demonstrado que as famílias não têm uma posição passiva, submissa ou acrítica. Apontam inclusive que elas podem dar diferentes sentidos, ressignificando o que lhe está sendo demandado, negociando modos de vida em que perduram antigas e novas práticas, valores e moralidades (SCHUCH, 2013; FONSECA, 2005; RABELO, 2010; RABELO e Silva, 2013; PIRES, 2014; PIRES e JARDIM, 2014).

Particularmente, neste trabalho investiguei como certas lógicas institucionais das políticas se expressam nas relações cotidianas entre as famílias que acessam serviços e programas e os agentes operadores das políticas sociais num contexto territorial específico. Por outro lado, busco dar ênfase também as lógicas que são formuladas pelos usuários, através de suas trajetórias e significações particulares.

3 TERRITÓRIO E CIDADANIA EM MATINHOS

Este capítulo tem o objetivo de descrever e analisar aspectos e dados que compõem o panorama do território em que a pesquisa foi desenvolvida: o bairro Tabuleiro, em Matinhos/PR.

Conforme já citado, diversos autores têm apontado a importância de um enfoque nas políticas públicas que valorize e considere as características territoriais (LOTTA, 2006, 2010; KOGA e ALVES, 2010; GADELHA et al, 2011). Para estes autores, a territorialização das políticas públicas, além de garantir o direito e respeito a diversidade e aos saberes locais, também permitiria ao poder público uma maior efetivação dos seus objetivos, maior aceitação das políticas pela população (LOTTA, 2006).

Pode-se dizer que os desafios referentes à gestão das políticas e ao desenvolvimento sustentável têm demandado dos estudos a valorização da dimensão territorial como categoria analítica das realidades nas quais se desenvolvem as políticas, tanto quanto categoria operatória, capaz de orientar os desenhos e o desenvolvimento das próprias políticas. Gadelha et al., por exemplo, ao discutirem a relação da política de saúde no Brasil e sua relação com o desenvolvimento e a questão territorial afirmam que para tal reflexão é preciso partir

da premissa analítica que o território é o espaço concreto da vida social no qual as políticas e estratégias públicas e privadas se encontram e mostram seu grau de convergência ou divergência. A importância desta análise particulariza-se ao se considerar que ainda não se desenvolveu, em âmbito nacional, um enfoque territorial/regional para o desenho de políticas de saúde, o que tem comprometido o atendimento das múltiplas realidades que se apresentam no território, assim como a superação, ou mesmo a mitigação, das desigualdades nele observadas (GADELHA et al., 2011, p. 3004).

Em que pese os autores apontem para o avanço da política de saúde, ao fundamentar-se em uma concepção de saúde que busque atender com igualdade as necessidades territoriais, bem como propiciar a participação das diversas representações sociais, ainda é preciso que o reconhecimento destas realidades esteja presente de forma mais concreta no financiamento da política. Desta forma, poderia superar as desigualdades presentes entre os territórios nacionais e até mesmo dentro dos próprios territórios.

Com uma perspectiva semelhante à de Gadelha et al, (2011), Lotta (2010) defende que as políticas que se propõem a amenizar os processos de desigualdades precisam estar atentas à “diversidade” presente no território, compreendendo sua complexidade e as questões ali presentes que reproduzem processos de exclusão social.

Lotta analisa a ação dos Agentes Comunitários de Saúde percebendo que estes têm importante papel na apropriação da política pública de saúde por parte da população, além de trazerem para esta política uma leitura das necessidades e dinâmicas locais, propiciando um diálogo entre os saberes científicos e os conhecimentos que embasam as práticas dos sujeitos que vivem no território:

Em relação às dinâmicas locais, a atuação dos Agentes Comunitários permite que as próprias dinâmicas se apropriem das práticas, aumentando a aceitação e o envolvimento da população com algo que reconhece como legítimo e benéfico para si. Este respeito permite também que as dinâmicas locais sejam preservadas e equilibradas entre as forças horizontais e verticais do território, tratadas por Milton Santos (2004). No intuito de garantir a melhoria das políticas públicas, sua apropriação e o respeito a saberes, as análises anteriores permitem reforçar a ideia de o poder público estabelecer canais de mediação entre a população e a política pública por meio de Agentes Comunitários. A inserção de pessoas que vivenciam os cotidianos e as dinâmicas locais e, ao mesmo tempo, garantem uma entrada de políticas públicas no território é importante para que as políticas consigam melhores resultados e se territorializem, legitimando-se (LOTTA, 2010, p. 152).

Apontando para esta mesma direção, as autoras Koga e Alves (2010) defendem que a ação do estado no território vai bem além da presença física, do prédio construído ou das estatísticas e, por isso mesmo, deve considerar também como aquelas pessoas se organizam e se percebem naquele lugar:

Nessa perspectiva é que se insere o território como um elemento essencial para se pensar a efetivação do acesso à proteção social básica e especial, por meio dos serviços socioassistenciais, como por exemplo os CRAS nos territórios, possibilitando a proximidade do poder público nesses lugares, ou seja, é o reconhecimento do território enquanto: vida, por isso necessita de proteção para a sua existência (KOGA e ALVES, 2010, p. 77).

Partindo deste olhar sobre a importância de uma leitura sobre a realidade territorial onde as políticas sociais estão inseridas, passo a apresentar o bairro Tabuleiro, local onde realizei a pesquisa e as características apreendidas no trabalho de campo que me parecem relevantes para a posterior problematização junto a bibliografia.

3.1 MATINHOS E O BAIRRO TABULEIRO

Matinhos é uma cidade do litoral paranaense com uma população de 32.591 habitantes conforme projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2015. Na região litorânea, a cidade tem registrado uma das maiores taxas de crescimento populacional das últimas décadas. Abaixo a tabela elaborada por Polidoro e Deschamps (2013) apresenta a comparação entre as taxas de crescimento populacional nas cidades do litoral do Paraná:

TABELA 1 - POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL - PARANÁ - 1991, 2000 e 2010

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL			TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Antonina	17.070	19.174	18.891	0,42	1,31	-0,15
Guaraqueçaba	7.762	8.288	7.871	0,14	0,74	-0,51
Guaratuba	17.998	27.257	32.095	3,61	4,76	1,65
Matinhos	11.325	24.184	29.428	6,49	8,88	1,98
Morretes	13.135	15.275	15.718	-0,07	1,71	0,29
Paranaguá	107.675	127.339	140.469	2,51	2,51	0,99
Pontal do Paraná	0	14.323	20.920		11,18	3,86
MRC de Paranaguá	174.965	235.840	265.392	2,25	3,41	1,19

FONTE: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Figura 1- Crescimento populacional do Litoral do Paraná

Guaratuba, Matinhos e Paranaguá, foram, de acordo com os autores, as cidades que tiveram maior crescimento populacional do litoral no período de 1991 até 2010.

Referente ao desenvolvimento humano, Matinhos ocupa o segundo lugar quanto ao maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), entre as cidades do litoral paranaense³, apresentando índice de 0,743 conforme dados divulgados também pelo IBGE (2010).

³ O menor IDHM do litoral paranaense é de Guaraqueçaba (0,587) e o maior de Paranaguá (0,750). As cidades balneárias têm IDHM bastante semelhante: Guaratuba (0,717), Pontal do Paraná (0,738) e Matinhos (0,743) (POLIDORO E DESCHAMPS, 2013).

Durante o período de expansão da cidade de Matinhos, mais fortemente durante a década de 1990 (POLIDORO e DESCHAMPS, 2013), ocorreu a ocupação extensiva da orla marítima por casas e condomínios em sua maioria para atender demandas voltadas ao turismo no verão, como casas de segunda moradia, pousadas, hotéis, colônias de férias⁴. Tem início no mesmo período uma apropriação da área oposta da cidade por camadas da população mais pobre. As áreas de encostas de morro, mangues, restingas, margens de rios foram se tornando, desta forma, a opção de moradia para quem não tinha possibilidades de comprar lotes para residência em outros locais da cidade devido à especulação imobiliária.

Entre a população pobre, o crescimento populacional da cidade tem se caracterizado pela migração em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Para boa parcela dos migrantes, os ramos da construção civil e trabalhos domésticos têm oferecido uma importante fonte de renda, porém, do ponto de vista econômico, passado o período de alta temporada, os postos de trabalho sofrem diminuição significativa, obrigando aos trabalhadores sujeitarem-se à informalidade realizando atividades, tais como: limpeza de terrenos, coleta de material reciclável, vendedores ambulantes, entre outros (POLIDORO e DESCHAMPS, 2013).

Em que pese as dificuldades de sobrevivência numa cidade de pequeno porte e marcada pela sazonalidade, como o caso de Matinhos, os serviços públicos apresentam dificuldades para atender as demandas da população em especial às áreas de saúde e assistência social. Nas questões de saúde, a instabilidade do quadro funcional, principalmente médicos, mas também a defasagem nos quadros de enfermeiros e agentes de saúde tem sido um complicador. Enquanto políticas de atendimentos às famílias pobres, o município possui serviços e programas que ainda não atuam de forma articulada, expressando um distanciamento com as concepções das políticas nacionais vigentes.

Ressalta-se, que esta pesquisa não tem por objetivo fazer uma análise da política de Assistência Social implementada pela gestão municipal na cidade de Matinhos. No entanto, creio que referir os estudos sobre transferência de renda observando o cenário municipal permite pensar sobre alguns elementos com impacto importante sobre nosso objeto de estudo, tentando compreender/situar a visão do gestor sobre a população pobre do município, comprando-a com a visão mais geral.

⁴ Para maiores dados sobre o tema da ocupação do território do litoral ver Monteiro, 2013.

Chama a atenção a política de Assistência Social que parece consistir principalmente na distribuição de significativo número de cestas básicas no assim chamado Programa Cesta Vida. O número de cestas básicas, em torno de cinco mil⁵, distribuídas no município supera em muito o número de famílias atendidas no Programa Bolsa Família, qual seja, 1.394. Além disso, é significativa a escolha por manter uma política com distribuição de cesta de alimentos, na medida que parece estar na contramão do que as políticas sociais de caráter nacional têm defendido e buscado através de programas de transferência de renda, que vão além do “simples” repasse de dinheiro.

Cabe aqui, fazer breve referência a estudos que têm demonstrado avanços em direção a uma conquista da autonomia das populações pobres através de programas de repasse financeiro.

Nos estudos como os de Pires e Jardim (2014), Rego e Pinzani (2014) e Rabelo (2010), têm sido apontado que as contribuições dos programas de transferência de renda ultrapassam os ganhos objetivos favorecendo alterações nas relações de gênero, melhorias na alimentação, maior permanência no ensino fundamental, diminuição do envolvimento das crianças no trabalho infantil. Além de maior acompanhamento em programas de saúde materno infantil, entre outros, a partir de pesquisas realizadas em diferentes cidades e estados em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Também produzem efeitos simbólicos na vida dos beneficiários na medida que lhes permite fazer escolhas das prioridades dos gastos, possibilitando reconhecimento social, diminuindo os impactos de uma vivência de exclusão e os estigmas a ela associados⁶.

Apesar das pesquisas demonstrarem que os ganhos na construção de uma cidadania são bem expressivos, observa-se grande resistência quanto aos repasses financeiros para os pobres. Sobre esta resistência, alguns autores apontam para um pressuposto calcado no preconceito.

⁵ Consta no Plano Plurianual da cidade elaborado para o exercício de 2014 a 2017, a compra de 5.000 cestas básicas para a distribuição mensal às famílias no Programa Cesta Vida.

⁶ Não retomei aqui as críticas que alguns estudos apontam sobre as condicionalidades exigidas pelo programa por entender que tais questionamentos não desconsideram a importância de programas de transferência de renda.

Rego e Pinzani (2014) defendem que a recusa em dar dinheiro aos pobres está fundada na percepção de que os pobres são sujeitos incapazes de gastar seu dinheiro de forma adequada – eis aí a acusação frequente (em diversos espaços) de que os beneficiários do PBF gastam o dinheiro em álcool, ou em coisas que não são consideradas prioridades. Devem assim “estar distantes do dinheiro ou submetidos a controles rígidos sobre o modo como vão gastá-lo” (REGO e PINZANI, 2014 p. 232). Sob esta perspectiva, os pobres seriam os responsáveis por sua condição de pobreza seja por falta de competência para mudar sua situação “em razão de sua preguiça, incompetência, indolência e assim por diante” (REGO e PINZANI, 2014, p. 234). Estas percepções sobre a condição moral dos pobres, vem de longa data e não são privilégio da sociedade brasileira; isso é apontado pelos autores ao estudarem o PBF, e os questionamentos que o programa e seus beneficiários têm sofrido.

Curiosamente, porém, os mesmos preconceitos que culpabilizam os pobres por sua pobreza contrastam com a forma de representar socialmente as crianças pobres, conforme apontam Rego e Pinzani (2014) e Cardarelli e Fonseca (1999). As crianças são alvo de compaixão e mobilizam ações, desde campanhas de solidariedade até ações governamentais, que não recebem a mesma crítica voraz que os programas dirigidos aos adultos pobres. Ao que parece, os pobres somente merecem “auxílio” quando pequenos, já que tiveram a “má sorte” de nascerem em uma família sem recursos. Esquece-se que os pobres adultos foram também pequenos um dia e que as chances de mobilidade social em um país extremamente desigual como o Brasil são quase inexistentes para maior parte da população empobrecida.

3.2 O BAIRRO TABULEIRO

A escolha por fazer a pesquisa no bairro Tabuleiro se justifica por ser um bairro popular, com grande concentração de moradores e por apresentar uma rede de serviços composta pelas políticas de Educação, Saúde e Assistência Social.

O Tabuleiro está localizado entre morros recobertos com vegetação do PNSHL, emoldurando de verde a paisagem. Nas áreas mais próximas a floresta, é possível ver muitos pássaros como tucanos, gaviões, entre outros. Com um pouco mais de

cuidado vemos algumas casas que se equilibram na encosta do morro, camufladas entre as árvores.

Abaixo o mapa ilustra parte da cidade de Matinhos, e no detalhe marcado em cor laranja os limites do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e do bairro Tabuleiro, permitindo uma primeira visualização da região estudada.

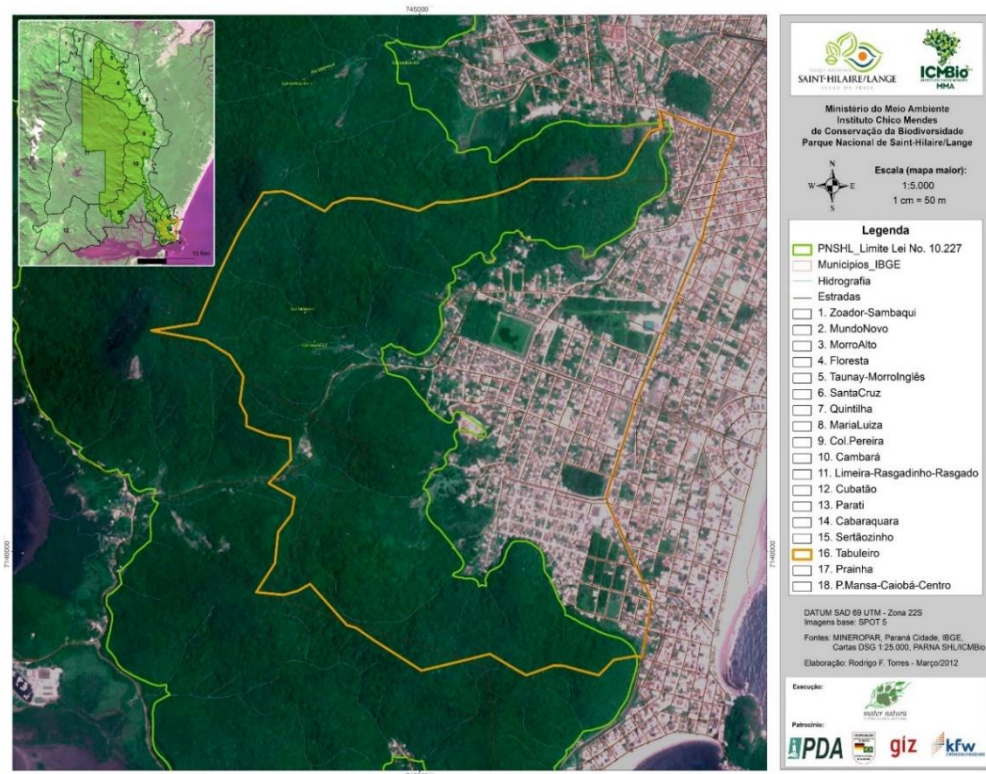


Figura 2 - Mapa Matinhos e Bairro Tabuleiro (Fonte: PNSHL, 2015)

É importante dizer que posteriormente a esse processo de ocupação, algumas áreas foram demarcadas como pertencentes a zona de preservação ambiental do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange (PNSHL)⁷. Assim, parte dos bairros está dentro dos limites do parque. Por conta disso teve início um trabalho de mapeamento e cadastro de casas que estariam em lotes irregulares para serem realocados em outros espaços.

⁷ Criado em maio de 2001, o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, caracteriza-se por conter a parte mais preservada da Mata Atlântica do país, protegendo flora e fauna ameaçadas de extinção além de fornecer água para abastecimento das cidades de Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá. Seu território abrange áreas das cidades de Matinhos, Morretes, Paranaguá e Guaratuba (para maiores informações, consultar o site do Parque: parnasainthilairelange.wordpress.com).

O bairro Tabuleiro é cortado por alguns canais, mas em vez de embelezar mais ainda a paisagem trazem à tona um dos problemas do Tabuleiro: o insuficiente tratamento de esgotos.

Uma das principais vias que dá acesso ao bairro, a Avenida Paraná, margeia um dos canais que corta os bairros Tabuleiro e Caiobá. Nos dias de alta temperatura, caminhando na direção Tabuleiro-Caiobá percebe-se um forte odor que nos acompanha até a saída do primeiro bairro. Ao chegar em Caiobá já não se sente mais o cheiro, isso porque as habitações têm acesso ao tratamento de esgoto, enquanto o Tabuleiro não conta com tal serviço em sua totalidade e é justamente o canal que recebe o esgoto que não é tratado. Essa é uma das diferenças entre esses dois bairros muito próximos, mas que parecem retratar universos distintos, separados por uma outra avenida bastante movimentada, a Juscelino Kubitschek.

Signorelli (2011) descrevendo o bairro Tabuleiro, onde realizou sua pesquisa de doutoramento, mostra que as diferenças entre os dois bairros são muito fáceis de serem identificadas. Caiobá, o bairro onde as “famílias mais abastadas do estado do Paraná” possuem suas casas de veraneio, conta com infraestrutura e urbanização como ruas asfaltadas ou calçadas, iluminação pública, coleta de lixo e tratamento de esgotos para atendê-los no verão mesmo que, em sua maioria, as casas permaneçam vazias o restante do ano.

O bairro que acolhe a população mais pobre é retratado de forma bem distinta. Embora tenha diferenças de estrutura dentro do próprio bairro (na parte mais próxima ao Parque está a área com menor infraestrutura), as ruas sem calçamento e com esgotos a céu aberto, o Tabuleiro não recebe a mesma atenção da gestão municipal que o bairro vizinho- Caiobá.

Signorelli aponta para uma relação entre estes dois bairros também identificada neste trabalho. Caiobá, por ser o local de maior poder aquisitivo, mobiliza parte dos trabalhadores do Tabuleiro, seja desenvolvendo atividades no comércio de alimentos e bebidas durante o verão, seja no período de baixa temporada, quando ainda há os trabalhos de faxinas, jardinagem, pequenos consertos, além da coleta do lixo que é descartado.

No bairro Tabuleiro, a exemplo do que ocorre com o saneamento, a coleta de lixo também não atende boa parte dos moradores de forma regular e em todas as ruas. Foram colocados pela cidade *containers* com identificação para coleta de lixo seco e orgânico. Mas os detritos ficam expostos dentro dos *containers* aglomerando-

se até que sejam recolhidos pela prefeitura. Além dos moradores colocarem o lixo misturando o seco e orgânico, não é raro ver que ao recolherem o lixo dos coletores, os funcionários da prefeitura misturam o que é seco e orgânico para levarem para descarte. A falta de serviços, tanto de coleta de lixo quanto de saneamento, coloca a população em situação de maior vulnerabilidade quanto a incidência de doenças e proliferação de insetos.

Durante os períodos de chuvas mais intensas ocorrem várias situações de inundações em diferentes locais da cidade. Não obstante, a ocupação destas áreas próximas aos canais faz com que especialmente a população destes bairros sofra com danos materiais.

Outra questão que chama a atenção é que, como não existe na cidade um serviço coletivo de transporte apropriado⁸, quem não possui automóveis, recursos para pagar táxis ou está de alguma forma impossibilitado de usar bicicletas – forma mais comum de circulação na cidade –, precisa fazer o trajeto caminhando. Este fato foi relatado durante a pesquisa por diferentes informantes referindo-se inclusive a casos de doenças ou mesmo gestantes em trabalho de parto, que tiveram de caminhar de suas residências até o serviço de saúde para receberem atendimento. É claro que isso gera dificuldades e consequências, entre as quais, a interrupção de tratamentos de saúde.

Existe no bairro uma associação de moradores. Mas durante a pesquisa, não observei que esta seja uma referência para a medição do contato de demandas entre moradores e o poder público municipal ou de qualquer outra forma de reconhecimento ou identificação – no contexto municipal, contudo, o presidente da associação, que também é locutor da rádio comunitária, tem voz ativa nas questões políticas. Uma assistente social, que trabalha no bairro refere que não reconhece esta associação como representante do bairro ou das necessidades de seus moradores. Não observei entre os informantes nenhum relato ou indicação de atividades associativas reivindicatórias de qualquer ordem que agreguem os moradores, ou que tenham sido chamadas pela associação.

⁸ A empresa de transporte coletivo que atende a cidade não circula pelo bairro. As pessoas que precisam se deslocar precisam caminhar até o hospital da cidade (o que para alguns informantes chega a mais de um quilômetro, muitas vezes com crianças no colo). O intervalo entre os ônibus é de uma hora, e o valor da passagem é de R\$ 2,80. Na avaliação dos informantes da pesquisa o serviço prestado pela empresa é ruim e ineficiente, além do itinerário ser distante das moradias, dos horários não serem cumpridos conforme o que é divulgado e o preço da passagem ser elevado.

Embora tenha encontrado casas bem precárias, estas não estavam aglomeradas umas às outras como costuma ser nos bairros populares de grandes cidades. Outra questão que chamou minha atenção é que não encontrei crianças correndo de todos os lados, de todas as idades, ocupando a rua para as brincadeiras coletivas, as brigas, as correrias. As poucas que encontrei formavam pequenos agrupamentos de três ou quatro brincando sossegadamente perto de algum portão.

Nas sextas-feiras a tarde era comum encontrar uma cena que me parecia mais familiar, a movimentação do bairro mudava. Era mais fácil visualizar homens jovens ou velhos sentados nos bares tomando cerveja, e jogando sinuca ou conversa fora. Os adolescentes circulavam mais, se expunham mais, ouvindo música alto, namorando ou fumando maconha. Este era o dia que encontrava mais gente na rua, como se as pessoas se permitissem demorar mais para ir para casa.

Para o atendimento à população, o Tabuleiro conta com uma rede de serviços instalada dentro do bairro: escolas, unidade de saúde, CRES, que passo a seguir a listar.

Na Educação: um Centro de Educação Infantil, uma Escola Infantil, uma Escola de Ensino Fundamental, uma Escola Estadual com séries finais do ensino fundamental. Estas escolas não atendem todas as demandas por vagas no bairro. As famílias que não conseguem vagas se deslocam para outros bairros com suas crianças ou fazem uso do transporte escolar (caso dos que precisam de escola especial na APAE ou ainda fazer o ensino médio, disponível somente no centro da cidade e noutro bairro mais distante).

Na Saúde: uma Unidade de Saúde Tabuleiro, que conta com programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Hospital Nossa Senhora dos Navegantes. Ambos localizados na entrada do bairro embora o hospital seja referência para o atendimento de toda a cidade e não apenas para os moradores do bairro. Mais uma unidade de saúde está em construção, em local próximo às áreas mais empobrecidas do bairro.

Na Assistência Social: um Centro de Referência Especializado de Assistência Social. O CREAS é referência para toda a cidade, mas, segundo a assistente social responsável, o bairro é o que demanda a maior parte dos atendimentos comparando-se com os demais bairros do município.

Ainda como parte da política de Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado em outro bairro, centraliza as ações do Cadastro

Único para Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que é a porta de entrada para todos os programas sociais do Governo Federal, além das inclusões, recadastramentos e fiscalização do PBF.

É por meio do CRAS que as famílias conseguem se inserir no Programa Cesta Vida e no Programa Leite das Crianças (PLC). Cesta Vida é um programa municipal que “tem a finalidade precípua de proporcionar às pessoas carentes residentes no município de Matinhos, que se encontram em vulnerabilidade social de pobreza e extrema pobreza, ajuda alimentar... seu intuito primordial é a erradicação da fome...” (Lei Municipal 1286, art. 3º). Já o PLC é um programa estadual que “tem por objetivo auxiliar no combate à desnutrição infantil, por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite às crianças dos 06 aos 36 meses, pertencentes às famílias cuja renda per capita não ultrapassa meio salário mínimo regional...” (PARANÁ, 2015). Conforme proposta do programa é função das Secretarias de Saúde Municipais a identificação e encaminhamento dos casos junto aos serviços de Assistência Social para inclusão no programa e acompanhamento via pesagem das crianças. A distribuição do leite é feita pelas escolas estaduais das cidades através de um servidor. No bairro Tabuleiro a entrega é feita na Escola Estadual Tereza Ramos três vezes por semana, onde são distribuídos os litros de leite acumulando os referentes aos dias em que não há entrega.

Ainda ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social, o bairro tem um Centro Comunitário Profissionalizante responsável pela execução do Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Criado pelo Governo Federal, tem como objetivo ampliar o acesso gratuito de jovens, desempregados e beneficiários de programas de transferência de renda à qualificação e formação profissional. Em Matinhos, o SESC (Serviço Social do Comércio) fornece os professores para atender no Centro Profissionalizante, conforme deliberado pelo Governo Federal.

3.3 MIGRAÇÃO E ESTIGMA NO TERRITÓRIO

Buscando pistas para compreender como as trajetórias destes sujeitos no território se relacionam com a construção de sentidos de cidadania, destaco algumas

questões iniciais relacionadas aos status atribuídos aos usuários das políticas sociais no cotidiano da vida da cidade.

Os dados da pesquisa de campo confirmam a descrição feita por Polidoro e Deschamps (2013) sobre a dinâmica de migração, moradia e condições econômicas em Matinhos. Eles apontam para uma população pobre, formada em grande parte por pessoas oriundas de outras localidades (cidades do Paraná ou até mesmo de outros estados), que chega a Matinhos em busca de trabalho.

O perfil migrante evidente das famílias pesquisadas se apresenta em nossos dados etnográficos por relatos como: “não deu certo em outros lugares”, “vim tentar a vida”, “vim para trabalhar”. As falas expressam a ideia de que estão aqui “para tentar de novo”, para um novo começo.

Neste sentido, essa característica marcante das famílias está ligada a ideia de que seu vínculo com o lugar está sempre associado a busca de oportunidades de trabalho ou renda. Isso permite refletir no contraste com aquelas experiências sociais em que a relação com o lugar se estabelece pela ancestralidade, como narram os nativos. Da mesma forma, é possível contrastar essa experiência das famílias pesquisadas com a cidade e o bairro Tabuleiro, com àquelas com as quais eu havia trabalhado (em Porto Alegre), caracterizada pela extensão dos laços familiares no bairro, na qual a dinâmica de parentesco extrapola os limites da casa, constituindo as relações de vizinhança como um componente que ordena a vida cotidiana, já documentadas em estudos clássicos de grupos populares (FONSECA, 2000; ZALUAR, 1995; MAGNANI, 1992).

Entre os participantes da pesquisa, todos os adultos nasceram em outra cidade ou estado e somente a geração mais nova, composta ainda por crianças, nasceu em Matinhos. Esta é também a característica mais ampla do bairro Tabuleiro onde a pesquisa foi realizada.

Mas o que torna mais relevante, entretanto, a atenção a esta condição de migrante, é que os nativos da cidade eram identificados por não precisarem ser atendidos em programas: “quem é daqui (famílias antigas na cidade) não precisa estar em programas. Tá em melhor condição, tem casas pra alugar, comércio ou trabalha na prefeitura” (Lucrécia, notas do diário campo).

Outro informante também faz referência a esta condição social diferenciada entre os que migraram para a cidade e os que “são do lugar”, relacionando-a aos trabalhos menos valorizados, que não se destinam aos “do lugar”. Da mesma forma,

em relação ao local de moradia, já que o bairro Tabuleiro seria um bairro desprestigiado: “Os caiçaras são difíceis de encontrar por aqui (referindo-se ao bairro Tabuleiro). Nunca teve nenhum trabalhando no meu trabalho” (Lucas, notas diário de campo).

Em contraposição à necessidade de migrantes precisarem de programas sociais, “os do lugar”, referidos como os que são descendentes dos moradores antigos da cidade, segundo os informantes, estariam em situação melhor, com empregos estáveis ou proprietários de estabelecimentos de comércio, morando em bairros com melhor infraestrutura. Este dado também aparece entre os operadores das políticas, que foram informantes desta pesquisa, onde quase todos nasceram em outros municípios.

Esta dicotomia presente na cidade lembra o trabalho de Elias e Scotson (2002) ao identificar uma cisão entre os moradores antigos, *estabelecidos*, e mais recentes, *outsiders*, em uma cidade Inglesa. Os autores identificam que entre os habitantes dessa cidade existia uma forte segregação sustentada pela identificação entre os estabelecidos e os outsiders. A noção de pertencimento ao lugar, sustentava as práticas de segregação, definindo o status de superioridade autodeclarado pelos estabelecidos, mesmo que os dois grupos pertencessem a uma mesma etnia, nacionalidade e classe social. A coesão forjada em experiências anteriores partilhadas pelos estabelecidos permitia que o grupo mantivesse intenso controle sobre as práticas discriminatórias de seus membros em relação ao grupo dos outsiders, mantendo-os a margem. Permitia também que ocupassem espaços de poder local, materializando assim sua superioridade pela ocupação de espaços de poder, como o conselho da cidade, escolas, apartando das relações e de tais espaços o outro grupo que, por não se conhecerem previamente, não conseguiam acionar uma coesão de grupo.

Enquanto na cidade analisada por Elias e Scotson a segregação não se estabelecia por uma diferenciação de classe social e sim pelo pertencimento construído pelo tempo estabelecido no território, em Matinhos a referência pejorativa aos “de fora” só é dirigida a quem vive em condições precárias, que ocupam subempregos e ou que são beneficiários de programas assistenciais.

Diferentemente da cidade inglesa, os espaços de poder são ocupados pelos “de fora”. Este é o caso tanto do prefeito, quanto de, pelo menos, boa parte dos que ocupam a direção dos órgãos municipais, dos representantes dos conselhos, dos que

representam o poder judiciário. A estes atores, assim como os “de fora” que pertençam às classes médias da população, este atributo não é dirigido com carga pejorativa ou de estigma negativo. Inclusive, esse sentido acusatório aos beneficiários de programas sociais na cidade, como “gente que não é daqui”, é referido tanto por moradores nativos, como por migrantes com condições econômicas mais estáveis: são pessoas que “não trabalham”, “vagabundos”, que seriam “ajudados só para votar no prefeito”.

Por outro lado, um fator relevante é que a diferenciação referida pelos informantes não impede a convivência, já que os “de fora” possibilitam que a cidade cumpra sua vocação turística, fornecendo força de trabalho para viabilizar o comércio formal e informal, a manutenção de jardins, limpezas de casas entre outras tarefas de menor reconhecimento social. Estas atividades de trabalho, por sua vez, têm sua dinâmica em grande medida produzida pelo turismo de temporada, que gera inclusive postos de trabalho temporários para reforçar o serviço público de limpeza urbana no verão.

Desta forma, pode-se dizer que a pobreza de parcela da população local acaba sendo funcional para sazonalidade da atividade econômica da cidade e sua lógica de oferta de trabalhos temporários. Entretanto, a alta temporada de turismo também costuma trazer para Matinhos uma população de “flanelinhas”, “ambulantes” e “pedintes”, vindos de Curitiba ou de outras cidades próximas. Esse fenômeno parece também acentuar o estigma sobre a população local mais pobre, já que o juízo depreciativo do status social dirigido aos beneficiários de políticas sociais é por vezes também o de “pedintes”. Talvez um exemplo que expressa esse acúmulo de estigmas sejam o dos *carrinheiros* (incluindo outros coletores de recicláveis) que moram na cidade e exercem a atividade o ano inteiro. Entretanto, no verão, o incremento visível de trabalhadores desta mesma atividade na temporada, torna-os vulneráveis a terem redobrado seu rótulo de “gente de fora”.

Assim, neste jogo de relações de invisibilidade social e não reconhecimento ao lugar, a identidade que constitui o grupo “dos daqui” estaria nas condições financeiras e de *status* social que possuem, mesmo que estas condições tenham sido adquiridas a partir de sua chegada na cidade.

Os efeitos perversos que o estigma desencadeia entre os migrantes é destacado no estudo citado anteriormente. Para Elias e Scotson (2000, p.24), “o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso, costuma

penetrar na autoimagem deste último, e com isso enfraquece-lo e desarmá-lo”. Como possíveis efeitos desta diferenciação está a naturalização por parte dos “de fora”, das relações de exploração, reafirmando um sentimento de não pertença ao lugar, portanto de não portadores de direitos que os demais possuem.

No caso aqui em análise, embora os próprios moradores do Tabuleiro, por vezes, aceitem o rótulo de não pertencimento ao lugar, para que os mesmos possam se beneficiar do Programa Cesta Vida, que é municipal, é preciso que se apresente o documento de título de eleitor da cidade. Esta referência é corrente na fala dos informantes. Ou seja, o poder público local exigiria que os sujeitos que desejam receber cestas básicas não só tenham o documento de título eleitoral, mas além disso que sejam votantes na cidade. Mesmo que o voto seja uma obrigação no Brasil (e não um direito), a vinculação de um benefício como alimentação ao domicílio eleitoral acaba por estabelecer uma relação entre o acesso às cestas e os momentos de disputas eleitorais.

Por um lado, os migrantes pobres são caracterizados como não do lugar, por outro lado, precisam ser eleitores legalmente vinculados a cidade para acessarem um benefício.

Para Elias e Scotson (2000, p.33),

Quando os grupos outsiders têm que viver no nível de subsistência, o montante de suas receitas prepondera sobre todas as suas outras necessidades. Quanto mais eles se colocam acima do nível de subsistência, mais a sua própria renda – seus recursos econômicos- serve de meio para atender a outras aspirações humanas que não a satisfação das necessidades animais e materiais mais elementares, e mais agudamente os grupos nessa situação tendem a sentir a inferioridade social – a inferioridade de poder e de status de que sofrem. E é nessa situação que a luta entre os estabelecidos e os outsiders deixa de ser, por parte destes últimos, uma simples luta para aplacar a fome, para obter os meios de subsistência física, e se transforma numa luta para satisfazer também outras aspirações humanas.

A análise feita até aqui, buscou apontar que a produção de estigmas sobre a população pesquisada pode resultar na introjeção de uma inferioridade em sua condição de cidadão.

4. AS POLÍTICAS SOCIAIS NAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES

4.1 OS SENTIDOS DO ACESSO AOS SERVIÇOS

Voltando o olhar aos sujeitos da pesquisa, integrantes das famílias que são atendidas em programas sociais, procuro por pistas sobre como as famílias significam seu acesso aos programas sociais vigentes, levando em conta as particularidades do contexto onde a pesquisa é desenvolvida. A reflexão sobre as experiências de três famílias pesquisadas será tomada, a seguir, para ilustrar as lógicas pelas quais estas constroem sentidos ao acesso às políticas.

A família de Maria Alice participou, em diferentes momentos de sua trajetória, de programas sociais. Foram encaminhados para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) quando os filhos ainda pequenos cuidavam de carros na praia de Caiobá; receberam cesta básica do programa Cesta Vida da prefeitura municipal da cidade (até que perderam o direito porque o marido começou a trabalhar em empresa contratada pela prefeitura); recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela condição de saúde mental da filha adolescente, entre outros. Ao ser questionada sobre como conseguiu acesso aos serviços/programas responde que:

O Conselho Tutelar (CT) foi que encaminhou Gabriel e Liliane quando eles estavam cuidando de carros. Foi assim que consegui escola pras crianças no Complexo (escola municipal do bairro) e na APAE pra Luísa. Tudo que consegui foi com a ajuda do Conselho Tutelar (Maria Alice, notas do diário de campo).

Apesar da condição socioeconômica que levou os filhos ao trabalho precoce, a mãe não faz nenhuma referência negativa a ele. O próprio Conselho Tutelar não é referido com a importância de um agente interventor na família, mas, ao invés disso, aparece como o facilitador do acesso aos programas. Assim como a interlocutora não utiliza, em suas falas, uma narrativa centrada na noção de que teria direito a participar de tais programas sociais, com base em critérios que a qualificam como público-alvo do mesmo.

Outro caso que sustenta uma percepção semelhante é o de Dona Angelita, matriarca de uma das famílias acompanhadas durante a pesquisa. Criou seus filhos

com muitas dificuldades trabalhando como diarista e cuidadora de idosos. Ela relata que cuidou de dois dos seus netos quando pequenos e que, naquela época, teve dificuldades econômicas para manter as crianças. Na ocasião, foi procurar a assistente social do CRAS e conseguiu entrar para o Programa Bolsa Família (PBF):

'consegui o Bolsa Família porque as crianças estavam na escola, tudo certinho, a assistente social já me conhecia de um problema que tive com uma das minhas filhas. Ela sabia que eu cuidava bem deles'. Disse ainda que gostava de estar no programa e que por conta dele tinha que levar as crianças as vezes ao posto de saúde: 'era só para pesar as crianças e vacinar também. Nem dava trabalho. Essa era a minha parte para ganhar o dinheirinho' (Angelita, notas do diário de campo).

Compreensões similares sobre o ingresso em serviços são narrados por outros informantes. É o caso da família de Taís e Júlio. O casal cria o neto Paulo, de três anos, que frequenta escola infantil do bairro. Antes de conseguir a vaga na escola o garoto era cuidado pelo avô enquanto a avó trabalhava. Quando senhor Júlio sofreu um acidente resultando em uma internação de vários dias em hospital fora da cidade, além de longo período de recuperação em casa, dona Taís procurou a escola para tentar deixar o menino. Ele já havia sido inscrito naquela escola e aguardava uma vaga, ela explicou a situação, mas não teve sucesso. Dirigiu-se então até Secretaria Municipal de Educação onde expôs a situação:

'Fui lá na secretaria e contei o que estava acontecendo, do acidente (do marido) que eu não tinha com quem deixar o piá, que a situação estava difícil, que eu não podia faltar o serviço. Aí elas entenderam a situação e aí conseguiram a vaga pro Paulo. A escola é muito boa. Na última semana faltou porque esteve muito gripado. Na sexta (dia anterior) teve festinha na escola, mas ele não foi: a escola pediu bolo, mas ninguém aqui tinha recebido, então não tinha como fazer um bolo'. O filho mais velho de dona Taís sugeriu que o garoto levasse um refrigerante para que pudesse participar da festa, mas ela não concordou: 'tem que levar o que pediram, não dá pra levar qualquer coisa, né? É bom evitar problemas na escola'. (Taís, notas diário de campo)

As famílias citadas possuem uma condição socioeconômica semelhante e têm se relacionado com alguns programas sociais, como o PETI, o PBF, a escola infantil, ao longo de sua trajetória. Para elas, a participação nos programas sociais tem um sentido de conquista, de merecimento, de sensibilização e empatia dos profissionais envolvidos. Embora dona Angelita reconheça as dificuldades pelas quais passava quando de seu ingresso no PBF, considera que a conquista da “bolsa” foi o reconhecimento por cuidar bem dos netos, por “fazer tudo certinho”. Para Maria Alice

foi a ajuda do Conselho Tutelar e para dona Taís foi a empatia que despertou na Secretaria de Educação da cidade.

O acesso aos serviços e programas é inserido pelos sujeitos numa narrativa de trajetórias individuais, de buscas de alternativas de melhorias de vida das suas famílias. Os serviços e programas não são referidos como direitos sociais, mas antes como parte das estratégias individuais auxiliares na instalação e sobrevivência na cidade. As famílias, assim, elaboram sentidos para seu acesso e participação a partir de elementos como o reconhecimento de suas habilidades como cuidadores (Angelita), da sensibilidade e ajuda de um agente institucional específico, como a Secretaria Municipal de Educação (Taís) e do Conselho Tutelar (Maria Alice).

Este desencontro de perspectivas entre critérios de ingresso estabelecido pelas políticas e a forma como as famílias o concebem, se expressaria também por conta de como as próprias situações são vividas pela população-alvo. O trabalho infantil, por exemplo, percebido pela legislação e pelas políticas como uma violação do direito das crianças experimentarem uma determinada forma de infância “ideal” ao seu desenvolvimento, justificaria a inclusão da família em programas sociais, como forma de intervenção do Estado nas relações familiares. Entretanto, o envolvimento das crianças com o trabalho pode ser percebido pela família de forma diferente.

Pires e Jardim (2014), ao analisarem os efeitos do PBF em uma cidade da Paraíba, se deparam com estes desencontros. Os autores percebem que as famílias, embora tenham retirado seus filhos do trabalho infantil exercido fora de casa e garantido a frequência das crianças na escola⁹, ainda as envolviam em tarefas domésticas. Isto porque o trabalho é compreendido como eixo importante de socialização e aprendizado, atribuindo aos sujeitos valores de honestidade. Assim, o trabalho das crianças além de contribuir financeiramente para a família ainda “está intrinsecamente ligado à educação moral, à socialização e a preparação das crianças para o futuro, ou seja, há aí uma dimensão moral que não pode ser esquecida” (PIRES e JARDIM, 2014, p. 106).

Segundo normas do PBF, para que uma família tenha direito aos repasses financeiros é preciso que ela mantenha a frequência escolar dos filhos em idade

⁹ Os autores sugerem que o aumento da frequência escolar na cidade pesquisada pode não ter relação com as condicionalidades do programa PBF, mas sim com o aumento da renda mensal familiar advinda do programa que possibilita o afastamento das crianças do trabalho remunerado tendo, como consequência, mais tempo para estudar (PIRES e JARDIM, 2014, p. 103).

escolar e o acompanhamento do peso e do calendário de vacinas das crianças junto as unidades de saúde. Caso ocorra infrequência escolar ou não acompanham a agenda de saúde o benefício é suspenso. Nesse sentido, retomo uma das falas de dona Angelita, sobre sua participação no PBF: “as famílias têm obrigação de mandar as crianças para a escola, é só isso, é a contribuição da gente para o governo”.

Falas como esta foram observadas em outras famílias beneficiárias e também expressavam a compreensão de que, ao cumprirem a condicionalidade estariam retornando para o governo o investimento que recebem através do programa. Ou, nas palavras de dona Angelita, cumprir com as condicionalidades era a *sua parte*, era sua obrigação junto ao Programa.

Rabelo (2010) aponta igualmente para esta construção diversa de sentidos com relação às condicionalidades impostas aos beneficiários do programa Bolsa Família. Parte das mulheres entrevistadas em sua pesquisa diz que a condicionalidade é para viabilizar melhores condições futuras das famílias (ter estudo, ter saúde), enquanto outra parte entende que atender a demanda do governo é a forma de retribuir o benefício recebido.

Desta forma, mesmo considerando que as políticas, os programas ou as instituições possuem lógicas que podem prevalecer sobre as lógicas familiares, certos estudos têm analisado as políticas para além de abordá-las como processos de disciplinamento social e de governo da pobreza (FONSECA e SCHUC, 2009, RABELO, 2010). Tais abordagens se voltam para as relações, apropriações e significados de certas políticas voltadas às famílias consideradas vulneráveis.

Aqui cabe refletir sobre como estes sentidos contidos nas narrativas das famílias se relacionam com certas noções e lógicas (como a de cidadania e de direito) presentes nas proposições de políticas sociais ou entre determinados atores sociais institucionais.

Neste sentido Rabelo e Silva (2013), interpretando dados quanto às noções de cidadania e direitos entre beneficiários do PBF sugerem que pode existir uma:

...complexidade da interpretação do PBF como **ajuda** entre as beneficiárias, que geralmente escapa às análises mais apressadas. Essas tendem a apreender essa interpretação como um indicador da falta de uma “consciência de cidadania” e a reprodução de uma lógica clientelista entre essa população. O que esta entrevista sintetiza com grande riqueza é uma trajetória concreta de não reconhecimento e, por decorrência, de não cidadania. Assim, é exatamente pelo fato de não serem cidadãs que as beneficiárias recebem a **ajuda** do Programa, a qual não é vista como um

direito, pois direitos são usufruídos apenas pelos cidadãos (RABELO e SILVA, 2013, p. 81 – grifo dos autores).

Analisando as experiências de acesso aos programas sociais narradas pelas famílias durante a pesquisa, destaco a referência frequente às ideias de *merecimento* ou de *ajuda* oferecidas pelo governo. Buscando interpretar as narrativas destes sujeitos, no primeiro momento, percebi que tais famílias não tratavam seu acesso aos programas como o exercício de um direito. Confrontando minha análise com a de Rabelo e Silva (2013), compreendo que meu olhar analisava o sentido expresso pelos sujeitos tomando por referência um ideal de cidadania, caracterizado pela consciência (dos beneficiários) quanto aos seus direitos sociais.

No entanto, as trajetórias de frequentes migrações e necessidades de recomeço, as buscas por alternativas para melhorar a vida e a ausência de experiências de identificação coletiva em torno de reivindicações, marcam a percepção dos sujeitos sobre seu próprio lugar na sociedade. Nessa percepção, ser um portador de direitos, ou um cidadão, é ser alguém em condições diferentes das quais estes se encontram ou se reconhecem.

Esta percepção quanto ao lugar social no qual se veem também é produzida e reafirmada pelas relações com a cidade, pelo local onde moram, pelos serviços básicos a que não têm acesso (tratamento de esgotos ou coleta de lixo) ou que têm de forma insuficiente (como atendimento à saúde, as vagas em escolas no bairro).

Assim, é possível dizer que a própria dinâmica de suas vidas em Matinhos torna a experiência de acesso aos programas algo vivido no âmbito das sagas particulares de cada família. Tal dinâmica alimenta essa percepção de que o apoio do Estado seria não uma obrigação deste, mas sim viabilizados pela sensibilidade e reconhecimento de sua história de vida em particular.

4.2 AS CONDIÇÕES DESIGUAIS DE ACESSOS AOS DIREITOS

Maria Alice e Lucas moravam em Curitiba e viviam com os filhos e a mãe de Lucas que, com sua aposentadoria, sustentava a família. Com o adoecimento da idosa resolveram mudar para Matinhos, onde tinham uma casa ainda inacabada, mas

habitável. O falecimento da matriarca fez com que a situação da família sofresse uma precarização: os filhos do casal começaram a cuidar de carros para ajudar na obtenção de recursos para o sustento. A partir daí eles ingressam na rede de proteção, encaminhados pelo Conselho Tutelar da cidade: as duas crianças menores foram orientadas a participarem do PETI; a filha mais velha foi encaminhada para a escola da APAE¹⁰ e os menores para turma especial em escola do bairro; também passaram a receber a cesta básica mensal da prefeitura municipal e o BPC para a filha mais velha. Para Maria Alice, tudo que conseguiram foi com a ajuda do Conselho Tutelar, desde a escola para as crianças até os benefícios assistenciais que garantiram o sustento até conseguirem trabalho.

Lucas procurou emprego, mas sem experiências anteriores, só conseguiu trabalho em uma empresa que faz a manutenção das ruas e asfaltos da cidade. Relata que sofreu bastante até aprender a função e que teve dificuldades para se adaptar ao sol forte e as grosseiras no trabalho. Chegou a perder o emprego por causa de mal-entendidos entre colegas que, segundo ele, “são do nortão do Paraná, são uns grossos e não sabem pedir por favor ou dizer obrigado”. Mas, conseguiu retornar ao emprego através da intervenção de um de seus supervisores junto à Secretaria de Administração do município. Participou do concurso municipal para a mesma função que exerce atualmente na empresa terceirizada, mas não conseguiu passar na prova.

Apesar das dificuldades econômicas, os pais se esforçam para atender os desejos dos filhos:

Eles são adolescentes né, querem tudo que os outros têm. Aí a gente demora mais pra comprar, vai juntando um dinheirinho e depois compra. Não dá pra comprar tudo que eles pedem. Mas a gente vai comprando uma coisa de cada vez. Agora todos já têm celular novo, desses bonitos. Mas o do Gabriel ele já perdeu. Os outros *piá* da rua pegaram dele. Ele é bobo e deixou pegar dele (Maria Alice).

Os filhos Gabriel e Liliane passaram a frequentar turma regular na mesma escola em que já frequentavam turma especial. Os dois, segundo relato dos pais, demonstram dificuldades em acompanhar o restante dos colegas. Gabriel tem reclamado com a mãe sobre a escola. Ele está sentindo a diferença; na turma anterior,

¹⁰ A APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é uma instituição que tem início em 1954 no Brasil com o objetivo de apoiar famílias de portadores de deficiência mental, de sensibilizar a sociedade para o tema e na busca por elaboração de políticas voltadas a este público.

especial, havia dez alunos com uma metodologia de ensino atenta as necessidades de seus poucos aprendizes. Maria Alice retrata a situação:

'agora eles saíram da turma especial e estão com os outros numa turma normal. Mas tá difícil de acompanhar', me diz Maria Alice. Gabriel que está sentado no chão ao lado da minha cadeira, retirando carrapatos do cachorro e os matando com chineladas, assente com a cabeça, mas sem nos olhar. Parece constrangido enquanto a mãe fala: 'mas ele não quer que eu fale pra professora com medo que ela fique braba'. O adolescente reclama ainda cabisbaixo: 'é, depois ela vai ficar brigando comigo...' Perguntei porque achava que conversando com a professora e explicando que ele precisava um pouco mais de tempo não faria as coisas melhorarem. Respondeu que não, que ela grita e tem os colegas que ficavam rindo porque ele não conseguia copiar as atividades a tempo. Maria Alice diz que Luísa quer sair da APAE, não quer mais ir aquela escola. Mas a mãe tem medo que a filha vá para uma escola grande como a dos irmãos mais novos e não se adapte. 'Ela quer sair da APAE e ir pro Complexo. Mas ali é uma escola grande. Não vão cuidar dela. Vão acabar rindo dela. Na APAE é todo mundo igual e sempre tem gente cuidando. Ninguém ri de ninguém. Numa escola grande vai acabar sofrendo *bullying*. Direito de estar na escola normal ela tem, mas não vai ser cuidada'. (notas diário de campo)

A família parece trazer em suas narrativas, de certa forma, a interação com as políticas sociais e a compreensão dos direitos a elas inerentes. O discurso do direito de estar na escola regular foi apropriado pela mãe: “direito de estar na escola normal ela tem”. No entanto, na prática, a mãe se preocupa que esse direito não se concretize, posto que tem receio que a menina não seja aceita por colegas e acabe sofrendo preconceitos e discriminações: “mas não vai ser cuidada”. Em outros termos, Maria Alice sabe que a escola é um espaço de inclusão *na teoria*, mas que *no cotidiano* não dá conta de garantir a proteção dos que estão sendo incluídos. Diferentemente do que ocorre na APAE, onde tem a certeza de que a filha é bem cuidada, além, é claro, de não sofrer preconceitos e discriminações. Pois ali, todos seriam iguais.

A situação trazida pela família parece mostrar que, de um lado, existe a apropriação do discurso oficial sobre o papel da escola e os direitos da pessoa com deficiência, propagados em alguma medida pelos meios de comunicação, e também pela fala dos operadores de políticas presentes nas suas relações. De outro, uma certa desconfiança sobre se e *como* a inclusão ocorre no dia a dia escolar.

A “desconfiança” dos pais com relação à escola regular pode estar associada à experiência com o filho Gabriel, de 14 anos de idade, que apresenta dificuldade de aprendizagem e também de locomoção. Embora ele seja aluno regularmente incluído, sua aprendizagem tem um tempo diferente dos demais e é por ele percebida tanto

através do comportamento dos colegas, quanto da crença de que tal situação não terá acolhida da professora na busca da superação.

Apesar de compreender o discurso sobre os direitos de frequentar a escola do bairro como as demais crianças e adolescentes, a preocupação de sofrer com *bullying* – apreendido justamente a partir das dinâmicas que se constroem na relação que estabelecem com as políticas sociais –, faz com que optem por abrir mão deste direito.

4.2.1 DIREITO OU OBRIGAÇÃO

Parece significativo pensar os sentidos construídos sobre direitos pelas famílias, dando atenção as situações em que este é reconhecido antes como uma obrigação do que uma escolha. A condição física de Gabriel, o obriga a uma mobilidade reduzida. Ele não consegue caminhar ereto ou sem apoio, a perna esquerda não toca o chão e ele precisa da cadeira de rodas para ir a percursos mais longos. Segundo a mãe não pode jogar bola com seus amigos e por este motivo se incomoda. Tal situação poderia ter sido modificada se os procedimentos posteriores a uma cirurgia que visava amenizar seu problema, tivessem sido bem-sucedidos. Segundo o médico que acompanha o caso do garoto, é necessária mais uma cirurgia para a correção do problema.

A mãe refere o caso com visível contrariedade, de cabeça baixa. Sua maior preocupação é que o filho precise ficar internado novamente em Curitiba e que ela tenha que acompanhar a sua hospitalização deixando as meninas em casa sozinhas. Quando da realização da cirurgia, para corrigir o problema no pé e na perna, Gabriel ficou internado por quinze dias. Durante este período a mãe ficou com ele no hospital:

'a gente é obrigada a ficar no hospital sem poder sair pra nada, nem tomar banho podia'. Este é um dos motivos que diz inviabilizar uma nova cirurgia conforme sugerido pelo médico que acompanha o caso de Gabriel. O casal não tem o hábito de deixar os filhos sozinhos em casa, pois os filhos têm dificuldades de se protegerem longe dos cuidados de um adulto. Outro motivo é a dificuldade em conseguir, depois da cirurgia, ir 'soltando os parafusos' que ficam presos aos ossos e que de tempos em tempos precisam ser mexidos. Acontece que na cirurgia anterior a mãe não conseguiu fazer como orientado pelo médico, tanto por dificuldades próprias em manejar com os parafusos quanto pelo choro e reclamações de dor do menino. Dirigi-se então a

Unidade de Saúde Tabuleiro, referência de sua comunidade, mas não recebeu atendimento em casa como solicitava (no caso, seria de uma agente comunitária de saúde) e este fato teria acarretado a ineficácia da cirurgia e a necessidade de uma nova intervenção para resolver o problema do garoto: 'não tinha ninguém pra ajudar e eu não tinha como levar ele no posto toda vez, caminhando. Aí o médico disse que não adiantou nada, vai ter que operar de novo'. O pai, que acompanhava nossa conversa trabalhando ao lado complementa: 'pois é, mas eles têm obrigação de fazer isso. Tem funcionário para vir nas casas. É o serviço deles. Teve até concurso pra trabalhar com isso na prefeitura. São todos concursados. Mas disseram que não tinham ninguém pra isso lá no posto', retorna a mãe (notas diário de campo).

Embora o acompanhamento durante a internação hospitalar seja um direito, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, para a mãe este é compreendido como uma obrigação que se torna difícil de ser cumprida na medida em que precisa manter o cuidado das filhas que ficam em casa já que o pai trabalha todos os dias da semana. Por este motivo, novamente a família precisa escolher entre fazer os procedimentos que trariam mais qualidade de vida para um dos filhos e os cuidados e preocupações com a segurança de duas outras filhas que, por suas dificuldades, não podem permanecer sozinhas, em segurança, na casa onde moram.

Neste sentido, interpreto nestes dados o dilema de parcela da população em usufruir de direitos sociais tratados como universais. As desigualdades de condições, relacionadas a renda, trajetórias incertas, e os próprios limites dos serviços públicos a que tem acesso (o hospital em que o garoto precisa ser atendido fica em cidade distante da cidade onde a família reside) levam os usuários a exercitar um tipo de cálculo sobre as situações em que cabe ou não recorrer a certos direitos. Se por um lado pode-se entender que fazem escolhas, por outro lado, verifica-se que as opções são feitas em função de restrições objetivas e não por possuírem alternativas.

É importante dizer que tanto crianças e adolescentes quanto idosos têm assegurado, em seus respectivos estatutos, o direito ao acompanhamento hospitalar integral por parte de um familiar. No entanto, percebe-se que existem condições desiguais para que as famílias possam usufruí-lo. A dificuldade no caso relatado se amplia pelo distanciamento entre o local de moradia e a cidade em que a internação ocorre. Desta forma a legislação assegura direitos que a vida não permite que sejam experimentados.

As orientações sobre a Política Nacional de Humanização do SUS, buscam sensibilizar os profissionais da área para a importância do contato com os familiares dos doentes, tanto para uma maior aceitação dos pacientes ao tratamento realizado

no hospital, quanto nos cuidados adequados após a alta hospitalar. Mas para além disso, acompanhamento hospitalar pode responder a uma reorganização das estruturas de trabalho dentro dos hospitais. O envolvimento de familiares no manejo destes pacientes, desenvolvendo atividades antes executadas exclusivamente pelos profissionais viria também a aliviar a rotina de trabalho destes, tanto quanto a gerar conflitos entre acompanhantes e profissionais, conforme é possível constatar em diversos autores como, por exemplo, Silva et al (2015) e Sanches et al (2012).

Em periódicos da área da saúde o acompanhamento hospitalar é tema de vários estudos. Nestes, os conflitos entre equipes e famílias no ambiente hospitalar aparecem com frequência em muitas publicações. A comunicação surge como fator desencadeante dos desencontros. Em alguns trabalhos o acompanhamento hospitalar aparece ora como direito, ora como obrigação. Constata-se assim que tanto discursos quanto práticas hospitalares, vêm construindo, junto à população, o acompanhamento durante a internação como uma obrigação da família e não como um direito conquistado.¹¹

Em que pese, como já discutido, as famílias possam construir sentidos distintos dos que as políticas atribuem ao ingresso ou condições de permanência nos programas, quero aqui refletir sobre a presença desta controvérsia entre o que é direito e o que é obrigação, presente também nas políticas sociais voltadas para as famílias.

Retornando ao PBF e as suas condicionalidades, caberia perguntar se, na medida em que o acesso a serviços considerados direitos universais (educação, saúde e alimentação) são revertidos em condicionantes para o benefício de renda, o Programa não estaria transformando direitos em obrigações.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no que diz respeito à área da educação, as condicionalidades buscam:

garantir que as crianças e adolescentes em situação de pobreza estejam matriculados e frequentando a escola, o que é um direito social (...) é feito o acompanhamento mês a mês a frequência escolar de cada um, desses

¹¹ Neste sentido, pude presenciar em espaços de convivência distintos do trabalho de campo, cobranças por parte de profissionais (de enfermagem e serviço social) nos casos de idosos internados sem acompanhamento de um familiar. E também, relatos de familiares com relação a cobranças por parte de equipes de saúde para que mantenham acompanhamento junto a seu idoso. Uma rápida pesquisa nos sites de busca na *internet* sobre o tema, possibilita perceber que esta controvérsia direito/obrigação é tema frequente documentado nos fóruns que disponibilizam orientações jurídicas, relatos de situações onde famílias descrevem fatos importantes de pressão sofridas nos hospitais.

estudantes procurando identificar o que está dificultando o acesso dessas crianças à escola...Para garantir o recebimento do benefício do PBF, as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem ter no mínimo 85% de frequência escolar mensal, enquanto os jovens de 16 e 17 anos devem ter 75% (BRASIL, 2015).

Na área da saúde, o Programa busca contribuir para o desenvolvimento saudável, através do acompanhamento do peso e altura das crianças com menos de sete anos e da vacinação. Além disso, acompanha o pré-natal das gestantes e orienta as mulheres em fase de amamentação.

Embora estas condicionalidades sejam defendidas como as condições necessárias para a superação das situações de extrema pobreza, questiono como tais serviços são ofertados a população e como estes se percebem e se efetivam enquanto capazes de romper com o ciclo da pobreza e desigualdade no nosso país.

Alguns autores entendem ainda que as condicionalidades deveriam ser impostas ao Estado e não às famílias (Silva Apud PIRES e JARDIM, 2014). Para Pires e Jardim (2014), a lógica das condicionalidades questiona inclusive o papel do PBF a respeito da produção de cidadania, na medida em que exige como contrapartidas para o provimento dos benefícios o acesso à educação e à saúde, serviços considerados direitos básicos garantidos na própria Constituição, antes mesmo de serem obrigações do programa.

Para as autoras, a escolha por este modelo de política social está atrelada a um discurso e práticas convergentes com agências internacionais, como o Banco Mundial:

Os agentes nacionais dos programas de transferência condicionada de renda (não apenas no Brasil) e também atores internacionais, como o Banco Mundial, tem insistido na ideia de “corresponsabilidade”. De um lado, o Estado tem por obrigação prover os serviços básicos, com qualidade e boa cobertura; de outro as famílias têm o dever de acessá-los. Com a ênfase na corresponsabilidade espera-se retirar o teor negativo de punição normalmente associado às condicionalidades (PIRES e JARDIM, 2014, p.102).

Uma problematização que ilustra os questionamentos quanto ao sentido das condicionalidades refere-se à frequência escolar mínima das crianças, estabelecida em 85% de presença nos dias letivos. Acontece que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê a obrigatoriedade de no mínimo 75% de frequência para que seja considerada a aprovação dos estudantes. Neste sentido, pergunto: em que base se assenta a necessidade, imposta pelo PBF, de que as crianças oriundas

de camadas mais pobres (ou de extrema pobreza) a quem o programa se destina, tenham de estar na escola por um tempo superior ao que a LDB determina como frequência obrigatória?

A resposta estaria em duas suposições relacionadas a condição de pobreza desta população. A primeira diz respeito ao papel positivo da escola no rompimento do “ciclo da pobreza”. Associada a esta, a segunda supõe que as famílias pobres não utilizam os serviços por vontade própria, precisando que o estado construa formas de motivação para estimular o acesso (PIRES e JARDIM, 2014) ou coerção. Contudo, a bibliografia sobre o tema já constatava que mesmo com o acesso à escola quase universalizado, o impacto desta escolarização não vinha atendendo as expectativas de mudanças sociais (BARBOSA, 2007). Os estudos também registram a presença constante nas falas das famílias pobres quanto ao lugar da escola na vida das suas crianças, muitas vezes referindo com orgulho o fato de seus pequenos estarem frequentando a escola (PIRES e JARDIM, 2014).

Não desejo com estas reflexões defender que a educação não ampliaria as chances de uma mobilidade social, ou negar a ampliação da presença de crianças e adolescentes nos espaços escolares que, antes do PBF, estariam longe das salas de aula. Porém, este *estar* na escola pode não significar ter experiências que instrumentalize estas crianças e adolescentes para que disputem espaços na sociedade com mais dignidade ou com os benefícios auferidos aos cidadãos. As próprias escolas não se transformaram para recebê-los e a presença desta população ainda causa incômodos no contexto escolar como pretendo abordar na sequência.

Os ganhos proporcionados por um programa de redistribuição de renda não se reduzem apenas a ampliação da capacidade de consumo, como já destacaram Pires e Jardim (2014) e Rabelo (2010), entre outros. Mas quando somente aos beneficiários, que são a parte mais frágil desta “parceria”, são dirigidas punições por não terem cumprido a parte que lhes cabe, resta uma dúvida: sem desconsiderar a importância das políticas para amenizar as formas mais duras de pobreza, será que estas condicionalidades não serviriam também para responder as pressões liberais que tais políticas sofrem?

4.3 UMA ANÁLISE INICIAL DAS CONDUTAS E EXPECTATIVAS FAMILIARES

Neste capítulo apresentei os relatos de informantes referentes ao acesso aos serviços e programas dos quais são usuários. Destaco como esses acessos são narrados a partir de estratégias e buscas individuais de instalação na cidade e de enfrentamento de dificuldades ou dramas familiares. O acesso as políticas ganha sentido em expressões como merecimento, ajuda e graça divina.

Buscando suporte para compreender a construção de condutas e relações destes sujeitos, penso que cabe uma aproximação a noção de mediação, conforme utilizada por Neves (2010). A autora entende que as políticas compensatórias acabam por demandar aos sujeitos beneficiários de suas ações uma conduta compatível com as características que identificam a categoria a que “pertencem”:

... aqueles que concorrem pelo acesso de recursos raros- muitos deles definidos como direitos sociais- devem incorporar o aprendizado da produção de sintonias entre esses universos de significação, demonstrado pela sagacidade política da construção do relato individual (NEVES, 2010, p.79).

No caso exposto por Neves, ela reflete sobre idosas responsáveis pelo sustento e cuidados dos netos e sua busca por “ajuda” junto a instituições de caridade. Desta forma, o trabalho social, ao envolver operadores e famílias estabelece relações em que os segundos aprendem a forma como devem se portar, se apresentar nos espaços institucionais para garantir sua qualificação como beneficiários. A esta relação de troca, de aprendizados, a autora chama de mediação, no sentido de estabelecer um diálogo entre dois universos:

As trocas comunicativas, estabelecidas pela adoção de termos e perspectivas comuns, permitem então o trânsito e o encontro específico de universos diferenciados de significação (NEVES, 2010, p. 83).

Neste sentido, destaco a recorrência entre as informantes da ideia de que sua história, ou seu caso, sensibilizou os operadores. A confiança destas na excepcionalidade de seus casos, de suas situações individuais, para justificar seus acessos a certas políticas, poderia ser mais do que resultado de uma dinâmica de migração e da ausência de uma identidade como grupo social. Esta convicção de que o drama individual é determinante, resultaria também, segundo Neves, de aprendizados advindos da interação com as próprias práticas institucionais de

assistência e de caridade. Tais práticas alimentariam a necessidade de que seus beneficiários correspondam a certos perfis e a certas condutas.

Assim, pode-se destacar que as pessoas beneficiárias desenvolvem também relações de mediações perante às expectativas que os serviços e instituições possuem delas. Nesta lógica, nas trajetórias de algumas famílias foram desenvolvidas estratégias de “administração de novos modos de inserção social” (NEVES, 2006, p. 373). Em outro estudo, realizado com idosas pobres, Neves (2006) afirma que, mesmo “tendo internalizadas as regras da dominação”, essas pessoas “têm desenvolvido uma sabedoria no sentido de demonstrar a carência e a disponibilidade para recepção da ajuda de tal forma verbalizadas que impõem a tomada de posição do interlocutor” (NEVES, 2006, p. 374).

Por fim, os relatos de campo também chamam a atenção por outros aspectos. Embora os sujeitos reconheçam certos direitos, as condições desiguais em que vivem podem impedir que acessem estes direitos. Assim, as famílias por vezes realizam cálculos para avaliar se o esforço em alcançar um direito não acabará por superar os próprios benefícios viabilizados por esse direito, como no caso da inclusão um filho com deficiência na escola regular. De outra forma, é possível ainda que um direito adquirido seja convertido em obrigação familiar, como é o caso do acompanhamento hospitalar. E, neste caso, novamente a família passa a ter que escolher entre prestar o acompanhamento do filho em hospital de outra cidade, deixando as irmãs sozinhas em casa, ou abandonar o tratamento de saúde.

Estes dados apontam para a questão das expectativas dos grupos populares perante as instituições do Estado e suas políticas. Aqui cabe referir um paralelo com a discussão proposta por Vanderlei Guilherme dos Santos (2007). Este autor aponta que, para a população pobre do Brasil, a expectativa com os direitos ou ganhos sociais é baixíssima, pois os custos com desejos e expectativas frustradas pode ser alto, em se considerando a energia necessária para a conquista dos mesmos. Embora entenda que Santos refere-se ao custo de mobilizações coletivas, me parece que a lógica que justificaria horizontes de desejos bastante tímidos por parte da população pobre (SANTOS, 2007), pode ser reconhecida nos posicionamentos dos informantes da pesquisa. Assim, o cálculo custo-benefício é efetuado pela família de Maria Alice e, a partir dele, as decisões são tomadas. Isso ocorre sem que necessariamente haja uma racionalização sobre o processo, o cálculo é feito aqui emotivamente, fundamentado nas experiências vivenciadas.

5 A PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES OPERADORES NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DE CIDADANIA

Assim como as famílias podem construir significados distintos para sua participação e acesso aos programas sociais, as políticas públicas também podem sofrer influências de diversos fatores na sua implementação. Para Lotta e Pavez (2010), apesar de as políticas públicas serem comumente elaboradas nacionalmente, estabelecendo princípios e orientações das ações que devem ser localmente implantadas, estas podem se apresentar de forma diferente da que foi formulada, alterando os resultados previamente esperados.

Neste sentido, a universalização das regras e diretrizes não pode garantir uma única forma das políticas públicas serem aplicadas e vividas em todos os lugares, considerando as desigualdades regionais, territoriais e políticas presentes no país. O caminho percorrido pelas políticas desde a sua elaboração até a implementação envolve muitos eventos e atores. Para Lotta e Pavez (2010), que analisam o caso dos agentes comunitários de saúde, a discricionariedade exercida pelos “burocratas de nível de rua”, como chamam os operadores das políticas, pode ter um papel fundamental na intermediação das políticas com a população atendida:

Dessa forma, analisar como esses agentes transformam e adaptam as políticas é essencial na medida em que eles influenciam o acesso da população a direitos e benefícios governamentais e são o canal pelo qual a população consegue acessar a administração pública, pois interagem continuamente com a população em seu trabalho... se tornam o lócus da ação pública, já que são responsáveis pela mediação das relações cotidianas entre o Estado e os cidadãos. Como será observado neste trabalho, no caso dos ACS, o fato de serem burocratas e, ao mesmo tempo, pertencerem à comunidade, acaba potencializando a capacidade que esses atores têm em exercer a discricionariedade para adaptar as políticas ao cotidiano e ser mediadores (LOTTA e PAVEZ, 2010, p. 119).

Ao discutirem a importância dos operadores na implantação das políticas, as autoras não deixam de considerar a influência que os implementadores locais têm ao fazerem suas escolhas construindo uma “diferenciação territorial da oferta das políticas sociais” (LOTTA e PAVEZ, 2010, p. 111).

Dito isso, ressalto que o objetivo deste capítulo é priorizar um diálogo com os dados obtidos junto aos operadores de políticas sociais no bairro Tabuleiro, refletindo

não apenas sobre as práticas destes atores, mas também sobre as circunstâncias em que essas práticas se desenvolvem.

5.1 DIVERSIDADE DAS PRÁTICAS NAS RELAÇÕES COM AS FAMÍLIAS

Pretendo ilustrar aqui as diferentes práticas de abordagens e relação com as famílias estabelecidas por parte dos operadores de políticas sociais no bairro que possibilitaram essa pesquisa. Para isso, neste primeiro momento, recorro a relatos de duas interlocutoras no trabalho de campo, vinculadas a diferentes instituições do bairro: uma assistente social e uma pedagoga de uma escola. No caso em questão, ambas atenderam à mesma família em suas respectivas instituições.

A assistente social da prefeitura que atende no bairro, aborda, durante a entrevista, os tipos de demandas que lhes eram repassadas por outras instituições vinculadas a rede de serviços públicos. Ela relata, então, a dificuldade do trabalho em rede na cidade, dizendo não entender como chegam relatórios de escolas com trinta dias de ausência das crianças, sem que tenham sido feitas visitas às suas casas pela escola: “as crianças podem estar com fome ou doentes em casa”. Dito isso, lembra de

(...) um caso muito triste: no acompanhamento de uma família encaminhada pela escola, depara-se com o relato contrariado de uma mãe. Ela relata que a Pedagoga teria dito à criança que esta 'deveria tomar banho porque estava fedida'. Enquanto narra o caso, a Assistente Social questiona a fala da pedagoga 'como pode dizer isto a uma criança? Não sabe se a família tem sabonetes, se tem condições, banheiro'. Na sequência, comenta que a criança em questão teria lhe dito não saber por que a professora reclamava, 'pois costuma tomar banho todas as noites e já dorme de uniforme para ficar pronta' (notas diário de campo).

Em outro momento do trabalho de campo, em uma escola do bairro, conversei coincidentemente com a pedagoga mencionada no relato acima. Esta conta que uma professora lhe encaminhou a situação de uma criança que estava sendo hostilizada pelos colegas porque não “cheirava bem”. Ela comenta que:

Chamou a mãe para uma conversa e contou o que estava acontecendo. A mãe (acompanhada pela criança) não concordou com a versão relatada. A Pedagoga então diz a mãe: 'estamos nesta sala fechada e eu não estou aguentando o cheiro'. A Pedagoga relata que disse a mãe que, 'ao permitir

que o filho vá desta forma para a escola ela está retirando da criança o direito de se socializar e de estar com os amigos que (por conta da higiene inadequada) acabam se afastando' (notas diário de campo).

Para as finalidades deste trabalho, vale situar a diferença de perspectiva que se evidencia nos relatos dessas duas profissionais. A primeira nos narra a situação e sua impressão a partir do lugar de quem atua em programas de atendimento a famílias pobres, valorizando o contexto, as condições precárias de habitação e de sobrevivência. Por sua vez, a segunda sentiu-se à vontade para me relatar como agiu e o que disse à família, explicando que do seu ponto de vista tratava-se de “garantir os direitos da criança”, especificamente neste caso o que chamou de o “direito de se socializar”.

Ao recorrer a estes dados, a primeira questão seria nos questionarmos se as diferenças de condutas estariam reduzidas apenas às diferenças entre as trajetórias pessoais e profissionais das pessoas em questão. Sem ignorar esta possibilidade, a análise que busco desenvolver leva em conta que estas pessoas estão situadas em determinadas posições sociais e institucionais, as quais produzem lógicas, valores e práticas que ordenam as suas abordagens profissionais, ao menos em parte.

Neste sentido, a análise desta situação permite compreender tal diferença entre práticas institucionais no âmbito do cenário pós-ECA, no qual a afirmação dos direitos das crianças e adolescentes repercutiram em formas de enquadramento das famílias pobres. A utilização do “direito da criança”, como justificativa para cobrar da mãe uma prática de cuidado julgada como apropriada, parece relacionar-se com aquilo que Fonseca e Cardarello (2009) nominaram de “direitos dos mais e menos humanos”. Para as autoras, a defesa descontextualizada dos direitos das crianças, ignorando sua condição de classe e as dificuldades da família, tem levado “a engendrar paradoxos”: sugerindo como culpados por situações intoleráveis vividas pelas crianças a figura dos “pais desnaturados” (CARDARELLO e FONSECA, 2009, p. 248). As autoras problematizam que a inclusão de crianças pobres no alvo de proteção humanitária, no contexto brasileiro, tem sido acompanhada tanto de uma invisibilidade das condições em que as famílias vivem, como por sua respectiva culpabilização por tais condições.

Para Rego e Pinzani (2014), o discurso liberal que sustenta a visão de que cada indivíduo adulto tem responsabilidade pelas condições socioeconômicas em que vivem

desconsidera o fato de que a maioria das pessoas que pertencem à elite ou às classes mais ricas já nasceu em famílias abastadas e, portanto, não são responsáveis por sua situação de bem-estar e poder... A regra é a exclusividade do poder econômico e social, e a exceção do “homem que se fez a si próprio” é bem-vinda, pois reforça o discurso dominante pelo qual cada um recebe o que merece: riqueza ou pobreza (REGO e PINZANI, 2014, p. 235).

Segundo Rego e Pinzani, a reprodução destes discursos repercute ainda em diferentes camadas sociais, sendo também introjetado pelos pobres que acabam por culparem-se pela sua situação. Desenvolvem uma percepção de que as injustiças afetam individualmente os sujeitos e não um coletivo. Ou seja, replicam explicações para sua situação que confirma a versão liberal difundida pelas elites.

5.2 LÓGICAS DE PESSOALIDADE NO ACESSO AOS SERVIÇOS

Lucrécia trabalha há quase dez anos na unidade de saúde do Tabuleiro. Também mora no bairro, porém sua região de atuação não abrange a mesma rua em que mora. Conhece muitas pessoas tanto pelo tempo em que trabalha na Unidade de Saúde como por ser bastante comunicativa. Nas suas falas sempre está presente a preocupação em conseguir acompanhar as famílias do bairro, que têm muitas dificuldades em conseguir seu sustento.

Nas visitas que realiza, costuma se deparar com muitas situações de pobreza extrema e, como parte de suas funções, de Agente Comunitária de Saúde (ACS), as encaminha para o CRAS para receberem os benefícios possíveis, como o Programa Leite das Crianças, Cesta Vida ou ainda o Bolsa Família. No entanto, tem uma visão crítica sobre os programas sociais desenvolvidos na cidade, que, em sua opinião, muitas vezes não atendem quem mais precisa:

Tem gente que precisa mesmo, mas tem pessoas que a gente sabe que não precisa, tem emprego, mora numa boa casa, ou é zelador de prédio e mesmo assim recebe cesta [Programa Cesta Vida] ou tá no Bolsa Família. Várias pessoas mudam [de bairro ou cidade] e continuam recebendo. Não tem fiscalização. Isso tinha que ter (Lucrécia)

A agente de saúde percebe a situação de famílias que enfrentam dificuldades para sua sobrevivência e compreende o papel das políticas sociais em amenizar tais

condições. Mas afirma também que têm pessoas que recebem ajuda sem precisar, já que trabalham como zeladores de prédio (no contexto da cidade, estes representariam uma parcela da população que tem direitos trabalhistas assegurados, casa adequada para morar, sendo frequente, nas falas, a referência como se pertencessem a uma classe média local). Reproduz, de certa forma, o discurso de que aos pobres o dinheiro que é dado é mau usado e por isto a sua utilização deve ser supervisionada.

Lucrécia demonstra preocupação com a situação dos adolescentes que encontra pelo bairro em seu trabalho, pois muitos não teriam atividades que os estimulem, nem motivação para prosseguir os estudos no ensino médio. Os adolescentes não conseguem emprego, estágio e as vagas para o Programa Menor Aprendiz¹² são poucas na cidade. Segundo ela, o uso de drogas é frequente nesta população e, em muitos casos, “as famílias não reconhecem o problema”, que não ocorre somente “nas famílias bem pobres” (Lucrécia).

O papel de mediadora entre famílias e os serviços e programas, associado ao perfil pessoal acessível de Lucrécia, me fazem perceber uma dimensão que parece central neste diálogo com os dados da pesquisa. Lucrécia comenta a respeito de muitas mães que, ao invés de irirem até a Unidade de Saúde para buscar atendimento, acionam a intermediação do ACS:

O posto agenda as consultas, elas sabem, mas elas ficam esperando que o a gente avise. Sabem que a gente não vai deixar perder a consulta. Tem uns que mesmo sabendo que eu não sou mais a agente de saúde delas, elas assim mesmo esperam por mim, vão na minha casa, pedem pra marcar consulta, não vão no posto. Mas se bloquear a bolsa [benefício PBF] aí eles vêm atrás, até as datas de pesagem [conferência de peso das crianças necessária para o PBF e o Programa Leite das Crianças] a gente avisa (Lucrécia).

As conclusões do trabalho de Lotta e Pavez (2010, p.115) indicam que, quando temos um agente implementador que também pertence à comunidade em que a política é executada, ou seja, que vem “de dentro” e circula em ambos os mundos, o da administração pública e a população local, podemos estabelecer dinâmicas e relações sociais que têm impacto nas relações entre sociedade e Estado, ampliando e diversificando as fronteiras da ação do poder público.

¹² A informante se refere ao Jovem Aprendiz, um programa vinculado ao PRONATEC que obriga empresas de médio e grande porte, tanto públicas quanto privadas, a ofertarem vagas para jovens estudantes para que desenvolvam uma atividade profissional remunerada tendo como objetivo desenvolver o aprendizado.

Entretanto, sem ignorar o sentido positivo deste impacto, como indicam Lotta e Pavez, também pode-se destacar um aspecto que ajuda a compreender o sucesso neste papel de mediadora entre as famílias que estudei. Como já apontado no capítulo anterior, é comum as pessoas relatarem seu acesso a um direito, referindo a sensibilidade de algum agente com seu drama pessoal ou um reconhecimento direto pelo qual mereceram tal retorno. A ideia presente nesta relação, ao contrário de que acessam um direito garantido por princípios de universalidade ou de critérios impessoais, estaria na valorização que o público usuário das políticas atribui a relações de empatia e de pessoalidades. Neste caso, o fato do agente ser integrante da comunidade local poderia ser menos significativo para os usuários, considerando que se trata de um bairro caracterizado pela transitoriedade dos sujeitos no território.

5.3 PRÁTICAS DE INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS E ESCOLAS

A escola é a instituição social com maior presença no cotidiano das famílias, bem como frequentemente a mais próxima fisicamente a elas. No entanto, também se apresenta como a instituição cuja relação com as famílias estabelece-se historicamente reiterando tensões, distâncias e posições fortemente marcadas pela normatividade. Por sua vez, é interessante notar que a escolarização das crianças de famílias atendidas em programas sociais é usada como uma das condicionalidades para a manutenção de benefícios, como no caso do PBF.

Cabe, assim, ilustrar essas relações refletindo sobre condutas distintas para promover o envolvimento “da família” com a escola. Para isso, inicio com o exemplo de uma reunião entre pais e a direção de uma escola municipal de um bairro vizinho ao Tabuleiro¹³, também da rede municipal. Ainda que a escola em questão seja identificada como atendendo a um público diferenciado (filhos de professores e filhos de zeladores de condomínios), a relação observada é coincidente com os relatos de outras escolas. E mesmo tratando-se de um público, em parte, “distinto” das famílias que pesquisava, a forma de comunicação estabelecida mostrou-se coincidente com a

¹³ Embora situada fora do bairro, as crianças do bairro Tabuleiro também estudam nesta escola.

presenciada em outras escolas, servindo assim como elemento possível de análise nesta pesquisa.

A reunião começa. Os pais estão agrupados no refeitório da escola, em uma área com mesas e bancos, coberta com telhado, mas sem paredes. A diretora Elisa inicia sua fala usando microfone posicionada a certa distância, separada dos pais pelo pátio que as crianças utilizam para as brincadeiras do recreio. Em tom muito sério, formal e sem rodeios, a diretora pede aos pais maior colaboração não enviando refrigerantes ou salgadinhos para o lanche das crianças, fato que estaria gerando tensões entre as crianças, 'porque todos também vão querer'. Emenda falando sobre a volta dos piolhos na escola e que 'não é obrigação da escola resolver os problemas de piolhos das crianças, isto é tarefa dos pais!'. Na sequência, informa que nas atividades de Páscoa não serão distribuídos chocolates aos alunos, porque alguns pais reclamaram da quantidade de bombons que os filhos receberam no ano anterior. Ela explica, em tom que demonstrava contrariedade com o ocorrido, que "ano passado foi solicitado uma doação de caixas de chocolates que foram [posteriormente] divididos entre as crianças, mas houveram reclamações, então neste ano, os chocolates serão obrigação dos pais!". Para finalizar, a diretora reclama que os pais não estão buscando as crianças no horário certo, e que "no último dia de chuva quase deu acidente quando um pai subiu na calçada com o carro para pegar seu filho, colocando em risco a vida de quem estava em frente à escola". Alguns pais teriam reclamado para a diretora, mas, diz ela, "cuidar desta questão não é tarefa da escola, é de cada um". Encerrando a reunião disse categoricamente: "espero maior participação dos pais este ano. Esperamos contar com vocês quando chamamos para as reuniões. Agora podem ir até as salas para conversarem com as professoras". Durante a fala da diretora os pais permaneceram quietos, ninguém perguntou ou sugeriu algo. Assim que foram liberados se dirigiram as salas de seus filhos (Diário de campo).

A forma como Elisa se comunica com os pais nas reuniões, também marca sua interação em situações cotidianas. Tanto com as crianças quanto com as famílias, Elisa demarca um papel e uma posição que sugere ao mesmo tempo distância e formalidade. No entanto, estas características se materializam em outras situações da rotina escolar. Como nos casos relatados por mães que solicitaram conversar com a professora de seus filhos e depararam-se pela presença da diretora na conversa. Além disso, as conversas contavam também com a presença da coordenadora pedagógica e com a redação de uma ata a ser assinada pelos presentes.

Recorro aqui a outro caso, que revela uma forma distinta da descrita acima, de relação da escola com as famílias. Trata-se de uma escola infantil, dirigida por Rita, sobre a qual trago como pista inicial o material distribuído aos pais na primeira reunião do ano:

Foi entregue aos pais um papel colorido, cuidadosamente recortado e ilustrado com um vaso com três flores sorridentes. Nele havia um pequeno texto dirigido aos pais que dizia: "Os pais precisam ter clareza do tipo de

semente que querem que sejam lançadas na vida de seus filhos. Sementes de respeito e alegria, de segurança e diálogo, de amizade e limites. Sementes de amor. Essas sementes se bem cuidadas darão excelentes frutos. Comece agora a cultivar a sua família!!!” (Notas diário de campo)

Com Rita, tive a oportunidade de maior proximidade durante a pesquisa. Ela fala sobre sua história familiar (cuja infância foi vivida, em parte, longe dos pais) como explicação para o fato ter uma sensibilidade em relação ao tema da família, o que no seu trabalho fica aparente na relação que tenta construir com os pais das crianças. Este estreitamento de laços que persegue, pude perceber em diferentes momentos, como durante as reuniões, no tom amistoso a que se refere às famílias, e como inicia as reuniões e os bilhetes que envia nas agendas, sempre com um “querida família”, agradecendo a participação e levantando os pontos positivos da equipe de profissionais.

Rita justifica sua forma de trabalhar com as famílias, contrapondo os discursos mais comuns entre professores, de responsabilização das famílias por não darem conta das demandas escolares. Buscando desenvolver com as famílias uma relação de proximidade, valorizando positivamente os encontros sem, contudo, deixar de direcionar para às famílias os discursos sobre o papéis atribuídos tanto à escola quanto aos pais. Assim, o texto oferecido aos pais expressa a preocupação em incidir nas relações, passando orientações que sirvam para que repensem sobre seu modo de vida familiar.

Entre os dois casos descritos, de Elisa e Rita, existe uma gama de outras leituras e práticas dos educadores quanto a relação com as famílias. Roberta, por exemplo, que é pedagoga de uma escola do Bairro Tabuleiro, afirma que:

a escola tem que ensinar os pais. Eles não aparecem na escola pras reuniões e nem querem saber como vão indo seus filhos. Então decidimos fazer atividades pra envolver, ensinar a eles como ajudar os filhos. Mas vem muito poucos, né. Não adianta, a maioria das famílias não quer saber (Roberta).

Outra expectativa em relação às famílias com a qual me deparei, surgiu em conversa com a pedagoga de outra escola do bairro. Ela me informava que das

crianças das famílias do PBF é exigida uma frequência escolar de 85%, enquanto das demais crianças a exigência é de 75%, conforme a LDB¹⁴:

Percebendo minha estranheza, ela [a pedagoga] disse que, em sua opinião, quem está em programas deveria ter além da obrigatoriedade de frequência maior também deveria alcançar uma média maior que os demais para aprovação. E justificando: "...as crianças na maioria, ficam em sala sem participar, ficam parados e não participam. Se a nota fosse maior, os pais seriam mais presentes na escola e até mesmo cobrariam dos professores e dos próprios alunos maior empenho" (Notas diário de campo).

A temática da relação entre famílias populares e escola tem sido recorrente, dispondo de trabalhos de referência tanto na literatura francesa (THIN, 2006), como brasileira (BARBOSA, 2007). Os autores, apoiados em diferentes pesquisas, defendem que conflitos entre escola e família estariam relacionadas a lógicas socializadoras diferentes. Para Thin (2006), as lógicas escolares tendem a se impor sobre as lógicas das famílias populares, se estabelecendo de forma desigual, uma vez que as famílias têm pouco ou nenhum domínio das formas e requisitos para a aprendizagem escolar, enquanto as práticas e lógicas dos professores estão largamente legitimadas. Embora o encontro destas lógicas esteja fortemente marcado por uma desigualdade de forças, Thin afirma que as lógicas populares podem tanto resistir, construindo uma negociação com as lógicas escolares, como serem modificadas pela confrontação.

As diferenças de estratégias, formas de comunicação e aproximação com as famílias, são significativas nos relatos apresentados neste tópico. No primeiro caso relatado, o de Elisa, a forma utilizada pela diretora junto as famílias consiste em deixar claro qual o papel que a escola deseja que os pais assumam e como espera que se comportem frente as demandas apresentadas. A concepção central é de que os pais precisam ser disciplinados em sua relação com a escola e a escolarização das crianças. No caso de Rita, a ideia é de que o sentido da escolarização das crianças não pode se dar através da cobrança, mas através de uma sensibilização e ajuda da escola para com as famílias. E da mesma forma, os demais relatos de educadores apresentados aqui, podem ser contrastados em suas formas de interação com as famílias.

¹⁴ Conforme Art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases, a frequência mínima exigida é de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para se considerar a validação de aprendizagens nas instituições de ensino.

Contudo, apesar das diferenças, as expectativas das educadoras e diretoras são comuns: fazer repercutir em casa as questões importantes para escola, como a linguagem, as aprendizagens de conteúdos escolares, valores e comportamentos adequados para a convivência escolar. Ou seja, que a família reforce os códigos necessários para o modo de socialização escolar (THIN, 2006).

Estas tensões entre as expectativas da escola e da família estão presentes no depoimento de uma educadora, quando referia os constantes problemas envolvendo os pais das crianças menores, recém-chegadas a escola:

Os pais que causam mais problemas são os das crianças pequenas. Eles por qualquer coisa não trazem os filhos, se chove ou se faz frio as crianças já não vêm. E todo o tempo tem que estar combinando as coisas. É um problema atrás do outro (Notas diário de campo).

A fala desta informante trata dos desencontros entre os professores e os pais que estão com os filhos pela primeira vez na escola. Entre os problemas, está a internalização das regras, a comunicação que não flui, a não compreensão da obrigatoriedade com a frequência que estão ligadas as dificuldades de adaptação das famílias ao ambiente escolar.

Para as famílias, as tensões também são perceptíveis como evidenciam duas informantes, Taís e Tamara. Elas comentam sobre a escola dos filhos pequenos: “Lá na escola os professores estão sempre reclamando. Nada tá certo. Sempre falam das crianças, das roupas, do material...” (Tamara). Para dona Taís é preciso prevenir os mal-entendidos: “tem que levar o que pediram, não dá pra levar qualquer coisa, né? É bom evitar problemas na escola”.

A bibliografia também indica que a escola com frequência cristaliza o lugar da família e suas atribuições, tomando como premissa sua própria lógica (THIN, 2006) ou a cultura escolar (BARBOSA, 2007). Uma das práticas comuns ao analisar o desempenho de crianças de classes populares é atribuir a elas e a suas famílias a responsabilidade por suas dificuldades frente as demandas escolares. Para Thin é errôneo não reconhecer as dificuldades apresentadas pelas famílias de classes populares nas escolas. Entretanto

...seria igualmente um erro esquecer que as “carências” das famílias e de suas crianças só existem em relações sociais desiguais, que impõem a posse de aptidões acadêmica e socialmente reconhecidas, e estabelecem as características dos membros das classes populares como negativas e

inferiores. A inferioridade não é uma substância, não está na natureza dos sujeitos sociais que a portariam por acaso; ela é o produto de relações sociais cujo equilíbrio de forças é desigual (THIN, 2006, p. 223).

É na “confrontação” entre as diferentes lógicas escolares e familiares que se situam as dificuldades presentes nos processos de ensino nas escolas dos bairros populares. Reconhecer que as famílias estão em situação de “inferioridade em relação à situação escolar” não significa aceitar que tais características sejam naturais a estes grupos, mas sim compreender as condições sociais desiguais a que são submetidos e as experiências que estas possibilitam (THIN, 2006).

5.4 DAS PRÁTICAS DOS AGENTES ÀS CIRCUNSTÂNCIAS QUE AS ENVOLVEM

O contato com os operadores durante a pesquisa foi viabilizado, como descrito no capítulo da metodologia, através da intermediação de pessoas conhecidas, configurando uma rede de confiabilidade (HOFFMANN-HOROCHOVSKI, 2008), que ajudaram no acesso aos agentes operadores de políticas e às famílias. Logo nos primeiros contatos que estabeleci com os servidores municipais, envolvidos com as políticas existentes no bairro, chamou minha atenção uma sensação de preocupação por parte desses, que se manifestava nas conversas.

Na primeira visita a um Centro de Assistência Social, a assistente social, ao iniciar a conversa, me informa que só tem uma hora disponível para conversarmos e questiona sobre os objetivos de meu projeto. Também me pergunta se eu sou moradora da cidade, quem eu conheço do local e porque eu precisava das informações. Estava muito séria e, demarcando um certo distanciamento, parecia escolher as palavras certas, evitando dar informações mais precisas sobre a rede de serviços, sobre a população usuária. Notei que suas mãos tremiam continuamente. Depois de algum tempo sem que o assunto fluísse, comecei a falar sobre minhas experiências enquanto trabalhadora em serviços de assistência social em outra cidade e os desafios que o trabalho trazia. Aos poucos o clima foi mudando e conversamos até o final da manhã, chegando a quase três horas de conversa. Mesmo assim, em certo momento, quando solicitei autorização para gravar a conversa, ela responde:

“eu preferia que não”. Por fim, para ilustrar de forma mais clara a posição de precaução da assistente social, recorro ainda a outro momento da conversa:

Mais próximo do final da conversa, Suzane resolve imprimir, para meu conhecimento, um relatório que elaborou registrando dados sobre os atendimentos prestados à população. Entretanto, quando está com o relatório em mãos, diz: “não sei se posso passar para você este documento...”. Então começa a ditar as informações, item a item, para que anote os dados (notas do diário de campo).

Situação semelhante vivenciei quando cheguei pela primeira vez na Unidade de Saúde. Perguntei à recepcionista se poderia conversar com uma agente comunitária de saúde, que atendesse o bairro, por conta da pesquisa que estava fazendo. Imediatamente a recepcionista perguntou: “é coisa da Universidade? Tem que falar com a enfermeira, ela que decide se pode ou não falar com a agente comunitária de saúde”. Respondi que sim, que queria umas dicas sobre o bairro e as famílias. Mesmo assim fui orientada a marcar uma agenda com a enfermeira para apresentar as minhas perguntas e então ela decidiria se eu poderia ou não conversar com uma das agentes.

Mesmo nas escolas, onde meu acesso foi facilitado por ter sido indicada e apresentada por uma amiga, reiterarei minha impressão de que os operadores municipais adotavam uma postura cautelosa frente à minha presença:

A conversa demorou a se desenvolver. Diante da consulta se poderia gravar a conversa, Cleusa disse que não gostaria que gravasse, pois ficaria muito nervosa. Do início ao fim da conversa, ela ressalta sua admiração pelas posições e ações do Secretário de Educação, a quem ela considera ter muita experiência e muito compromisso com as escolas e famílias. O interessante é que eu não fiz, em qualquer momento, perguntas, menção e nem mesmo tenha demonstrado interesse em avaliar a gestão da Secretaria de Educação (notas do diário de campo).

A intenção de descrever estes episódios é problematizar o contexto em que as práticas dos operadores de políticas sociais são desenvolvidas e sua possível influência na operacionalização das políticas no município.

Durante o período da pesquisa de campo ocorreram como já citado anteriormente, duas greves significativas na cidade, na área da saúde, envolvendo os profissionais do hospital municipal, e a segunda na educação, com a paralisação das escolas. Estas greves geraram uma movimentação diferente no município e, como

resultado dos tencionamentos, ocorreu uma série de relotações dos trabalhadores, parte da estratégia de desmobilização e punição aos grevistas.

Considerando este cenário, meu objetivo é refletir quanto às margens de atuação dos agentes operadores de políticas sociais envolvidos nesta pesquisa, especialmente na sua relação com o gestor municipal. As preocupações e cautelas que percebi junto aos sujeitos durante nossos encontros me faz pensar os limites e tensões quanto ao exercício da discricionariedade no cotidiano do trabalho.

Sobre este aspecto, Lotta e Pavez (2010) sugerem que a implementação das políticas públicas está atravessada por diversos fatores que alteram a forma como as políticas foram planejadas:

... os processos de implementação de políticas e as escolhas dos profissionais que as executam localmente podem contribuir para a diferenciação territorial da oferta das políticas sociais, criando, reforçando ou combatendo processos de segregação e desigualdade (LOTTA e PAVEZ 2010, p. 111).

Neste sentido, Em Matinhos, uma característica marcante que a meu ver tem relação com o clima que percebi junto aos profissionais, é uma espécie de onipresença da figura do prefeito na implementação dos serviços públicos da cidade. Esta onipresença pode ser percebida pelas relações que envolvem os operadores e que interferem nas relações que estes estabelecem com os usuários e na própria rede de serviços.

No caso da educação, os diretores das escolas não são escolhidos pela comunidade escolar, mas sim indicados diretamente pelo prefeito. Da mesma forma, a política de assistência que é comandada pela “primeira dama”, que responde pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Parte dos profissionais que atuam diretamente no atendimento à população, como assistentes sociais, educadores e profissionais da saúde, além de outras funções sem especialização técnica, são cargos comissionados. Vários relatos revelavam a forma com que o gestor municipal trata a ocupação dos cargos, seja como gratificação ou punição entre os servidores.

Em cidades onde as políticas sociais estão mais estruturadas, com os conselhos de direitos e ou outras instâncias de participação em funcionamento, com uma trajetória de certa autonomia, onde os operadores usufruam de vínculos funcionais estáveis, a interferência do gestor não obteria necessariamente o mesmo impacto. Nestes casos, depreende-se que os trabalhadores teriam maior chance de

construir, orientar e respaldar suas posições com base em outras premissas, por exemplo, como aquelas construídas no âmbito de fóruns profissionais ou temáticos que disputam a formulação das políticas.

O modo de gestão municipal não foi objeto de estudo desta pesquisa. Entretanto, em meio ao trabalho de campo várias informações sinalizaram o peso de certas práticas de gestão na condução das políticas. Como exemplo, retomo uma das entrevistas que realizei na fase inicial do trabalho de campo, com um agente local, vinculado a uma instituição não-governamental. A pessoa entrevistada me informava de sua participação em um dos conselhos municipais da cidade e de como haviam exigido da prefeitura uma contrapartida em infraestrutura para o referido conselho, para que votassem a favor do governo numa questão polêmica relacionada à prestação de contas de uma política. Para a pessoa em questão, posicionada como oposição ao governo municipal, a exigência feita ao prefeito era relatada como uma forma de contraposição, embora tivesse ciência da irregularidade das contas.

Em Matinhos, portanto, num cenário em que a participação popular é desestimulada, o acesso às informações é limitado, a fragilidade dos vínculos trabalhistas é uma constante, as formas pelas quais as políticas sociais se desenham no município parecem reduzir as possibilidades discricionárias dos operadores. A forma de gerir a cidade, valendo-se de vínculos funcionais instáveis, apoiados diretamente em uma relação de confiança com o gestor ou com outros dirigentes municipais, resultaria em, além da própria interferência direta em ações de “ponta” nas políticas, um tipo de insegurança e em menor autonomia dos servidores, fruto de uma vigilância maior sobre a atuação dos mesmos.

5.5 OPERADORES DE POLÍTICAS COMO PROTAGONISTAS: SÍNTESES POSSÍVEIS

Como procurei relatar no início deste capítulo, uma mesma família pode ser vista como sujeitos de direitos, no âmbito de uma política, mas como responsáveis por subtrair os direitos de socialização dos filhos, noutra instituição. Na perspectiva que busquei analisar, estas diferenças entre as condutas dos sujeitos se construiriam também por paradoxos envolvidos nas legislações (FONSECA e CARDARELLO,

2009). Além disso, também nos deparamos com lógicas institucionais históricas que parecem cristalizar as interações entre os sujeitos, como indicam as análises sobre a relação família/escola. É possível dizer ainda que, no caso histórico brasileiro, as pessoas vivem no cotidiano das escolas os dilemas de escolarização (como um modo específico de socialização) de populações que nunca antes estiveram na escola (BARBOSA, 2007).

Também procurei registrar que, quando o operador está posicionado, em função de sua atribuição (no exemplo que descrevi, de agente comunitária de saúde), mais exposto ao cotidiano dos sujeitos e menos “protegido” pela estrutura física das instituições, a possibilidade de interlocução ampliada repercute nas percepções e leituras do agente quanto a realidade das famílias (LOTTA e PAVEZ, 2010). Por outro lado, destaquei que, com frequência, esta relação entre o agente de um serviço e o usuário é compreendida, pelo usuário, como oportunidade, concessão ou favor pessoal, e não como uma das ações que fazem parte do próprio atendimento e acesso à uma política.

Os relatos sobre estes operadores sugerem uma diversidade de práticas e representações a respeito dos sujeitos que buscam atendimento junto a suas instituições, bem como quanto aos sentidos de cidadania e de direitos sociais que perpassam os serviços e programas sociais. Buscando não tomar as práticas destes sujeitos como objeto de análise isolado ou de qualquer julgamento, quero entendê-las aqui como construções que envolvem biografias, experiências e posições que estes ocupam nas relações da cidade. Neste sentido, embora permeadas por características e trajetórias pessoais, considero que os lugares sociais e institucionais que os operadores ocupam constroem lógicas que também constituem suas práticas.

Contudo, busquei atentar também ao peso das lógicas de gestão municipal, situadas entre o nível de formulação e o de execução das políticas. Especialmente porque essas lógicas parecem limitar as condições de operacionalização das políticas, seja por interferências diretas na sua execução, seja através da instabilidade de vínculos do quadro de servidores que atuam nos serviços.

Assim, essas diferentes inflexões que os dados da pesquisa revelam, permitem identificar que há um conteúdo disciplinador e civilizatório que orientam os conteúdos das ações dirigidas às famílias beneficiárias de programas sociais. Mas também permite identificar que a condução destas ações está sujeita as perspectivas dos

sujeitos e de circunstâncias do contexto, como as gestões das escolas, dos serviços ou do município.

6 CONCLUSÃO: DO PERCURSO DA PESQUISA AOS PERCURSOS DA CIDADANIA

Os estudos sobre políticas sociais têm procurado destacar os sentidos de família que estas políticas imprimem nas relações sociais. Em uma análise histórica percebe-se que, o lugar da família é central para a lógica de consolidação de modos de governo da sociedade (SCHUCH, 2013; DONZOLET, 1986). No Brasil atual, o processo implantação de políticas voltadas para as parcelas mais pobres da população, também traz consigo a centralidade na família. A problematização, no caso brasileiro, vai além da constatação do sentido normativo e moralizante que frequentemente atravessam as políticas. O que vários autores chamam atenção é que, dada a abrangência da desigualdade social brasileira, muitas vezes esses ideais normativos de família (como instância responsável pelos sustento e cuidados entre seus membros, com obrigações escolares, documentais, financeiras, hospitalares) podem produzir uma penalização ainda maior das famílias pobres pela condição em que vivem. Associa-se a isso, toda uma carga de preconceitos socialmente enraizados contra os mais pobres, herdados da cultura escravocrata que fundamenta a cidadania brasileira (CARVALHO, 2001; SOUZA, 2012).

O condicionamento do acesso a programas mediante obrigações familiares (perante a escola, conselho tutelar, serviços de saúde) sugere-me a ideia de uma cidadania condicionada¹⁵. Com este adjetivo busco qualificar a experiência de acesso a direitos e políticas que a população pesquisada vive: é condicionada ao cumprimento de obrigações perante às instituições, assim como à certas expectativas sociais quanto ao comportamento moral. Mas também revela-se condicionada pelas condições objetivas para usufruir direitos, mesmo quando este é cobrado como obrigação, já que o próprio Estado apresenta limites na oferta de serviços fundamentais (como a saúde, por exemplo).

Autores importantes procuraram qualificar a cidadania brasileira em sua construção histórica, marcada social e moralmente. Destacam o seu caráter regulado (SANTOS, 2006), o seu saldo em negativo (CARVALHO, 2001), ou sua expressão como um tipo de subcidadania (SOUZA, 2012).

¹⁵ Conforme apresentado em trabalho anterior (COSTA e HOFFMAN-HOROCHOVSKI, 2015).

A ideia de uma cidadania condicionada, neste trabalho, teria apenas a intenção de descrever uma condição particular das pessoas que acessam políticas sociais recentes, cujo recorte é dado pela sua condição extrema de renda ou pobreza. Certamente, tais políticas possuem um significado histórico fundamental para a promoção social de parte da população (REGO e PINZANI, 2014). Entretanto, parece fundamental sinalizar que na prática, a população beneficiária não a recebe sem também assumir o custo social de tais políticas, através das obrigações que precisam dar conta. Essa seria a condição: uma responsabilização maior das famílias e de seus indivíduos frente ao enfrentamento da situação em que vivem. Lógica que lembra o que Debert (2006) denomina de reprivatização das questões políticas.

6.1 OS SENTIDOS PARA ALÉM DOS ADJETIVOS

No âmbito desta pesquisa, procuro olhar para como as famílias lidam com as políticas que têm acesso, buscando apreender trajetórias e relações nas dinâmicas do cotidiano. Destaquei nos dados as relações entre operadores de políticas e as famílias atendidas, tentando identificar possíveis sentidos de cidadania em construção nestas experiências. Retomo agora as questões que perpassam as descrições e análises dos capítulos anteriores, naqueles aspectos relevantes para apontar algumas sínteses para compreensão desse objeto de estudo.

Um aspecto possível de destacar refere-se ao significado que as experiências de acesso a direitos e serviços assumem para os sujeitos. Procurei apontar que as narrativas acentuam lógicas de merecimento e pessoalidade no acesso aos programas e serviços. A tendência é sempre dar destaque ao contato direto dos operadores com sua situação pessoal, ou às estratégias pessoais que lhes permitiram ter contato e serem acolhidos. Da mesma forma, as informantes destacam o comportamento merecedor e até à vontade divina.

Essas lógicas se articulam com outra dimensão da trajetória das pessoas pesquisadas, relacionada ao sentido muito particular e específico pela qual cada história de vida é narrada, desde as experiências em outra cidade até a fase atual da vida em Matinhos. Sem a existência de um lastro de experiências comuns entre os

sujeitos, que os aproxime das experiências uns dos outros, não há narrativas que acentuem dificuldades ou necessidades que sejam coletivas.

A instalação na cidade como fato ainda vivo, recente, conduz a um olhar sobre a própria vida marcada pela tentativa e recomeço. É por vezes a ideia de mais uma oportunidade dentre as estratégias de sobrevivência que ganha destaque, ao invés do caráter público, impessoal ou universal de programas ou serviços. A ideia de estratégia, inclusive, pode subverter a lógica de algumas ações por parte das políticas e legislações que representem intervenções no cotidiano das famílias. Para as famílias, pode não ser o conselho tutelar que obrigou os filhos a ingressarem no PETI, mas a família que conseguiu envolver este em suas necessidades.

Assim, seguindo posições do trabalho de Rabelo (2010) e Pires e Jardim (2014), as famílias produzem percepções que podem se desencontrar dos sentidos formais dos programas e legislações. Os sujeitos desta pesquisa parecem significar algumas políticas dentro da própria dinâmica de esforços para instalarem-se na cidade e estabelecerem meios de sobrevivência mais efetivos que aqueles que as fizeram migrar.

Considero ainda relevante destacar dois outros aspectos envolvidos nessa significação das experiências. Uma das questões refere-se às expectativas com o Estado. Esta questão se torna evidente quando, nas falas sobre os problemas da cidade dificilmente estão associadas a críticas à gestão da prefeitura ou ao prefeito.

Mesmo nos relatos que mais acentuam a ausência de serviços públicos, nem timidamente fazem referência a problemas com o poder público. Quando Dona Taís conta que sua filha mais nova, quando grávida aos dezesseis anos, precisou caminhar até o hospital sentindo as dores do parto do primeiro filho (sem alternativas de transporte público ou especializado), sua única ressalva foi lembrar que ocorreu o mesmo com suas vizinhas: uma delas precisou ir e voltar ao hospital tantas vezes (caminhando) que “passou da hora da criança nascer e acabou (o bebê) morrendo”.

Da mesma forma ocorre com a fala de dona Tamara e sua família. Seu marido Romualdo relata que foi picado por uma cobra venenosa em seu terreno. Foi levado por amigos ao hospital em busca de socorro. Acabou perdendo os sentidos antes de chegar, pois demoraram a chegar caminhando.

Embora reclamem das dificuldades enfrentadas, estas questões são colocadas de forma resignada, de forma que o Estado e suas políticas não são tomadas como elementos estáveis para o planejamento e a organização da vida.

Por outro lado, quando as falas referem algum comentário ou juízo sobre a gestão municipal, apresentam uma comparação entre a gestão atual e a anterior. Um dos informantes afirma “este prefeito modernizou a cidade, agora tem até um DETRAN aqui, tem material nas escolas para as crianças. Antes nem isso tinha. Não tinha nada” (Lucas). Assim, o juízo sobre o governo municipal não se estabelece tomando como referência um ideal de políticas ou de garantia de direitos, mas em comparação com gestão anterior. É comum inclusive que, as reações aos comentários críticos sobre a prefeitura, sejam rebatidas destacando as diferenças com a gestão passada.

Esse raciocínio relacional, parece revelar uma baixa expectativa com as ações governamentais, reforçando uma leitura quanto as lógicas de posicionamento nos momentos eleitorais. Assim, embora essa população seja frequentemente referida e, até acusada por diferentes atores da cidade, de “vender o voto”, penso que seria correto considerar que parte dela toma o momento eleitoral como uma oportunidade por ele mesmo, já que, segundo suas experiências, não faria sentido ter grandes expectativas com a atuação do Estado.

Essa ausência de expectativas maiores em relação aos governos, pode relacionar-se a outra informação que chama atenção. Nenhum colaborador da pesquisa relatou, mesmo quando perguntado a respeito, qualquer experiência pessoal de participação em espaços ou experiências coletivas, sejam movimentos de reivindicação ou entidades associativas de outra ordem. Da mesma forma, instância de participação e controle social, como Conselhos, fóruns ou outras reuniões, não fazem parte do universo de vida dos informantes.

O fenômeno da migração, recorrentes entre os casos, pode ser um elemento que implica num desencontro com ideais de organização, participação e controle social, hoje já incorporadas na elaboração de políticas e nas legislações. As experiências associativas comunitárias e os movimentos sociais geralmente motivam seus participantes para o engajamento em espaços de participação política no âmbito do Estado, como os conselhos de políticas, especialmente entre aqueles que diretamente podem interferir no cotidiano do bairro como os de Saúde ou de Assistência Social.

Embora existam tanto os Conselhos Municipais, como as estruturas administrativas e de serviços estejam em concordância com os desenhos recentes das respectivas políticas (SUS, SUAS, Educação), o padrão de gestão em vigor no governo municipal se sustenta em concepções pouco favoráveis para a participação

social e a promoção da cidadania. Esta realidade se expressa entre os beneficiários dos serviços públicos através da naturalização da instabilidade da oferta e do não reconhecimento do direito aos serviços.

Assim, por um lado, não há por parte dos gestores um estímulo para a participação popular. Por outro lado, a trajetória dos sujeitos da pesquisa sugere que a marca principal de sua experiência social é representada como uma jornada individual, na qual não há identidades coletivas através das quais os sujeitos se reconheçam como grupo. O centro de suas narrativas está em seus recomeços, nas dificuldades de itinerâncias entre outras cidades e nas pequenas conquistas desde a chegada a Matinhos. É em meio a estas narrativas que o acesso a serviços e políticas vai sendo relatado e ganha sentido como uma oportunidade, chance, ou merecimento, vinculados ao comportamento adequado, ou as relações pessoais.

Passividade, talvez conformismo, resignação, são expressões que traduzem as primeiras impressões quanto ao comportamento dos sujeitos pesquisados. Entretanto, enquanto buscava algum suporte teórico para uma tentativa inicial de análise destes comportamentos mais frequentes dos sujeitos, me deparei com as reflexões de Wanderley Guilherme dos Santos (2006). Para o autor:

Assim seria o Brasil. Está sob análise uma população majoritariamente pobre, sem disponibilidade para cobrir os custos de organizar ações coletivas e *para absorver os custos de eventuais fracassos*, pouco informada e em larga medida inocente de qualquer noção de direitos. Não espanta que a reserva de confiança institucional (...) encontre-se aqui muito aquém do desejável. Ninguém alimenta grandes expectativas quanto às instituições fundamentais... (SANTOS, 2006, p. 174).

Para o autor, “o custo do fracasso das ações coletivas pode ser bastante elevado” para as pessoas mais necessitadas (2006, p. 180), já que são raras as experiências prévias de conquistas sociais e de diminuição da desigualdade na sociedade brasileira.

Ainda segundo a teoria de Santos:

Há evidente descompasso entre a magnitude das carências sociais e o empenho da sociedade em resolvê-las. Não sobra tempo para isso, visto a alocação prioritária de tempo e recursos dos indivíduos na solução de urgentes problemas pessoais e familiares. O horizonte do desejo é algo móvel e que o impulsiona é a relativa segurança de que o fracasso na tentativa de alcançá-lo cobrará custo tolerável, quando a situação em que se recairá é em si mesma, já confortável (SANTOS, 2006, p. 176).

A análise feita por Santos, ao tentar compreender mecanismos que mantêm os desequilíbrios da sociedade brasileira, oferece pistas para situar as relações dos sujeitos no âmbito desse território, vinculando-as aos processos mais amplos e históricos vividos pela população brasileira.

Assim, o conjunto de dados desta pesquisa (referentes a trajetórias das famílias, as relações de acesso e de participação nos serviços, bem como as práticas de gestão em vigor), resultariam em certa cautela, por parte da população quanto às expectativas perante o Estado e suas políticas. Ao mesmo tempo, diante da ausência de experiências de participação coletiva dos sujeitos, anteriores ou atuais à instalação na cidade, os mesmos tendem a considerar suas dificuldades apenas como circunstâncias individuais.

Por outro lado, Peirano (2006), ao constatar que o conceito de cidadania varia histórica e culturalmente, chama atenção que essa própria variação, no contexto brasileiro, indicaria que

estamos diante, portanto, não de um conceito de cidadania, mas de um processo de construção da identidade nacional em que ela é uma de suas expressões, em que vários modelos coexistem e no qual o Estado e a sociedade civil se empenham de maneiras diversas (PEIRANO, 2006, p. 134).

Nesta perspectiva, entendo que as relações estudadas no bairro Tabuleiro, na cidade de Matinhos, estão inseridas entre os repertórios das relações que constituem os percursos de cidadania no Brasil.

O juízo sobre estas relações estudadas não foi o propósito desta pesquisa, embora possivelmente algum julgamento tenha se expressado nas entrelinhas. Neste sentido, tratou-se de um esforço para evitar que o presente trabalho se justificasse apenas pela defesa de um ideal de cidadania. Por outro lado, penso que compreender as práticas de agentes operadores de políticas e o cotidiano de seus beneficiários, podem trazer contribuições práticas. Assim, entendo que olhares sensíveis e atentos aos sentidos, expectativas e práticas dos sujeitos que vivem no território, permitam instigar positivamente os debates quanto a gestão territorial de políticas públicas. Espero ter contribuído nesta perspectiva.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARRETCHE, M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo, Cortez, 1998.

ARRETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, Ed. Unesp, 2015.

BARBOSA, MCS. **Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1059-1083, out. 2007.

BERHING, E. R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. V. 2. São Paulo: Cortez. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Disponível em portal. mec.gov.br/componente/article. Acessado em 18 de abril de 2016

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de humanização**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/humanizausus>. Acesso em 12 de março de 2016.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 2014Disponível em www.mds.gov.br. Acesso em 10 de dezembro de 2015

BRASIL **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 22 de março de 2016

CARDARELLO, A; FONSECA, C. **Direitos dos mais e menos humanos**. Horizontes Antropológicos. Ano 5, v. 10, p. 83- 121. Porto Alegre, 1999.

CARDOSO de OLIVEIRA, L.R. **A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas**. In: Ética e regulamentação na pesquisa antropológica. Brasília; UNB, p. 25-38, 2010.

CARDOSO, Ruth. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método**. In: A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Ruth Cardoso (Org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986 (1997).

CARVALHO, JM. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Editora Record: 2001.

COSTA, Bruno L. Diniz; BRONZO, Carla. **Intersectorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão**. In: FARIA, Carlos A. Pimenta de (org). Implementação de políticas públicas - teoria e prática. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

COSTA, I. J. S.; HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. T. . **Cidadania condicionada e famílias pobres no Brasil: um estudo de caso em Matinhos/PR**. 2015. Anais VII Seminário Nacional Sociologia e Políticas. Disponível em www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/gt-21.

DEBERT, Guita Grin. **Conflitos éticos nas Delegacias de Defesa à Mulher**. In: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana Gracia (Orgs.). Gênero e distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. *Rio de Janeiro*: Edições Graal, 1986.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2000.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.10, p.1-35. 1999.

_____. **Que ética? Que ciência? Que sociedade?** In: Ética e regulamentação na pesquisa antropológica. Brasília. UnB, 2010b. p. 39-70.

_____. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica.** SAÚDE E SOCIEDADE. São Paulo, v. 14, n. 2, p.50-59, maio-ago, 2005.

_____. **O anonimato e o texto antropológico – dilemas éticos e políticos da etnografia em casa.** In: Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Ed. UFRGS. Porto Alegre. 2010a.

_____. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FONSECA, Cláudia; SCHUCH, Patrice. **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GADELHA, Carlos et all. **Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Ciência e Saúde coletiva, v. 16, p. 30003-3016. 2011.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M.T. **Memórias de morte e outras histórias: Lembranças de velhos.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

HÖFLING, E. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes. Campinas, SP: Papirus, n. 55, 2001, p. 30-41.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 16 de novembro de 2015

IPARDES. **Cadernos Estatísticos Município de Matinhos**. Disponível em www.ipardes.gov.br/cadernos. Acessado em 15 de janeiro de 2016

KOGA, Dirce; ALVA, Vanice **A. Interlocução do território na agenda das políticas sociais**. In: Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010.

LOTTA, G. S. **Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível da rua no Programa Saúde da Família**. Tese de Doutorado em Ciência Política - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOTTA, G. S. L.; PAVEZ, T. R. **Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais**. São Paulo, Cadernos de gestão pública e Cidadania. V. 15, n. 56, p. 109-125. 2010.

LOTTA, G. S. **Saber e poder: agentes comunitários de saúde: aproximando saberes locais e políticas públicas**. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas São Paulo. 2006.

MAGNANI, J. G. **Discurso e representação ou de como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas**. In: CARDOSO, RC L. A aventura antropológica. Teoria e pesquisa. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

_____. **Festa no pedaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAGNANI, J. G. **O velho e bom caderno de campo**. Revista Sexta Feira, n. 1, p. 8-12, maio 1997.

MATINHOS. **Programa Cesta Vida. Lei Municipal 1286**.. Disponível em <http://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/matinhos>. Acessado em 24/02/2016

MEDEIROS, Marcelo. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. In: Planejamento e políticas públicas. DEZ/2000, n. 22.

MONTEIRO, Ricardo. **Regulação urbana em revisão no Litoral do Paraná**. Anais Encontros Nacionais da AMPUR. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais>.

NEVES, Delma P. **Políticas de “vitimização” e direitos sociais seletivos**. In: FERREIRA, J. SCHUCH, P. Direitos e ajuda humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde. Rio de Janeiro: Ed. Da Fiocruz, 2010.

NEVES, Delma P. **As idosas provedoras do lar e o enraizamento familiar**. In: FONSECA, Claudia; BRITES, JUREMA. Etnografias da Participação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

PARANÁ. **Programa Leite das Crianças**. Disponível em WWW.leitedascrianças.pr.gov.br. Acessado em 11 de abril de 2016.

Parque Nacional Saint-Hilaire Lange.. Disponível em: parnasainthilairelange.wordpress.com/mapa. Consultado em 15 de fevereiro de 2016

PEIRANO, M. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

PIRES, André. **Ensaio: Avaliação de Políticas Pública sem Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

PIRES, F e JARDIM, G.A.S. **Geração Bolsa Família: escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB)**. RBCS Vol. 29 n 85, junho/2014.

POLIDORO, M; DESCHAMPS, V. **Segundas residências e urbanização no litoral do Paraná.** Curitiba, Rev. Paranaense de Desenvolvimento, v.34, n.125, p.213-235, jul./dez. 2013.

RABELO, M M,. **Redistribuição e reconhecimento de cidadania através do Programa Bolsa Família a voz das beneficiárias.** Tese de doutorado. PPG Sociologia- UFRGS. Porto Alegre, 2010.

RABELO, M.M., SILVA M.K. **Redistribuição e reconhecimento de cidadania através do Programa Bolsa Família.** Ensaios FEE, v. 34, p.57-89. 2013.

REGO, W L; PINZINI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** 2edição, São Paulo: Ed. Unesp. 2014.

SANCHES, ICP et al. **Acompanhamento hospitalar: direito ou concessão ao usuário hospitalizado?** In: Ciência & Saúde Coletiva, 18(1):67-76. 2013.

SANTOS, W.G. **Horizonte do desejo, instabilidade, fracasso coletivo e inércia social.** 2ª edição, Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987.

SARTI, C. **A família como espelho.** Campinas: Ed. Autores Associados, 1996.

SARTORI, Elisiane. **Família e proteção social: todos sob o mesmo teto.** Família e proteção social. Campinas, SP: Ed. Papel Social. 2012.

SCHUCH, P. **Como a família funciona em políticas de intervenção social?** Porto Alegre: Civitas, V. 13, n. 2, p. 309-325, 2013.

SIGNORELLI, M. C. **Mudaram as estações...nada mudou: profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no litoral paranaense.** Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo, 2011.

SILVA et al, **Organização do trabalho de enfermagem diante da inserção dos cuidados familiares com a criança hospitalizada**. In Ver. Rene. mar-abr; 16(2):226-32. 2015.

SILVA, M. O. S., YAZBEK, M. C. e GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no Século XXI – A Prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo, Cortez: 2008.

SOUZA, C. **Estado da arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M; MARQUES, E. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Fiocruz, p.65-86. 2007.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

THIN, D. **Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras**. Rev. Bras. Educ., Mai/Ago. vol.11, no. 32, p.211-225. 2006.

VELHO, G. **Observando o familiar**. In: **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2013.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: Uma etnografia das percepções**. Rio Janeiro: Ed. Gramoud. 2009.

WINKIN, Y. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas. Papius. 1998.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza**. 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

APÊNDICE I

Roteiro para entrevista com os agentes operadores das políticas

1. Nome:
2. Instituição:
3. Tempo de serviço:
4. Formação:
5. Função:
6. Como é o trabalho desenvolvido por você?
7. Como se caracteriza a população atendida?
8. Como é a relação com as demais políticas?
9. Quais as tensões ou dificuldades mais frequentes no seu trabalho?
10. Qual sua impressão do bairro?

APÊNDICE II

Roteiro para entrevista e construção do perfil das famílias

1. Nome:
 2. Endereço:
 3. Idade:
 4. Endereço:
 5. Quantas pessoas moram juntas?
 6. Nomes:
 7. Que idades têm?
 8. Estudam? Onde?
 9. Têm mais familiares que moram na cidade/bairro?
 10. Há quanto tempo moram na cidade/bairro?
 11. Porque decidiram mudar-se para Matinhos?
 12. Que experiências de trabalho tiveram e têm hoje?
 13. Recebem algum apoio para se manterem?
 14. Como conseguiram chegar até os serviços?
 15. Já foram consultar no posto de saúde? Como foi? Recebem visitas em casa?
 16. Costumam ir até a escola?
 17. Participam de outras atividades no bairro/cidade (religião, cursos, lazer, praia)?
- .